

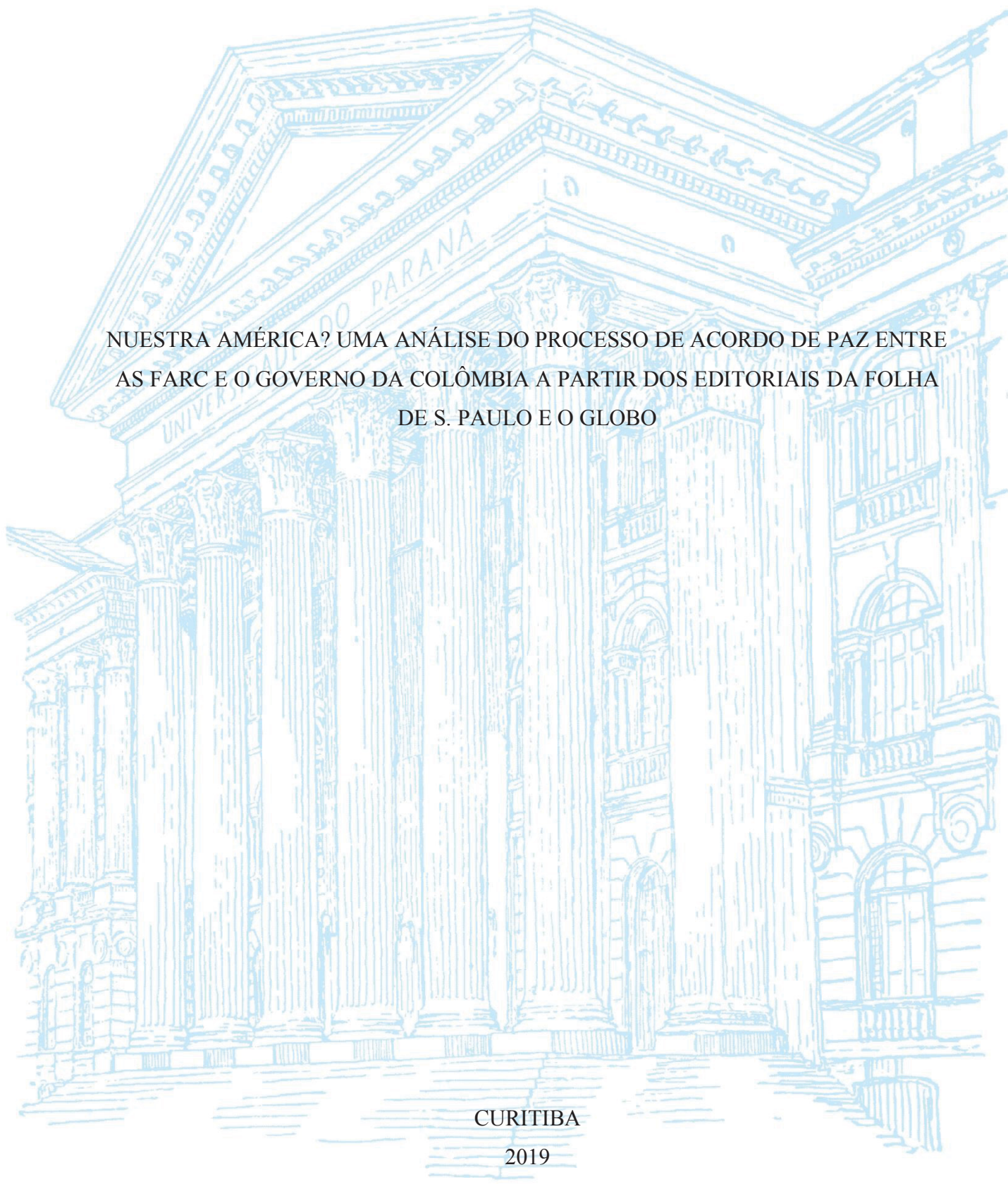
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANGIELI FABRIZIA MAROS

NUESTRA AMÉRICA? UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ACORDO DE PAZ ENTRE
AS FARC E O GOVERNO DA COLÔMBIA A PARTIR DOS EDITORIAIS DA FOLHA
DE S. PAULO E O GLOBO

CURITIBA

2019



ANGIELI FABRIZIA MAROS

NUESTRA AMÉRICA? UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ACORDO DE PAZ ENTRE
AS FARC E O GOVERNO DA COLÔMBIA A PARTIR DOS EDITORIAIS DA FOLHA
DE S. PAULO E O GLOBO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design,
Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção
do título de Mestra em Comunicação Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Panke

CURITIBA

2019

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Maros, Angieli Fabrizia

Nuestra América? Uma análise do processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia a partir dos editoriais da Folha de S. Paulo e o Globo./ Angieli Fabrizia Maros. – Curitiba, 2019.
138 f.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Panke.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Farc. I. Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
42031016C71P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANGIELI FABRIZIA MAROS** intitulada: **NUESTRA AMÉRICA? UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ACORDO DE PAZ ENTRE AS FARC E O GOVERNO DA COLÔMBIA A PARTIR DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Maio de 2019.

LUCIANA PANKE

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

VALQUIRIA MICHELA JOHN

Avaliador Interno (UFPR)

IVAN ELIZEU BOMFIM PEREIRA

Avaliador Externo (UEPG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço às (aos) que me inspiram.

À minha mãe, pelo amor e pela luta movida a encanto; a meu pai, que, mesmo sem estar aqui, desperta dia após dia minha sede pela vida e pela mudança; a meu companheiro André, o pragmático que não abre mão de encontrar probabilidades por um mundo melhor.

A Amanda e Sarah, pela teia de solidariedade que nos manteve unidas e de pé; a Karina, por ouvir, ouvir e me fazer acreditar; a Gabi e Larissa, pela doçura da amizade; a Dane e Jô (do outro lado do mundo), minhas amigas que se acostumaram a ficar sem respostas.

À minha orientadora Luciana Panke, pela chance e por todo o amadurecimento proporcionado; à minha eterna professora Valquíria John, pelo acalento e pelo despertar da inquietude; ao professor Ivan Bomfim, pelos conselhos e por aceitar fazer parte desta trajetória, que só está começando.

A todas as formas positivas de crer no mundo, na vida, no amor e para quem as respeita.

Por fim, a todas as latinas e a todos os latinos que, nas palavras de Eduardo Galeano, continuam nascendo e reivindicando seu direito natural de obter um lugar ao sol.

Ante esta realidad sobrecogedora que a través de todo el tiempo humano debió de parecer una utopía, los inventores de fábulas que todo lo creemos nos sentimos con el derecho de creer que todavía no es demasiado tarde para emprender la creación de la utopía contraria. Una nueva y arrasadora utopía de la vida, donde nadie pueda decidir por otros hasta la forma de morir, donde de veras sea cierto el amor y sea posible la felicidad, y donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la tierra.

Gabriel García Márquez, Nobel de Literatura, 1982

RESUMO

A orientação da opinião pública é uma atividade intrínseca ao jornalismo (LIPPMANN, 1922; FARHAT, 1992; HABERMAS, 1997) e é principalmente por meio do editorial, formato específico da prática desassociado do princípio da imparcialidade, que a empresa jornalística busca cumprir esta função (BELTRÃO, 1980). Partindo destas premissas, esta pesquisa se propõe a responder como a Folha de S. Paulo e O Globo se posicionaram editorialmente sobre o processo de acordo de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo da Colômbia. Com o emprego da metodologia da Análise de Conteúdo orientada por Bardin (2016), buscou-se definir e analisar a partir de quais perspectivas temáticas os veículos em questão fundamentaram suas opiniões em relação aos diálogos de paz ocorridos entre 2015 e 2017. Especificamente, foi incorporada ao estudo a intenção de verificar se esses jornais também interpretaram no âmbito de sua relevância para a conjuntura latino-americana, uma vez sendo os diálogos de paz na Colômbia um importante recorte histórico da América Latina, relacionado ao fim do conflito mais longo da região. Frutos dos diálogos com a teoria sobre o papel do jornalismo na sociedade e como fonte integradora da identidade latino-americana e ainda sobre aspectos históricos e contextuais das Farc e do acordo de paz que pôs fim à guerrilha, os resultados mostraram um duplo movimento. Em relação à Folha de S. Paulo, tem-se uma manifestação editorial que apresenta aos leitores um processo cercado de impasses e distante em trazer a importância e as consequências do fato para o contexto da América Latina. Em O Globo, encontraram-se opiniões editoriais, de modo geral, mais positivas e amparadas a aspectos econômicos, o que se percebeu como uma forma de ressaltar seus próprios princípios editoriais. Mas de igual maneira, a aproximação com a América Latina também não se desenvolve, de modo que é possível endossar argumentos de estudos anteriores que já se propuseram evidenciar um afastamento dos jornais brasileiros de temas ligados à região.

Palavras-chave: Comunicação política. Jornalismo. América Latina. Colômbia. Farc

ABSTRACT

Guiding the public opinion is one of the activities that journalism is used for (LIPPMANN, 1922; FARHAT, 1992; HABERMAS, 1997) and the editorials, specific forms which do not require partiality, is the mainly way deployed by journalism companies to practice that (BELTRÃO, 1980). Based on it, this research aim to answer and analyze how the Brazilian newspapers Folha de S. Paulo e O Globo, the ones considered the country's most important quality papers, stand themselves about the Colombian peace process negotiated along with Revolutionary Armed Forces of Colombia. The Bardin's (2016) content analysis procedures was used to define and to investigate upon which thematic perspectives the newspapers related above had released their opinions about the peace dialogues that took place between 2015 and 2017. Specifically, to the study was joined the intention of verifying if these periodics also tried to bring some interpretation to the Latin American agenda, once Colombian peace dialogues are an important historic fact in Latin America, related to the region's longest conflict. Dialogues with the theory which discuss the function journalism is given in the society and the role the journalism practice assumes to strengthen the Latin American identity, as well the historical and contextual aspects of the FARC and the peace agreement that ended the guerrilla war, reveal a double movement. Regarding Folha de S. Paulo, there is editorial manifestations that conduces the readers along a process surrounded by impasses and also distant in bringing the importance and consequences of the peace negotiation to the Latin American context. In the other hand, O Globo' opinions were constructed in a different way, mainly about the economic issues. It was noticed the editorials were used as a way to emphasize their own editorial principles, strongly linked to economic themes. But, as the same, there is no approach to the Latin America, what allows to endorse previous studies which have already evidenced a distancing between Brazilian newspapers and Latin American issues.

Keywords: Political communication. Journalism. Latin America. Colombia. Farc

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O CAMPO DO JORNALISMO	13
2.1 DO POR QUE AOS PORQUÊS DO JORNALISMO	15
2.2 INFORMAÇÃO E OPINIÃO NOS JORNAIS	18
2.3 EDITORIAIS E A PRÁTICA DA OPINIÃO	21
2.3.1 A prática da opinião e os editoriais na Folha de S. Paulo	24
2.3.2 A prática da opinião e os editoriais em O Globo	25
3 A IMPRENSA BRASILEIRA E A AMÉRICA LATINA	28
3.1 HISTÓRICO E CONTEXTO DAS FARC	33
4 METODOLOGIA	47
4.1 APLICAÇÃO DA TÉCNICA	49
4.2 FOLHA DE S. PAULO: UM BREVE HISTÓRICO	57
4.3 O GLOBO: UM BREVE HISTÓRICO	59
5 ANÁLISES	61
5.1 OS EDITORIAIS DA FSP E OS DIÁLOGOS NA COLÔMBIA	61
5.1.1 Obstáculos e desafios	63
5.1.2 Conquistas e avanços.....	70
5.1.3 Contextualização do processo	73
5.1.4 Atores e personagens.....	75
5.1.5 Resgate do conflito.....	76
5.1.6 Diplomacia e integração	78
5.2 OS EDITORIAIS D'OGLOBO E OS DIÁLOGOS NA COLÔMBIA	81
5.2.1 Conquistas e avanços.....	84
5.2.2 Obstáculos e desafios	88
5.2.3 Diplomacia e integração	90
5.2.4 Atores e personagens.....	94
5.2.5 Contextualização do processo	96
5.2.6 Resgate do conflito.....	98

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE 1 – EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO	121
APÊNDICE 2 – EDITORIAIS O GLOBO	131

1 INTRODUÇÃO

Definir um objeto de estudo no campo da comunicação é uma tarefa que requer mais do que simplesmente observação e crítica sobre práticas, suportes e produtos. Tal recorte é impulso para novas reflexões sobre o sentido dos fenômenos comunicacionais que podem contribuir para a transformação do mundo em que vivemos (BARBOSA, 2004; FRANÇA, 2010). É, portanto, a relevância atribuída ao papel dos meios de comunicação, seja como fortalecedores das democracias, agentes sociais ou mediadores dos sujeitos e de suas relações, que instiga o desenvolvimento desta pesquisa.

Partindo da premissa do jornalismo como um espaço de crítica e de auxílio à compreensão da vida cotidiana (ZELIZER, 2014), e, sobretudo, como uma atividade capaz de formar e orientar a opinião pública (FARHAT, 1992; HABERMAS, 1997; LIPPMANN, 2008), pretende-se responder como os jornais Folha de S. Paulo e O Globo se posicionaram editorialmente sobre o processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia. O objetivo geral desta pesquisa é observar e analisar sobre quais perspectivas temáticas estes periódicos fundamentaram suas opiniões em relação às tratativas no período entre 2015 e 2017. A partir disso, propõe-se como objetivo específico verificar se os jornais selecionados buscaram interpretar o processo também a partir de uma perspectiva regional e de integração da América Latina, no sentido de constatar se a percepção de Barbosa (2004, 2005) e Sant’Anna (2006) a respeito de um distanciamento entre a grande imprensa brasileira e a América Latina se configura no conteúdo do *corpus* designado.

Importante ressaltar que a escolha pelos editoriais atende ao anseio de compreender o tratamento editorial dado pelos veículos aos diálogos de paz na Colômbia. Sem entrar na discussão da objetividade e/ou da subjetividade no jornalismo e na dicotomia entre informação e opinião, que, segundo Chaparro (2008), é apenas uma matriz criada para regular as convicções e os conceitos que organizam e explicam o jornalismo, apropria-se do conceito de editorial apresentado por Beltrão (1980, p. 51), o qual explica o formato como o espaço em que a empresa jornalística “manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade (...)”. Consideram-se ainda as observações de Melo (2003) e Mont’Alverne e Marques (2015), para quem os editoriais repercutem fatos por eles considerados importantes e com potencial de repercussão a partir de uma condição de parcialidade total.

Os editoriais que formam o *corpus* desta pesquisa foram publicados pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, veículos selecionados por serem, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação¹, os jornais de maior circulação no país, e, portanto, de maior alcance entre leitores, de acordo com as métricas estabelecidas.

Admite-se que a opção de resgatar o modo como dois jornais brasileiros opinaram sobre uma série de acontecimentos registrados em um país vizinho converge com a tentativa de compreender que tipo de relação estes veículos estabelecem (se estabelecem) com um processo que, embora transite fora do território brasileiro, pode ser interpretado dentro de um contexto importante para toda a América Latina. Para isso, tem-se como base os estudos de Barbosa (2004), Sant’Anna (2006) e Bomfim (2009), os quais apontam que a América Latina não encontra espaço privilegiado na grande imprensa brasileira e, quando incorporada às pautas, a região tende a ser retratada de forma marginalizada. Também são pontuadas as argumentações de Canclini (2008) e Piernes (apud BARBOSA, 2018) de que, mesmo um tanto distantes, os meios de comunicação continuam a ser agentes fundamentais ao operar a percepção da sociedade em relação à integração latino-americana.

Portanto, uma das pretensões deste trabalho também é contribuir para o pensamento crítico sobre temas comunicacionais que refletem a tensão entre o conteúdo noticioso e a latinidade. E não se trata apenas de uma escolha casual, mas de uma curiosidade aguçada pelo saber científico ao considerar que a definição de um tema não emerge unicamente da sua relevância histórica: origina-se também de observações pontuais do pesquisador, de suas atrações e interesses pessoais e acadêmicos. Por ser um passo crucial para o êxito do trabalho, é preciso ser realista e ter relevância, contudo, pode também estar relacionado a afinidades, experiências e perspectivas de trabalho (SANTAELA, 2011; DUARTE, BARROS, 2015).

A essa discussão é interessante relacionar os pequenos (alguns nem tanto) e constantes questionamentos que impulsionaram a aproximação com o tema. Ao acompanhar o noticiário internacional, sobretudo em seu enlace factual, é quase certa a presença de assuntos que dizem respeito a países ou a grupos de países pertencentes a um eixo econômico e politicamente adotados como “potências”, “eixos”, “nações soberanas”. Tem-se equipes completas deslocadas para acompanhar as novas eleições para o Congresso dos Estados Unidos e

¹O Instituto Verificador de Comunicação, antes Instituto Verificador de Circulação, é uma entidade sem fins lucrativos responsável pela auditoria multiplataforma de mídia. Levantamento divulgado pelo portal Meio e Mensagem com base em dados do IVC apontou que, em relação a 2018, a Folha de S. Paulo manteve a liderança na circulação geral (impressa + digital), seguida de O Globo. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/30/circulacao-digital-dos-grandes-jornais-cresce-no-brasil.html>>. Acesso em 12 fev. 2019.

encontros anuais do parlamento da União Europeia. Mas é raro ver esforço tão grande (pode existir, mas em menores proporções) para discutir a troca de um governo no Uruguai ou as manifestações que param por dias seguidos centenas de cidades da Argentina. A esses acontecimentos geralmente são colocadas como suficientes a produção das agências internacionais de notícias, que divulgam um mesmo conteúdo para dezenas de jornais-clientes.

Não diferente foi o observado na cobertura das negociações de paz na Colômbia por diferentes jornais brasileiros. Ainda que em alguns deles fosse possível perceber o envolvimento de repórteres especializados, o conteúdo massivo, quando divulgado, tinha grande aporte de agências de notícias. Aos poucos, os questionamentos foram crescendo e as ideias, avolumando-se. Afinal, como os grandes jornais brasileiros olharam para um dos mais importantes fatos da década da América Latina? E o quanto isso era realmente importante para um veículo para que fosse priorizado para além dos espaços noticiosos, sendo incorporado também nas páginas “mais nobres” dos periódicos?

Por isso, optou-se por analisar os editoriais da Folha de S. Paulo e o Globo publicados entre 2015 e 2017 que tratam do processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia, cuja autoridade máxima à época das tratativas era o presidente Juan Manuel Santos, do Partido Social de Unidade Nacional. O longo e complexo diálogo pôs fim ao conflito armado mais longo da América Latina e rendeu a Santos o prêmio Nobel da Paz em 2016².

O período do recorte justifica-se pelo fato de 2015 ter sido o ano em que as autoridades colombianas e representantes do movimento oficializaram a primeira etapa do processo, sendo que em 2017, mais de um ano após a assinatura do tratado entre as partes, as Farc se dissolveram enquanto movimento armado e se tornaram o partido político Força Alternativa Revolucionária do Comum, como previa um dos pontos mais polêmicos do texto do acordo. Assim, o *corpus* coletado constitui-se de nove editoriais publicados pela Folha de S. Paulo e seis publicados pelo O Globo.

Para cumprir os objetivos propostos, optou-se pelo emprego da Análise de Conteúdo, por meio da técnica temático-categorial, conforme orientado por Bardin (2016). Uma vez sendo um recurso metodológico útil para explorar os significados do objeto e também seus significantes, as análises se desenvolvem nos dois planos suportados pela técnica: tanto o quantitativo, ao se valer das frequências e dos dados estatísticos que se constituem a partir delas, quanto o qualitativo, ao se valer da inferência como mecanismo para a interpretação controlada da mensagem, extraíndo dela o seu conteúdo latente (BARDIN, 2016).

² Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2016/santos/facts/>>. Acesso em 4 de junho de 2018.

Para a categorização, processo essencial da técnica empregada, cada um dos editoriais foi decomposto em unidades de significação capazes de sustentar as inferências e as interpretações. Nesta pesquisa, a fragmentação foi feita considerando como unidades de registro os períodos, fossem estes simples (formados apenas de uma oração) ou compostos (com duas ou mais oração). A escolha se justifica pelo fato de serem os períodos unidades sem conteúdo disperso como os parágrafos, por exemplo, que podem conter em um mesmo conjunto conteúdos antagônicos que poderiam dificultar as classificações. Com a decomposição, chegou-se, ao final, a 144 unidades de registro dos textos editoriais da Folha de São Paulo, e 92 do jornal O Globo. Estas foram classificadas de acordo com as seguintes categorias, elaboradas pela autora: Resgate do conflito; Contextualização do processo; Atores e personagens; Diplomacia e integração; Obstáculos e/ou desafios e Conquistas e/ou avanços.

Mas cumprir o percurso em direção aos objetivos apontados também requer escolhas no campo teórico, o qual, segundo Santaella (2011, p. 183) funciona como um auxílio para soluções específicas ditadas pelo problema formulado. Mesmo que por questões de organização defina-se concentrar a discussão teórica em capítulos específicos, seus pareceres e as ideias que deles emanam permeiam todo o desenvolvimento da pesquisa, de modo que, como acrescenta Braga (2011), a teoria pode ser empregada em diferentes aspectos, seja como fundamentação, para explicar sobre o objeto e seu contexto, como uma revisão resultante da pesquisa ou até mesmo como ação metodológica.

O primeiro núcleo teórico desta pesquisa propõe uma discussão sobre as funções e as responsabilidades do jornalismo. Buscou-se um breve destaque sobre a deontologia da profissão, para melhor compreender o que motiva, afinal, os estudos acerca da atividade, e, depois, foram acionados autores como Lippmann (1922) e Habermas (1997) para sustentar observações sobre o papel do jornalismo na formação e na orientação da opinião pública. Ainda no campo da opinião, apresentam-se conceitos sobre os editoriais - um formato específico do gênero opinativo - bem como algumas tensões que os cercam. Beltrão (1980) e Melo (2003) aparecem como os principais autores, mas também foram usados como referência Mont'Alverne e Marques (2015) em um estudo específico sobre a opinião das empresas no jornalismo brasileiro. No mesmo capítulo também foi descrito como os jornais que aqui serão analisados tratam, nas respectivas cartas de princípios editoriais, a manifestação da opinião em suas páginas.

O capítulo teórico seguinte tenta mostrar a relação (ou a falta dela) entre a imprensa e a América Latina. Em primeiro lugar, resgatam-se alguns estudos que já se propuseram a entender o distanciamento dos jornais brasileiros de temas válidos para a região e também o

porquê de não ser raro encontrar a América Latina tratada a partir de uma visão estereotipada, geralmente ligada a um contexto de atraso (BARBOSA, 2004; SANT'ANNA, 2006; MENDES, 2009). Canclini (2008) é acionado para responder se, diante do cenário possivelmente embalado por uma crise que fragmenta e descentra as identidades modernas, como discute Hall (2006), ainda faz sentido pensar em uma identidade comum para a América Latina. No contexto latino-americano, são expostos o contexto e a história das Farc, movimento que caracteriza o objeto deste estudo.

O capítulo 4 traz um detalhamento sobre a técnica metodológica empregada. A Análise de Conteúdo é utilizada em diversos campos do conhecimento e, na comunicação, seu conjunto de técnica amplia o sucesso na busca por uma compreensão mais profunda sobre qualquer tipo de ato enunciativo e por qualquer meio (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016; FONSECA JÚNIOR, 2012). Por isso, definiu-se como caminho viável para cumprir os objetivos desta pesquisa.

No capítulo final, aplica-se a metodologia ao *corpus* selecionado para compreender, enfim, como a Folha de S. Paulo e O Globo constroem seus posicionamentos acerca dos diálogos de paz por meio dos editoriais. O conjunto de textos de cada um dos veículos é analisado individualmente a partir das classificações propostas. A íntegra dos textos analisados consta no apêndice desta dissertação.

2 O CAMPO DO JORNALISMO

A responsabilidade social sempre foi vista como um fator relevante na história do entrelaçamento entre jornalismo e sociedade. Diante do papel historicamente conferido ao jornalismo, a ele coube a função de conectar a realidade dividida, estratificada em classes sociais e grupos de interesses, constituindo-se de elementos básicos como espaço de crítica, compromisso público e lealdade com cidadãos (MEDINA, 1982, p.22; KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.22-23).

Para Ribeiro e Fossá (2009, p. 6), a linguagem usada pelo jornalismo vai além. Ela é capaz de normalizar a sociedade, “é ela que ameniza o caos social, e é uma forma de instaurar uma ideologia de um grupo que se verbaliza através da mídia e torna-se a ideologia dominante, que tem o poder sobre a informação” (p. 6).

O comprometimento da atividade é, inclusive, premissa dos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, estabelecido pela Unesco em 1983 em um encontro que discutiu a contribuição dos meios de comunicação de massa para fortalecer a paz e a compreensão internacional. Além de prever engajamento com os valores universais e à diversidade de culturas e respeito ao interesse público, a cartilha defende que:

Informação em jornalismo é compreendida como bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale não só para aqueles que estão controlando a mídia, mas em última instância para o grande público, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal (PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS, 1983, n.p.)

O protagonismo da imprensa tem também um peso importante no desenvolvimento de estudos que dele se acercam. É nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX, que o jornalismo como objeto de interesse da academia ganha força, sobretudo nas Ciências Sociais. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial e o crescimento dos meios de comunicação de massa, capazes de alcançar públicos cada vez maiores, análises sobre o jornalismo foram incorporadas em diversas áreas, observando-se aspectos de produção, influência, efeitos e agendas, o que serviu para reforçar estudos anteriores que já haviam se proposto a explorar características e consequências da atividade.

Pontes (2008, p. 170) lembra que, embora sem um campo de saber próprio, o jornalismo acumulou nos últimos 150 anos um grande número de estudos envolvendo processos metodológicos e teóricos distintos. Tem-se desde os institutos de pesquisa em jornalismo na

Alemanha coordenados por Karl Bücher, que datam da década de 1880, até discussões levantadas por Karl Marx sobre liberdade de imprensa. Adghirni (2006, p. 52) recorda que a primeira tese sobre jornalismo de que se tem notícia foi defendida na Alemanha em 1690, por Tobias Peucer. Intitulada de *Relatos jornalísticos*, foi “considerada por muitos teóricos um texto fundador para o campo acadêmico” na área.

Mas é mesmo no século XX que o jornalismo passa a ser incorporado como objeto de investigação de distintas vertentes acadêmicas, o que, conforme Zelizer (2004; 2014), acabou por reforçar o papel dos jornais e dos jornalistas não apenas como fontes de informação imediata, mas também como resultado de uma ação coletiva engajada em moldar a reflexão sobre o que ocorre no mundo. Do ponto de vista da autora, a herança deixada pela trajetória transdisciplinar e que deu aos estudos dos fenômenos jornalísticos traços multifacetados é um dos motivos pelo qual não é possível atribuir ao jornalismo uma definição comum.

Ao mesmo tempo que Ciências Sociais e Ciências Humanas disputaram diferentes olhares sobre o objeto, a concepção do que é jornalismo vem sendo negociada, quase sempre sem consenso, por três grupos distintos: jornalistas, professores de jornalismo e pesquisadores acadêmicos da área. Dessa forma, cada um deles “constitui uma espécie de comunidade interpretativa que define o jornalismo de acordo com os seus próprios objetivos e então estabelece estratégias de como pensar sobre ele em conexão com esses objetivos” (ZELIZER, 2014, p. 15). Por isso, a autora (Ibidem) sugere que, ao contrário do Brasil, onde há uma tradição de crítica jornalística, em outras partes do mundo o ensino de jornalismo tem gerado dissonância no currículo universitário. Nas Humanidades, ele passou a ser visto como parte da redação, enquanto nas Ciências Sociais passou a ser visto como uma ferramenta para canalizar a opinião pública, concepção heterogênea que estabeleceu cinco grandes linhas de estudos sobre jornalismo ao longo do tempo: a sociologia investigou como o jornalismo é importante; a história, como era sua importância passada; os estudos da linguagem, por meio de que ferramentas verbais e visuais ele é importante; a ciência política, como deve ser importante; e a análise cultural, como é importante diferentemente.

Com um gradual interesse sobre os fenômenos jornalísticos nas últimas décadas³, muitos pesquisadores continuam em trabalho constante visando estimular olhares que ultrapassem a discussão da atividade apenas como uma prática. Tenta-se estabelecer na academia o jornalismo

³ Leva-se em conta, por exemplo, a expansão dos cursos superiores de jornalismo no Brasil. Levantamento de Jacques Mick (2012) para mapear o perfil do profissional do jornalismo brasileiro mostrou que, em 1980, o Brasil tinha 60 cursos superiores de jornalismo, número que passou para 316 em 2010. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf>. Acesso em 29 de março de 2019.

como campo de pesquisa com status próprio, mesmo em se tratando de um saber não legitimado diante de outras áreas (MACHADO, 2004; PONTES, 2008; SILVA, 2009; ALBUQUERQUE, 2010).

Para Zelizer (Ibidem, p. 15-16), os estudos sobre jornalismo dizem respeito à centralidade que os fenômenos do campo continuam a ter na contemporaneidade. Seja como um conjunto de práticas, como uma coletividade de indivíduos, como uma profissão ou como instituição, “a importância do jornalismo cresce exponencialmente, desempenhando um papel crucial para ajudar as pessoas a entenderem tanto suas vidas cotidianas quanto as maneiras como se conectam ao corpo político mais amplo”.

2.1 DO POR QUE AOS PORQUÊS DO JORNALISMO

Estudos sobre jornalismo não fariam sentido se não ocorressem de maneira paralela às demandas por entender qual é, afinal, a sua função. Seria ainda o quarto poder como designado pela tradição liberal britânica? É um dos pilares constituintes da democracia? Ou sua responsabilidade se limita a informar?

Apesar de a discussão sobre a deontologia profissional e as mudanças provocadas pela emergência do que Neveu (2001 apud PEREIRA e ADGHIRNI, 2011, p. 44) chama de “jornalismo de mercado” serem importantes para pensar o futuro dos meios de comunicação, nem por isso perderam espaço as análises sobre o papel do jornalismo no debate capaz de estabelecer agendas, instaurar debates e conduzir a troca de ideias na sociedade, tendo em conta que “o século 20, com todo o aprimoramento das mídias de massa, levou “às últimas consequências” o papel da opinião pública como elemento ratificador da condução política e cultural” (LONGHI, 2006, p. 45)

Diante disso, Ianoni (2002, p.22) avalia que ao se escrever sobre um jornal continuava a se pressupor “que se está dando importância a ele em termos de sua repercussão na opinião pública”:

Pode-se afirmar que os jornais diários realmente influenciam a opinião pública, exercendo sobre ela uma presença marcante. Pesquisas de opinião pública têm situado a imprensa e os jornais entre as instituições mais confiáveis do país. Cabe também lembrar que, enquanto a TV e o rádio não produzem apenas noticiário, os grandes jornais são especializados nessa atividade. Muito material noticioso produzido pelos grandes veículos da imprensa escrita repercute na TV e no rádio (IANONI, 2002, p.22).

Dentre as diferentes funções atribuídas à imprensa e ao jornalismo de maneira mais específica, uma delas se volta para as particularidades do jornalismo como instrumento mediador de interesses, sejam estes próprios ou conduzidos por de setores da sociedade, e também como um guia que conduz a formação da opinião pública (PARZIANELLO; PARZIANELLO; CAMPO, 2018; GOMES; CABRAL, 2005). Nesse sentido, a discussão não é recente, tampouco homogênea.

Jürgen Habermas, que na obra *Mudança estrutural da esfera pública* (1984)⁴ aproximou dos meios de comunicação a responsabilidade pela mediação entre a sociedade e o Estado no círculo da esfera pública⁵, argumenta que em uma esfera liberal, onde a sociedade civil ganha forma perante movimentos, organizações, associações, os atores não podem exercer poder político, mas sim influenciá-lo - sendo essa influência refletida principalmente pela imprensa. “E a influência de uma opinião pública, mais ou menos discursiva, produzida através de controvérsias públicas, constitui certamente uma grandeza empírica, capaz de mover algo” (HABERMAS, 1997, p. 105).

Ainda na interface política, Davison (1958) havia defendido anos antes que, por meio da conjuntura sobre o qual se estabelecem os meios de comunicação, entre eles os jornais, era possível medir o impacto da opinião pública. Segundo pontuou o autor, a influência da opinião pública se mostrava menos impactante em sociedades onde havia menos canais de informação ou onde estes permaneciam fortemente vigiados pelo Estado.

Em seus estudos sobre pesquisas de opinião, Champagne (1998) retoma que, sendo uma expressão comum entre os institutos de sondagem, cientistas políticos, meio político e a imprensa, a noção de opinião pública faz parte do inconsciente político social. Já para Farhat (1992), que olha para opinião pública como “o produto final do agregado dos impactos individuais de imagens sobre determinado conjunto social” (Ibidem, p. 5), a imprensa tem função determinante neste processo “porque a imagem que formamos dos acontecimentos e das pessoas resulta das impressões recebidas, principalmente, por meio da mídia” (Ibidem, p. 174).

⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁵ O conceito de esfera pública, ainda que não seja tratado de maneira uniforme por autores que o acionam, está atrelado às discussões do pensador alemão Jürgen Habermas (1929-) iniciadas em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003 [1962]). Originalmente, Habermas define esfera pública como uma arena de debate da sociedade onde ocorre o intercâmbio discursivo essencial para a tomada de decisão, relacionando a emergência desse espaço à burguesia do século XIX. Assim, a “esfera pública burguesa estava formada pela junção de um conjunto de pessoas privadas, reunidas para discutir as questões privadas que eram publicamente relevantes” (HABERMAS, 2003, apud LOSEKANN, 2009, p. 40). Contudo, algumas das críticas à ideia, que podem ser justificadamente associadas ao caráter inicial dos meios de comunicação, dizem respeito aos estratos presentes e ausentes na esfera pública. Nesse sentido, uma das ponderações mais notáveis é de Nancy Fraser (2000), que adverte para o fato de a esfera pública habermasiana não integrar segmentos da sociedade historicamente excluídos, a exemplo de mulheres e trabalhadores.

Em uma das primeiras observações sistemáticas sobre a prática jornalística, Walter Lippmann, em *Public Opinion* (2008)⁶, também coloca a opinião pública como um fenômeno que reverbera das páginas dos jornais, lembrando que estes foram durante muito tempo concebidos como se fossem instituições legitimadas para o exercício paralelo da democracia:

Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente por si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior no qual estamos interessados (LIPPMANN, 2008, p. 275)

Na interface entre o jornalismo e a democracia, a visão de Habermas é de que “a imprensa se estabelece propriamente como órgão crítico de um público que pensa a política: como quarto Estado” (Habermas, 1984, p. 78), ideia que foi perdendo força ao longo dos anos entre mais diversos estudiosos e analistas da área. Sobre isso Castells (apud Ure, 2008, p. 117) considera os meios de comunicação não como constituidores do quarto poder, mas como um “espaço em que se gera, se mantém e se perde o poder”.

Miguel (2002, p. 163) endossa que o jornalismo e os demais meios continuam ocupando a centralidade no jogo político atual. Ressalta que, nas sociedades contemporâneas, a mídia, sistema qual o jornalismo faz parte, “é o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade”.

E se por um lado o papel do jornalismo parece estar comprometido em meio a tantas transformações, por outro, as novas dinâmicas estabelecidas na rotina de quem produz e quem consome tendem a reforçar as funcionalidades da prática.

Nesse sentido, Wolton (2004, p. 311) considera que “o volume cada vez maior de informações reforça o papel do jornalista como mediador entre o mundo e os cidadãos”, enquanto, na mesma linha, muitos pesquisadores passam a falar de uma ruptura estrutural que não condenou os jornais, mas, ao contrário, estabelece uma nova ordem de mediação social da realidade diante da quebra do ritmo circadiano da notícia e da transformação de suas identidades (KARAM, 2007; PEREIRA e ADGHIRNI, 2011).

⁶ LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.

2.2 INFORMAÇÃO E OPINIÃO NOS JORNAIS

Ao mesmo tempo em que o jornalismo acumula distintas competências, entre elas a de direcionar a opinião pública, ele também se ajusta em diferentes formatos. Nas páginas dos jornais, por exemplo, encontram-se textos da ordem da informação, da descrição, da interpretação, mas a atividade também consolidou ao longo do tempo um modo particular de opinar sobre assuntos considerados, pelos próprios meios, relevantes.

Os estudos do jornalismo para além de suas funções culturais, epistemológicas, sociais e políticas compreendem também as peculiaridades que definem seus rituais de produção, importantes para melhor defini-lo, classificá-lo e praticá-lo. Uma destas manifestações diz respeito aos gêneros jornalísticos, modelos de classificação de formatos e discursos por meio dos quais os jornais organizam determinados tipos de conteúdo “ou de uma possibilidade de conteúdo, uma espécie de contrato previamente acordado entre emissor e receptor” (TEMER, 2009, p. 180 e 181).

No Brasil, um dos mais recentes estudos a respeito destas classificações é o de Melo e Assis (2016), com novas observações acerca dos gêneros e formatos trabalhados e difundidos pelos jornais. Para a maturação desta classificação, é relevante citar que os autores apontam duas correntes teóricas de grande contribuição: o Funcionalismo e a Teoria Crítica. A primeira, no viés mais pragmático, argumenta que, se há várias demandas na sociedade, “é natural que os meios de Comunicação se organizem de modo a suprir essas necessidades” (MELO; ASSIS, 2016, p. 45). Quanto à Teoria Crítica, define as classificações como uma estereotipação de cunho ideológico que confere identidade aos produtos que circulam na mídia, além de possibilitar que “a audiência, consciente ou inconscientemente, identifique as diferentes mensagens a ela endereçadas (...)” (Ibidem, p. 46). Esta última apreciação parece estar muito mais aproximada da perspectiva de Melo e Assis, que entendem os gêneros como aquilo “que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania” (Ibidem, p. 49-50), e de Temer (2009), para quem, ainda que os gêneros não sejam fixos, como igualmente ressaltam Melo e Assis, também são instrumentos valiosos para compreender criticamente os meios:

Os meios de comunicação de massa usam os gêneros como recurso para atender às necessidades de padronização de produto, oposto ao conceito literário de um trabalho de autoria. Na análise dos meios massivos, os gêneros não devem ser vistos como categorias neutras, mas “construtos ideológicos que fornecem e reforçam uma pré-leitura” (FEUER, 1987, p.118): as leituras são direcionadas pelas condições de

produção e conduzem os leitores a naturalizarem a ideologia dominante (TEMER, 2009, p.6).

A partir deste contexto de ponderações de observações empíricas do jornalismo brasileiro entre 2002 e 2007, Melo e Assis (op. cit.) propõem uma classificação que engloba cinco gêneros jornalísticos distintos: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. A esta pesquisa cabe olhar para um específico, o opinativo, definido pelos autores como um fórum de ideias “cuja finalidade é avaliar os acontecimentos” (Ibidem, p. 47), seja por meio dos formatos comentário, resenha, artigo, coluna, caricatura, carta, crônica ou editorial, este último classificado como o espaço porta-voz da empresa jornalística e que será foco das análises deste estudo.

Em uma das primeiras explorações sobre o comportamento da opinião no jornalismo brasileiro, Beltrão (1980) alega que, embora a informação seja um dos principais eixos de sustentação de um jornal, este tem o dever de ir além da difusão objetiva da ocorrência. Assim, para ele, o jornalista não é apenas um informante, o que faz com que se reclame dele “a transmissão tanto da informação como do comentário; que narre o fato, mas opine sobre ele” (p. 43). Dessa forma, ressalta o autor que é a opinião.

(...) que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho a obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social. (BELTRÃO, 1980, p. 14).

Sobre a emissão de juízo nos veículos jornalísticos brasileiros, Beltrão (Ibidem) destaca que esta não decorre apenas do jornalista, cuja formação, o contato maior com o público, a condição social, econômica e intelectual subsidiam o seu ponto de vista sobre os acontecimentos. A opinião também se manifesta por meio da figura do editor, fundamentada, entre outros elementos, pelas convicções filosóficas do grupo de elite que mantém o veículo, pelas relações que envolvem o tema proposto e pelos interesses econômicos da empresa; e também por meio dos leitores, presente nas entrevistas concedidas, em pronunciamentos oficiais de grupos, nas cartas enviadas à redação (hoje, possivelmente, nos comentários suportados pelas plataformas on-line).

Ainda assim, no contexto da década de 1980, o autor acreditava haver maneiras de controlar a “contaminação” dos textos informativos pela opinião, aproximando-se do conceito da objetividade como prática possível no jornalismo. Com esse entendimento, coloca entre o

gênero informativo e o opinativo uma terceira categoria de conteúdo, a interpretativa, à qual atendem textos que não se limitam à superficialidade do fato e exploram causas e problemas, podendo o jornalista correr o risco de invadir o campo da opinião, controlado de igual maneira pela política editorial da empresa.

É importante ressaltar que a aceitação da objetividade no jornalismo, e, por consequência, de manifestações exclusivamente opinativas, não é uniforme. Partindo de uma perspectiva marxista, Genro Filho (1987, não p.) propõe uma discussão sobre a prática jornalística em que o relato, seja notícia ou reportagem, “não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito”. Ao contrário de Lage (2001, p.49), para quem a objetividade no jornalismo é meta possível “que se traduz numa série de técnicas de apuração, redação e edição; na busca de enunciados intimamente adequados à realidade e em sua tradução para diferentes públicos e veículos”, Gaye Tuchman (1999, p.75) classifica como impossível a ausência total da subjetividade na prática do jornalismo, mas concorda que a busca pelo relato puro e simples existe e é empregada como um ritual estratégico pelos profissionais da área, que “invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para espantar os espíritos malignos”. De maneira semelhante, Sponholz (2003) também considera que a objetividade total não é alcançável, mas que é viável ao jornalismo se valer de técnicas para chegar o mais próximo possível da realidade, destacando que o fato do jornalista não ter uma opinião sobre o que observa não torna necessariamente o trabalho mais objetivo: “a postura de um repórter que noticia sobre um genocídio sem se alterar, sem tomar uma posição, não é objetiva, é desumana” (SPONHOLZ, 2003, p. 120).

Ao rebater a teoria dos gêneros em sua forma clássica, por meio da qual a separação entre opinião e informação no relato jornalístico se torna viável, Chaparro (2008) apresenta como um falso paradigma a percepção que distancia algumas formas de relato dos juízos de valor, na medida em que para ele “o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões” (p. 146). Isto posto, trata a dicotomia como uma espécie de matriz criada para regular as convicções e os conceitos que organizam e explicam o jornalismo. Para tanto, aponta que a divisão dos textos em classes e tipos tal como propõe a discussão tradicional só é possível porque formas discursivas como artigo, notícia, reportagem, entrevista e crônica, por exemplo, são denominações que identificam formas, ao passo que “as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como substâncias na natureza do jornalismo, na medida em que

se constituem suportes que permanecem na totalidade da ação jornalística, quer se relate ou se comente a atualidade (CHAPARRO, 2008, p. 147-148).

Em um estudo sobre a evolução dos gêneros jornalísticos na imprensa brasileira entre 1945 e 1995 em que leu, mediu e classificou textos de 164 edições de domingo dos quatro jornais de maior influência em cada uma das décadas, Chaparro (Ibidem) conclui haver um enfraquecimento dos conceitos de “opinião” e “informação” nas páginas desses periódicos, sendo que esses conceitos passaram a se caracterizar como partes complementares toda a produção. Desta forma, ao considerar que a opinião está na dimensão de todo o conteúdo e que esta consiste de atribuir valor às coisas, o autor coloca a opinião como um dos principais suportes do jornalismo praticado na atualidade, lembrando que “a função qualitativa de maior relevância no jornalismo é a de atribuir valor às coisas” e que “sem intervenção valorativa não há ação jornalística (...)” (CHAPARRO, 2008, p. 149).

2.3 EDITORIAIS E A PRÁTICA DA OPINIÃO

Conforme Melo (2003, p. 101-102), a postura opinativa foi muito característica dos primeiros periódicos brasileiros, quando estes pertenciam a uma só pessoa ou então um pequeno grupo delas. Contudo, a partir do momento em que os veículos de imprensa se tornaram organizações complexas, com um distenso quadro de funcionários, a opinião praticada nos jornais ganhou forma diferenciada e se tornou até mesmo conflitante, uma vez que a “realidade captada e relatada se condiciona à perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores”.

No fluxo desenhado por Beltrão (1980) a opinião no jornalismo vem de três vertentes distintas: do jornalista, do leitor e do editor, sendo este último caso a opinião expressa pelos editoriais e pela linha do jornal. Na classificação recente de Melo e Assis (2016), os autores definem como formatos do gênero opinativo o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a caricatura, a carta, a crônica e, ao lado desses, o editorial, formato que baliza as análises deste estudo.

A noção de editorial se consolidou, e não apenas no Brasil, como o espaço em que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento e onde se explicita a condição de parcialidade do jornal, que pode, mais livremente, assumir suas posições acerca de diversos temas que considera importante (MELO, 2003; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015).

Beltrão (1980, p. 51-52) reitera que é principalmente por meio dos editoriais que o jornal enquanto empresa “manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores

de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum”. O autor descreve ainda o formato como a voz e a tribuna do jornal, espaço em que se desenvolve o processo oposto ao do relato factual. Portanto, ao contrário da notícia, que é essencialmente objetiva, o editorial, segundo Beltrão, apresenta uma outra dimensão, que é a da profundidade, pois sua tarefa é analisar as causas e consequências de um fato mediante análise, funcionando como uma espécie de tradutor do idioma da realidade.

Conforme Mont’alverne e Marques (2015, p. 133), a concepção das empresas em relação aos editoriais se aproxima da forma como elas acreditam exercer sua própria função social, sendo “o texto dos editoriais uma forma de a empresa colocar em prática a função que acredita cumprir (...)”. Os autores ainda destacam que, de maneira geral, o editorial oferece subsídios capazes de revelar a imagem do veículo e, portanto, é um “elemento que contribui para consolidar a posição social da instituição jornalística (p. 122-123), objetivo que se atinge com o texto que deixa, de forma explícita, a condição de imparcialidade assumida como necessária por outros formatos e caminha em direção aos princípios defendidos pelo periódico.

Do ponto de vista político, Mont’alverne e Marques (Ibidem) definem o editorial como um espaço em que o jornal se movimenta para fazer política e, consequentemente, pressionar o poder público. É um pensamento semelhante ao de Melo (2003, p. 105), que, além das características mais evidentes, aponta para os editoriais como também sendo um “trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam”. O autor destaca ainda que, como hoje a grande imprensa está inserida em conglomerados de mídia, o editorial não comporta mais a característica de ser a opinião do dono da empresa, mas traduz o “consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (Ibidem, p. 103-104), tornando-se, por isso, um espaço de contradições, “o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no Jornalismo” (MONT’ALVERNE; MARQUES, op.cit., p. 122).

Considerados o espaço oficial em que se manifesta a opinião do jornal acerca de fatos considerados por eles relevantes, os editoriais têm suas características particulares de produção e publicação. Articulação semelhante à exposta por Mont’alverne e Marques (op. cit.) e Melo (op.cit.) encontra-se em Beltrão (1980, p. 52), que afirma que a opinião expressa no jornal “é o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal”. Portanto, explica o autor:

Por ser uma manifestação do ponto de vista do grupo editorial, esse gênero jornalístico tem características especiais, que o diferenciam de outras formas de expressão opinativas, como o artigo ou a crônica. *Nestas últimas, os comentários a respeito de um fato ou as explanações de uma tese ou de um ponto doutrinário se fundamentam em argumentos e ideias pessoais; no editorial, a nota dominante é a impessoalidade.* (BELTRÃO, 1980, p. 52, grifo do autor).

Além de impessoalidade, ou seja, o fato de o editorial não ter marcas de autoria, como a pessoa do discurso em 1ª pessoa e assinatura, por exemplo, Beltrão (Ibidem, p. 54-55) atribui ao formato outros três atributos: topicalidade (adequação a um tema que repercute na opinião pública para orientar o leitor); condensabilidade (que focaliza uma ideia central única) e plasticidade (orientar, mas com flexibilidade, porque as circunstâncias dos fatos podem se alterar e criar um novo quadro passível de interpretação).

Em um estudo sobre a função enunciativa dos editoriais, Alves Filho (2006) acrescenta outros traços recorrentes do formato, como a institucionalização, a ausência de assinatura e de elementos biografizantes, o uso da variedade do padrão da linguagem, interação entre uma instituição e indivíduos-leitores; busca e cobrança por uma coerência enunciativa; ineditismo textual, e, também, impessoalização. E, por se ater aos editoriais enquanto gêneros de discurso, admite que:

Eles possuem relativa estabilidade quanto a estilo, tema e estrutura composicional; emanam de uma esfera social de comunicação e nela se desenvolvem – o jornalismo; promovem a alternância interacional entre sujeitos historicamente situados – a empresa jornalística e o conjunto de leitores; e apresentam determinadas formas típicas de acabamento e de exauribilidade no tratamento do objeto de sentido. Acrescentaríamos também que o seu caráter genérico pode ser apreendido pelo fato de os editoriais possuírem uma autoria pré-configurada sócio-historicamente e materializada textualmente, a qual está sendo aqui denominada de *autoria institucional*.” (ALVES FILHO, 2006, p. 84, grifo do autor)

Assim, o autor salienta que o editorial se configura como editorial principalmente por causa do papel de autoria nele desempenhado, já que, em estilo, temas e estrutura composicional, pode se assemelhar a outros formatos:

TABELA 1 - TIPOLOGIA DE AUTORIA NOS FORMATOS OPINATIVOS

Formatos do gênero opinativo	Tipo de autoria	Instância que assume a autoria	Instância em referência ao jornal
Coluna de opinião assinada	Sócio-profissional	Colunista (jornalista)	Interna
Artigo de opinião	Sócio-profissional	Articulista (figura da sociedade)	Externa
Carta de leitor	Individual privada	Leitor	Externa
Editorial	Institucional	Empresa	Interna

Fonte: Adaptada de Alves Filho (2016).

2.3.1 A prática da opinião e os editoriais na Folha de S. Paulo

Embora se coloque como um jornal pluralista e não-partidário e que busca dar espaço em seu conteúdo para pontos de vista em conflito, a Folha de S. Paulo admite um perfil alinhado a um “perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes” (PROJETO EDITORIAL, não p.), definindo assim um posicionamento geral sobre suas próprias opiniões.

A opinião, aliás, está dentro do núcleo central do jornalismo praticado pelo veículo, tal como exposto no documento *Projeto Editorial da Folha*, que serve como uma diretriz para a produção jornalística da empresa e cuja versão mais recente, disponível em suporte on-line,⁷ foi atualizada em março de 2019. O texto traz como objetivos principais do periódico “oferecer ao público leitor três produtos diferentes: “informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos” e “ formar, entre nós, uma opinião pública esclarecida, crítica e atuante” (Ibidem, n. p.).

De acordo com o que apresenta o documento, a opinião e o posicionamento do veículo sobre os fatos, e assim podemos relacionar seus editoriais, são concebidos como relevantes na medida em que “o desenvolvimento da **Folha** depende, hoje, mais da posição do jornal em relação ao mundo do que da forma pela qual ele trata o mundo e o incorpora à existência pessoal do leitor” (Ibidem, n. p., grifo do autor).

⁷ Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

Na declaração de seus princípios fundamentais, também presentes do documento do projeto editorial, a Folha de S. Paulo defende que, assim como informações confiáveis, opiniões qualificadas são igualmente importantes para estimular a cidadania e contribuir para o desenvolvimento de ideias e da sociedade, e que a oferta dessas opiniões pelo veículo implica em concentrar distintos pontos de vista. Quanto a seus próprios pareceres acerca dos acontecimentos, afirma:

É necessário que o jornal, sem discriminar opiniões diversas das que adota (e, ao contrário, estimulando polêmicas com elas), tenha as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar. São, também, as opiniões oficialmente expostas pelo jornal que possibilitam o desenrolar de um importante diálogo silencioso entre o leitor e o seu jornal, diálogo que, com o passar do tempo, cimenta os laços de respeito e de estima entre o jornal e seu leitorado. (PROJETO EDITORIAL DA FOLHA, 2019, não p.).

Em relação aos processos de publicação de seus editoriais, a Folha de S. Paulo esclarece ainda que considera importante estabelecer distinções entre o material noticioso, mesmo que tomado por interpretação analítica, e opinativo, de forma que “a opinião do jornal é expressa em editoriais não assinados, que são publicados na segunda página do jornal e, excepcionalmente, na primeira” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2015, p. 117), sendo os textos do formato apresentados ao leitor sob o título “Opinião da Folha”.

Já quanto às práticas da produção discursiva dos editoriais, a Folha de S. Paulo coloca que estes “não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2015, p. 40). De encontro ao tributo da plasticidade descrito por Beltrão (1980), o jornal pondera ainda que nada impede que a empresa mude de opinião sobre algum assunto, mas que, nesse caso, o leitor deve ficar ciente. E negando a percepção do editorial como um espaço de tensões e contradições geradas, sobretudo, pelo conflito entre os interesses particulares do jornalismo e os interesses da classe política (MELO, 2003; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015), o periódico alega que “cada questão é uma questão, e nós tomamos partido em relação a ela especialmente, não em relação à estratégia geral de quem a propõe, seja um partido, um grupo etc.” (PROJETO EDITORIAL, não p.).

2.3.2 A prática da opinião e os editoriais em O Globo

No documento *Princípios Editoriais do Grupo Globo*, publicado em plataforma on-line em 2011⁸ e cuja edição continua a reger os processos de produção não apenas no jornal O Globo, mas de todos os veículos agrupados na *holding* Grupo Globo⁹, o jornalismo é tomado como “uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”. Considerando o jornalismo como fonte de informação e produtor de conhecimento, o texto esclarece que, ao contrário de um jornal de um partido político, por exemplo, em que a opinião e a informação seguem um viés determinado, o jornal generalista, tal como O Globo se classifica, “noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas” (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO, 2011, não p.).

No entanto, o mesmo texto frisa outra condição: diante dos diferentes gêneros que circulam por veículos de comunicação, entre eles os opinativos, destaca que “é igualmente evidente que a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo”, já que, sem estes prismas, restariam apenas os noticiários. Mas, mesmo nestas circunstâncias, o documento avalia que “se o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências” (Ibidem, não p.).

Como dispõe a Folha de S. Paulo ao se posicionar como um jornal plural e apartidário, o Grupo Globo também se rotula como independente de partidos e de convicções religiosas. “Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos”, diz o texto que condensa os princípios editoriais do veículo, acrescentando que, por outro lado, seus veículos instigam “a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza”.

Além da pluralidade de vozes a que se propõe a apresentar, a empresa também considera de igual maneira relevante apresentar ao público leitor meios de diferenciar os formatos de conteúdo disponíveis no jornal para evitar conflitos entre informação e opinião. Em O Globo, os editoriais não são publicados em uma página fixa como ocorre no periódico paulistano, mas consta sempre no caderno intitulado “Primeiro Caderno” e separa o conteúdo noticioso e analítico nacional e local da seção de economia. Procede a seção “Dos Leitores” e é publicado na seção “Opinião”, com, geralmente, dois editoriais distintos.

⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

⁹ Inclui, no âmbito do jornalismo, as empresas Infoglobo (integrado pelos jornais O Globo e Extra), Sistema Globo de Rádio, Globo, Editora Globo, Globosat e globo.com. Disponível em: <<https://grupoglobo.globo.com/quem-somos/>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

Os *Princípios Editoriais do Grupo Globo* afirmam também que em todos os jornais da empresa, a prática discursiva dos editoriais é uma “opinião comum sobre os temas em voga” (Ibidem, não p.). Destacam ainda que, embora possam divergir no estilo e no enfoque, devem ter a mesma essência, a qual reflete a visão do conselho editorial, constituído por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações. No sentido da função atribuída ao jornalismo por Lippmann (2008), Habermas (1984) e Farhat (1992), relacionando a atividade ao fomento da opinião pública, o texto considera que não só com os editoriais, mas com todos os materiais de cunho opinativo publicados nos jornais, o Grupo Globo entende que opinião veiculada pelos jornais influenciam a opinião pública.

Como em todos os veículos de imprensa, há no Grupo Globo jornalistas cuja função é analisar fatos e controvérsias e opinar sobre eles. Por óbvio, tais jornalistas não ferem o princípio da isenção. Primeiramente, porque agem com transparência, deixando explícito que não fazem uma reportagem objetiva sobre os fatos, mas a partir deles os analisam e opinam sobre eles (...). É uma atividade jornalística diversa da reportagem, mas que atende também a uma demanda do público: ter acesso a opiniões e análises sobre fatos e controvérsias para que possa formar a sua própria opinião. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO, 2011, não p.)

O panorama aqui delineado mostra como a Folha de S. Paulo e O Globo dizem conceber a opinião em sua rotina de produção. É importante lembrar que esta pesquisa não se propõe a comparar o discurso projetado pelos veículos com o que os editoriais analisados realmente apresentam para o leitor, mas pode se valer dessas informações para considerar se há determinada lógica na construção dos argumentos que dão forma aos editoriais referentes ao processo de acordo de paz entre as Farc e as autoridades do governo colombiano.

Retoma-se, para tanto, Beltrão (1980, p. 53) e sua argumentação de que, diante da complexidade do mundo, o leitor dos editoriais - textos que têm caráter persuasivo por excelência - é um ser perplexo “que busca no jornal a explicação, enciclopédica ou profética, de tudo quando de significativo e decisivo está acontecendo ao seu redor e até mesmo daquilo que vai acontecer”. É por isso, para o autor, que a opinião manifestada nos jornais se origina de circunstâncias, motivações e aspectos obscuros que por vezes rondam os fatos, motivo pelo qual só são passíveis de serem avaliados opinativamente situações que sejam questionáveis e possam se mostrar a partir de distintos ângulos de compreensão. Por este ponto de vista, o pensamento de Beltrão ajuda a reforçar a importância dos diálogos de paz para os jornais e, como consequência, para a formação e orientação da opinião pública.

3 A IMPRENSA BRASILEIRA E A AMÉRICA LATINA

A América Latina não encontra espaço privilegiado na grande imprensa brasileira (BARBOSA, 2004. SANT'ANNA, 2006; BOMFIM, 2009). Não é raro ver acontecimentos que afetam as relações políticas e sociais da nossa região serem reduzidos a espaços mínimos em detrimento da agenda estadunidense ou europeia ou, se noticiados, explorados muitas vezes a partir de um viés derrotista e conflitante.

Não por menos, a abordagem dos acontecimentos latino-americanos (ou a falta dela) pela imprensa nacional, sobretudo por jornais e revistas de maior alcance, tem sido já há algum tempo objeto de investigação de pesquisadores tentados a constatar e a explorar particularidades desta relação. Um levantamento realizado com o objetivo de mapear perspectivas acadêmico-científicas desenvolvidas neste campo temático¹⁰, sobrepostas à interface entre comunicação e política, reitera os sintomas de anomalia no jornalismo brasileiro no que diz respeito à cobertura sobre a América Latina.

A exemplo, destaca-se a produção de Mendes (2009), que, por meio de comparação entre conteúdo dos jornais *El Universal* (Venezuela) e *O Globo* (Brasil) em relação ao referendo da reforma constitucional da Venezuela em 2007, apontou a manifestação do discurso de um suposto atraso latino-americano a partir das imagens político-identitárias projetadas por estes veículos. No mesmo sentido, o tensionamento da investigação conduzida por Pavam (2013) mostrou que as estruturas discursivas da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* expressam de maneira constante uma identidade estereotipada dos latino-americanos, ao passo que Leite (2016), também ao olhar para o sistema discursivo da grande imprensa, concluiu que os meios de comunicação atuam como instrumento de reprodução de um discurso colonizador, trabalhando, assim, “para manter a ideologia de Estado e a sua própria sobrevivência e expansão” (p. 290).

¹⁰Pesquisa da pesquisa elaborada como trabalho final da disciplina de Metodologia da Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFPR cursada no 2º semestre de 2017. Foram analisados, além dos catálogos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira (BDTD), a biblioteca eletrônica Scielo e as revistas científicas temáticas *Extraprensa*, *Cadernos Prolam - Brazilian Journal Of Latin American Studies*; *Revista de Pesquisas e Estudos sobre as Américas* e *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*. Buscas feitas entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018. Dez dissertações, sete teses e quatro artigos. No banco da Capes, teses e dissertações foram selecionadas das áreas de conhecimento “Comunicação”, “Ciências da Informação” e “Jornalismo e Editoração” e resultantes da sequência de buscas “América Latina”; “Imprensa”; “jornalismo”; “América Latina”; “mídia” e apenas “América Latina”. Para o quadro final, não foram levadas em conta pesquisas à parte da interface entre comunicação e política, como, por exemplo, relações e representações de gênero, conflitos étnicos, integração e movimentos econômicos, produções e conceitos cinematográficos, modelos culturais, mediação, demandas por reconhecimento, discussões sobre identidade sem relação com o papel social da mídia e análises eleitorais.

A tendência da grande imprensa brasileira de marginalizar a América Latina está longe de ser apenas uma coincidência. Além de interesses políticos e econômicos alheios à integração da região, Sant’Anna (2006) assinala ainda outros dois elementos que reforçam este comportamento: a influência das agências de notícia, responsáveis em grande parte por abastecer os veículos de comunicação brasileiros com conteúdos internacionais e pouco interessadas na integração latino-americana, e uma herança cultural fortalecida nas redações e que, conforme Barros (2004, p.137), manifesta-se ainda na vida acadêmica dos futuros jornalistas:

Discutimos conceitualmente a importância de se valorizar nossa cultura latino-americana, questionamos a subordinação da comunicação ao mercado e a manipulação das massas pela indústria cultural, pesquisamos e investimos no resgate da figura do receptor como sujeito e não mero objeto da ação que se desenvolve; mas seguimos ensinando os futuros comunicadores a “atingirem seu público alvo”, de maneira a provocar os “efeitos desejados” pelo “impacto da mensagem nas audiências (BARROS, 2004, p.137).

Percebe-se hoje que muito do esforço dos pesquisadores em compreender o vazio da América Latina na grande imprensa brasileira se concentra no protagonismo dos emissores, visto que a complexidade do circuito comunicacional não pode e nem deve ignorar a estrutura da produção da informação e o exercício diário dos jornalistas. Contudo, também é válido superar o paradigma do “emissor todo-poderoso *versus* receptor passivo” (PAULINO, 2000, p.37) e, assim, destacar a reflexão de Barbosa (2004), para quem o dilema da relação entre imprensa e América Latina encontra respostas na prática jornalística, sobretudo quando tensionada diante características hegemônicas atribuídas aos meios de comunicação, mas só se completa em sentido quando também explorado a partir dos óculos dos receptores, a quem a latinidade tampouco lhes interessa.

Devido a um processo histórico de esvaziamento das manifestações populares latino-americanas - empreendido principalmente pela elite dirigente que historicamente sempre foi associada ao capitalismo estrangeiro - a América Latina não desperta interesse no público. Sua imagem está associada ao atraso, à corrupção, à pobreza. A construção dessa imagem foi um processo histórico que começou com as campanhas de conquista, passou pelas repressões no período colonial, seguiu com as repressões às lutas por liberdade e continua com o processo que desacredita a ideologia dos movimentos populares. (BARBOSA, 2004, p. 16)

Ainda conforme o autor, a construção da América Latina por um viés negativo e esvaziada de suas manifestações populares segue coordenadas das elites latino-americanas e é comum não apenas na imprensa, mas também nos livros de História e métodos de ensino. Tal

ponderação se aproxima do entendimento de Canclini (2015, p. 73-74), que, ao analisar a modernização nos países latino-americanos, sustenta que, embora a mestiçagem interclassista tenha gerado formações híbridas em todos os estratos sociais dos países da América Latina, há uma tentativa de dar à cultura de elite um perfil moderno ao encarcerar, por exemplo, o indígena e o colonial em setores populares.

A falta de interesse pelo brasileiro sobre acontecimentos marcados pelo tom da integração latino-americana está em sintonia com seu próprio sentido de pertencimento à região. A fonte para esta afirmação é o estudo *Brasil, as Américas e o Mundo*¹¹, cuja edição 2014-2015, fruto do esforço coletivo de várias instituições acadêmicas do continente, permite afirmar que, diante de uma possibilidade de vínculos identitários, “os cidadãos do Brasil sentem-se, acima de tudo, e quase que exclusivamente, brasileiros” (Ibidem, p.16), negando em grande proporção uma identidade regional, seja latino-americana, sul-americana ou até mesmo ligada ao Mercosul¹². Os resultados da pesquisa mostram que apenas 6,7% do público considerado interessado e informado (PII) se identificam como latino-americanos, porcentagem que cai para 2,8% com o público considerado desinteressado e desinformado (PDD).

Os resultados da pesquisa *Brasil, as Américas e o Mundo* ajudam a transformar em realidade a percepção de que o brasileiro não se sente latino-americano. Mas isso não ocorre apenas entre o que podemos chamar de “população comum”. O mesmo estudo mostrou que o interesse de líderes políticos e sociais pela região também está caindo. Na comparação entre as duas edições do levantamento (2010 e 2014), o grupo de figuras políticas e sociais que considerava a América Latina como a região do mundo na qual deveríamos prestar mais atenção encolheu de 48% para 44, 2%.

Desconsiderando conjunturas específicas, nota-se que os mesmos dados vão de encontro à nova composição da política internacional brasileira, implementada sob os arranjos do governo ultraconservador de Jair Bolsonaro (PSL). Em seu discurso de posse¹³, o ministro das

¹¹Capitaneado por pesquisadores do *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (Cide), no México. Na edição de 2014–2015, participaram pesquisadores de quatro instituições latino-americanas, além de integrantes do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Para a pesquisa no Brasil foram ouvidos 1.881 entrevistados, em amostra representativa da população urbana brasileira, entre o final de 2010 e 2011. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Brasil_Ame%CC%81ricas%E2%80%933mundo.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2018.

¹² Sigla de Mercado Comum do Sul, grupo de integração regional formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ao qual se incorporaram posteriormente a Venezuela e a Bolívia, esta última em processo de adesão. No dia 5 de agosto de 2017, a Venezuela foi suspensa do bloco porque seus países-membros passaram a considerar o governo de Nicolás Maduro como “rompimento da ordem democrática”.

¹³ Discurso proferido no dia 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em 12 de março de 2019.

Relações Exteriores de Bolsonaro, Ernesto Araújo, excluiu referências a projetos de integração entre o Brasil e a América Latina. Aos países latino-americanos, pronunciou apenas admiração por aqueles “que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo”, numa referência a uma organização atuante na região que reúne partidos de esquerda. Além disso, mudanças determinadas pelo ministro no currículo do Instituto Rio Branco¹⁴ baniram do curso a disciplina de história dos países da América Latina, o que, numa interpretação da própria imprensa, “sinalizou uma menor ênfase nos temas da região” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Mas, afinal, como compreender o sentimento de pertencimento, a configuração das identidades entre sujeitos que assumem ou rejeitam a ideia do que é ser latino-americano?

Na base da sociologia, Giddens (2002) argumenta que, ao contrário do que ocorria nas sociedades tradicionais, em que as identidades eram estáticas e fortemente influenciadas pelo local, na modernidade alta ou tardia, a da globalização, a identidade se desprende de conceitos pré-estabelecidos para se tornar global e aberta a mudanças, ao mesmo tempo em que se transforma em um projeto reflexivo do “eu”. Do mesmo campo, Bauman (1998) também situa a identidade pós-moderna em um contínuo processo de transformação e afirma que a libertação do indivíduo da identidade herdada, ainda na modernidade, estabeleceu uma nova estratégia de vida na pós-modernidade, que “não é fazer a identidade deter-se, mas evitar que se fixe” (BAUMAN, 1998, p. 114).

No olhar dos estudos culturais, Hall (2006) trata de um cenário que sugere ser embalado por uma crise que fragmenta e descentra as identidades modernas. Depois do sujeito do Iluminismo, moderno e individualista, e do sujeito sociológico, definido no interior das estruturas sociais, o sujeito pós-moderno assume identidades diferentes em diferentes momentos. A globalização que afasta a coerência do “eu” é a mesma que também desloca as identidades culturais nacionais, as quais, embora forjadas dentro de um sistema de representação, seguem sendo importantes fontes de identificação cultural.

Ainda no debate sobre identidade na pós-modernidade, uma perspectiva destaca-se aqui como particularmente relevante: a reflexão comprometida com a essência da latinoamericanidade trazida pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini. No ensaio *Latino-americanos à procura de um lugar neste século* (2008), o autor passa da discussão sobre o que ser é ser latino-americano para quem quer ser latino-americano, assumindo os inconvenientes intrínsecos a esta identidade. Mas defende que, embora sempre tenha sido difícil definir o que é a América Latina e quem somos os latino-americanos, visto tamanha

¹⁴ Escola de formação de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores

heterogeneidade da região, repensar a integração da região no eixo das práticas culturais é pertinente porque, através disso, seria possível chegar a um outro modelo de globalização que não aquele espelhado no neoliberalismo:

Não é a melhor época para escrever sobre a integração latino-americana. Mas explorar o potencial conjunto de nossas práticas culturais pode nos ajudar a imaginar outro modelo de nos globalizarmos. Afinal de contas, de tantas contas deficitárias, a lista de insatisfações está repleta de assuntos culturais: como lidar com a perda de identidades, como superar a desconfiança para com os líderes, o que fazer com os migrantes e os diferentes, como encontrar sentido e clareza em meio à confusão. Não se trata de acreditar que vamos nos salvar por meio da cultura. É preciso escrever essa palavra - assim como *latino-americano* - como modestas minúsculas. Para contrapô-las às Alianças Militares e Políticas que neste tempo de guerras se inflamam de maiúsculas, e também para nos diferenciarmos de tantas palavras que se gastaram solenizando-se em épicas passadas, o *latino-americano* pode crescer se se alimentar de trocas solitárias e abertas, renovadas e renováveis. Intercalar esse nome - latino-americanos - no diálogo global, encontrando a medida com que podemos escrevê-lo, é a condição para que a nossa identidade não seja lida em aspas. (CANCLINI, 2008, p. 115).

O autor continua sua observação ressaltando que a procura pelo nosso lugar, pela nossa identidade de latino-americanos, passa pelos meios de comunicação, “comunicando o que já filmamos (...), buscando uma televisão que nos represente”. É o que, sob a mesma ótica, defende Barbero (1999, p.71), ao dizer que “pensar a comunicação transformou-se mais numa maneira de trabalhar a multiplicidade de formas de interpelação, de construção de sujeitos que vão desde a política à psicologia”.

Seja como uma alternativa sustentável ao neoliberalismo que cresce com a globalização ou como uma prática de integração cultural e de identificação dos sujeitos, pensar a América Latina também é uma conduta política. Isso porque a política, como definem Beired e Barbosa (2010, p.9), não se trata apenas de uma dimensão institucional, mas de uma esfera capaz de se comunicar com diversos contornos da realidade, seja a cultura, economia, relações internacionais, o que explica, por exemplo, o nacionalismo, o latinoamericanismo e o hispanismo como “componentes da identidade cultural que não podem ser compreendidos desligados da vida política”.

Assumindo a mesma percepção, defende-se que o processo de acordo de paz entre o governo da Colômbia e as Farc com o objetivo de pôr fim ao conflito armado mais longo da América Latina transita no linear destas duas esferas. É uma pauta política tanto no sentido de mobilizar atores e instituições dentro de uma ordem democrática como também ao trazer à tona a representação da identidade coletiva do país.

Independentemente das justificativas acumuladas para explicar a importância de discutir a América Latina, é válido lembrar que a imprensa transita por todas elas. É um referencial de

esclarecimento político ao mesmo tempo em que se consolida como uma das bases por onde transita o processo de formação de identidades, sendo o meio pelo qual o cidadão "baliza seus atos e conceitos" (SANT'ANNA, 2006). O certo é que a integração latino-americana "só será consolidada quando os povos latino-americanos se conhecerem melhor. E isso só será possível com uma comunicação de massas que sustente esse ideal" (PIERNES apud BARBOSA, 2018, p. 8).

3.1 HISTÓRICO E CONTEXTO DAS FARC

Quando em 1967 o escritor colombiano Gabriel García Márquez deu ares de magia à realidade de Macondo¹⁵, transformando-a numa expressão viva da América Latina no século XX, ele certamente não estava apenas convulsionando conceitos literários. As memórias da família Buendía empunharam uma revolução igualmente intensa e sutil ao conduzir os conflitos de seus personagens por um padrão desconforme, cuja normalidade do anormal traduzia a banalização do extraordinário em uma região mergulhada em contradições e violência.

A violência que constitui e desconstitui relações no povoado de Macondo não se limita ao plano criativo. É, pois, muito mais real e intrínseco à realidade da Colômbia, sendo o principal elemento formador das guerrilhas¹⁶ que viriam a conduzir a marcha do país na segunda metade do século XX, entre elas, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). As Farc foram fundadas oficialmente em 1966 como uma guerrilha de caráter político-militar que propunha empregar todas as formas de luta contra a violência institucionalizada pelo Estado. Evoluíram de um movimento originado na autodefesa campesina e politicamente guiado pelas diretrizes do Partido Comunista da Colômbia (PCC); dissolveram-se 51 anos depois, em 2017, quando se tornaram então o partido político Força Alternativa Revolucionária do Comum, mantendo a mesma sigla. As tratativas da paz para o desfecho só foram possíveis graças a um intenso processo de acordo entre o movimento e o governo nacional, respaldado por autoridades e instituições políticas de várias partes do mundo.

¹⁵ Cidade fictícia do livro *Cem anos de solidão*. In: MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁶ Além das Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (Farc) atuaram na Colômbia o Exército de Libertación Nacional (ELN), ainda ativo; o Movimento 19 de abril (M-19), grupo desmobilizado em 1990; o Exército Popular de Libertação (EPL), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o Movimento Armado Quintín Lame (MAQL), todos findados em 199; o Comando Ernesto Rojas (CER), que se dissolveu em 1992; a Corrente de Renovação Socialista (CRS), a Frente Francisco Garnica (FFG), as Milícias Populares de Medellín (MPM), desmobilizados em 1994, e, por fim, o Movimento Independente Revolucionário Comandos Armados (MIR-COAR), atuante até 1998.

Pelo tempo em que permaneceu atuante, as Farc foram consideradas o mais antigo grupo guerrilheiro da América Latina e, embora sua configuração enquanto movimento revolucionário tenha se formalizado apenas na década de 1960, as primeiras expressões políticas e sociais que contribuíram para a sua formação comportam aspectos elementares e dramáticos da história da Colômbia no início do século XX.

O contexto sem o qual as Farc não existiriam foi conceituado pelo etno-historiador Forrest Hylton (2010) como um período nas páginas da história colombiana que, ao contrário do que propaga a crença comum, não cria uma cultura de violência, mas a recaracteriza. Dessa forma, o autor defende não ser possível compreender a conjuntura do recrudescimento das lutas internas do país, que estimulam a organização de focos de resistências e guerrilhas organizadas, sem que se considerem as “múltiplas camadas dos conflitos anteriores e o peso acumulado das contradições não resolvidas” (2010, p.37).

Na base dos contrastes sob os quais se alastraram os conflitos na Colômbia durante o século XX, é preciso destacar dois pontos. O primeiro diz respeito à própria composição geográfica do país, que, por ser de extremos, “sempre foi um fator inevitável na política colombiana e permitiu que as elites assegurassem o seu poder em relação a terras, cargos políticos e participação no mercado dos âmbitos regional e local” (HYLTON, 2010, p. 45), domínios, na maioria das vezes, estabelecidos na retaguarda da violência.

O isolamento geográfico contribuiu ainda para outra importante disparidade inerente aos ciclos violência da Colômbia - e, consequentemente, à formação das Farc. Reforçada pelas peculiaridades culturais e pela difícil estrutura viária, a multiplicidade geográfica do país também era um empecilho à postura centralizadora dos governos, que foram obrigados a delegar um amplo poder a autoridades e dirigentes locais, sem os quais seria impossível administrar. Ao mesmo tempo em que esse mecanismo fortaleceu organizações independentes, como grupos civis e a Igreja, ele também consolidou um perfil de democracia oligárquica institucionalizado no clássico paradigma político de liberais e conservadores. Acontece que, dentro das peculiaridades sociais colombianas do século XIX, o Partido Conservador e o Partido Liberal extrapolaram seus papéis políticos, fazendo com que a identificação em torno de suas representações acabasse por substituir uma identidade nacional mais inclusiva, inexistente até então. Por isso, cabia àquele fortalecer o conjunto dos que pretendiam dar à estrutura democrática um fundamento moral e ligado aos costumes católicos, enquanto se ligavam aos liberais militantes que se identificavam com as máximas de justiça social, progresso econômico e extensão dos sistemas públicas (REHM, 2014).

Recorda Pécaut (2010) que liberais e conservadores se enfrentaram em aproximadamente vinte guerras civis, entre regionais e nacionais, ao longo de todo o século XIX. Um dos maiores conflitos, a Guerra dos Mil Dias, vitimou cerca de 100 mil dos 4 milhões de habitantes do país entre 1899 a 1902 e terminou com a perda do domínio sobre o Panamá. Mas não foi o confronto final. Se praticamente toda a primeira metade do século XX transcorreu sem batalhas avassaladoras entre os dois partidos, a aproximação da década de 1950 viu eclodir toda a fúria represada entre os antagonistas ao longo de anos. A volta dos conservadores ao poder em 1946 acentuou a dicotomia latente e fez a Colômbia mergulhar em uma nova guerra civil¹⁷, a *La Violencia*, que perdurou entre 1948 e 1962¹⁸. Apesar da multiplicidade de grupos combatentes naquela época e da expansão de partidos fora do eixo tradicional, como o Partido Comunista Colombiano (PCC) e o Partido Social Democrata (PSD), *La Violencia* foi mais um conflito atribuído às diferenças entre liberais e conservadores. Não bastasse terem perdido as eleições para o conservador Mariano Ospina Pérez, os liberais se viram dispersos após o assassinato de uma de suas figuras mais icônicas e um dos principais porta-vozes na luta anti-oligárquica do país, o ex-presidente Jorge Eliécer Gaitán, o que levou ao extremo a dualidade entre os dois grupos.

No cerne da própria terminologia, *La Violencia* se tratou de um ciclo em que o único elemento desse fenômeno com o qual nunca se pôde discordar foi o emprego da violência extrema, se não única do mundo, até então nunca vista da América Latina (BAILEY, 1967; ZACKRISON, 1989). A grande fúria que irrompeu nas ruas de Bogotá após a morte de Gaitán, episódio esse denominado *Bogotazo*, viria a ser o primeiro sinal da intensificação de uma ferocidade sem controle. Apesar de o estopim dos fatos ter sido na capital, por lá durou pouco tempo: o exército não só controlou o motim como o impediu de se expandir para outros grandes núcleos urbanos, fechando sindicatos e agremiações de essência política. O que não aconteceu no interior do país. Nas áreas rurais, onde Gaitán chegou a contribuir para a formação de organizações camponesas na década de 1930, o assassinato embalou movimentos de insurreição popular imediata, que, com o passar do tempo, foram se convertendo em focos de luta armada (ZACKRISON, 1989; GALLEGÓ; 2010).

¹⁷ Pécaut (2010) explica que, em muitos aspectos, *La Violencia* foi uma guerra civil, pois, por um motivo ou outro, toda a população se envolveu no conflito entre os dois partidos. Mas, ao mesmo tempo, também foi uma guerra civil fragmentada.

¹⁸ Entre os historiadores não existe uma data específica para demarcar o período da *La Violencia*. Algumas referências, como Bailey (1967), falam que foi uma fase que se estendeu até 1958, enquanto Pécaut (2010) define até 1964.

É nesta lógica da violência pulverizada em tempo e espaço que se manifestam as primeiras características estruturais das Farc e de outras guerrilhas que viriam a estabelecer um novo patamar de organização política e social na Colômbia a partir da década de 1960. Olhar para esses acontecimentos e, sobretudo, compreendê-los dentro de uma estrutura dinâmica e já um tanto sólida é fundamental para entender que os primeiros passos das Farc não foram improvisados, tampouco involuntários.

As Farc nascem como um prolongamento de conflitos agrários que começaram a ganhar força na década de 1920, portanto, com profundas raízes sociais, e a partir de um perfil de autodefesa que só se exterioriza no “poder pelas armas” quando esgotadas todas as respostas pacíficas às agressões institucionais e parainstitucionais exercidas pelo Estado e seus grupos subordinados (LEONGÓMEZ, 1989; GALLEGO, 2010; PÉCAUT, 2010).

Em uma abordagem didática, também é possível descrever a ascensão de guerrilhas que se espalharam pelo interior da Colômbia em duas etapas. A primeira delas, como consequência mais imediata do período de *La Violencia* e que acentuou os conflitos agrários que já vinham se acumulando. Muitas porções de terra de difícil acesso eram declaradas públicas pelo governo como forma de incentivo à ocupação e também à presença do Estado. Contudo, grupos mais próximos ao poder eram favorecidos e se autodeclaravam donos de terras muitas vezes já ocupadas por pequenos camponeses, gerando, portanto, conflitos. Toda essa dinâmica se intensificou com a expansão da economia cafeeira do fim do século XIX e início do XX. No sul de Tolima, berço das Farc, essa prática era muito mais intensa e violenta por causa da formação de grandes latifúndios, de onde eram expulsos os camponeses que já haviam se assentado na intenção de desenvolver o cultivo próprio de café. Era o movimento agrário começando a se desenvolver mais sistematicamente.

Nesta chamada primeira fase, que segue até 1953, os movimentos de resistência campesina se formam tanto nas liberais como comunistas, estes chamados assim não por estarem, necessariamente, ligados ao Partido Comunista, mas por terem objetivos políticos mais claros e por serem mais organizados. Em tal estágio, os camponeses ainda enxergavam o PCC como um “partido muito fraco que, ademais, perdera crédito por conduzir durante muito tempo uma campanha contra Gaitán, que ele considerava fascistizante” (PÉCAUT, 2010, p. 24).

O golpe de Estado que colocou o governo da Colômbia nas mãos de Gustavo Rojas Pinilla em junho de 1953 dá forças para um novo estágio da consolidação das guerrilhas que se espalharam pelas áreas rurais do país. O grande combustível é a ilegalidade jogada sobre o Partido Comunista em 1955, que concentrou os trabalhos do partido nas zonas por onde se espalhava o campesinato organizado contra a violência do Estado. Assim, as chamadas

autodefesas populares, originadas no início do século com um movimento reativo, mas já com alguma organização política, começam a enfraquecer sua face espontânea “para se converter em uma orientação política generalizada pelos destacamentos comunistas, que recomendam esse novo caráter para responder organizadamente aos ataques da polícia, do exército e dos bandos civis armados do governo” (GALLEGO, 2010, p. 147).

Acrescenta Leongómez (1989) que desde os fins da década de 1940 os movimentos de resistência característicos das áreas rurais da Colômbia nunca tiveram um direcionamento único, mas sempre foram um arranjo entre autodefesa e guerrilha. Sua manifestação, nesse caso, dependia da força investida pelo aparato estatal e pelos latifundiários cafeeiros que continuavam crescendo em dominância e poder. No entanto, os ataques aparelhados pelo governo ditatorial de Rojas Pinilla abriram caminho para o estímulo do caráter guerrilheiro dos movimentos, dentre os quais se destacaram os estabelecidos nas zonas de Riochiquito, Marquetalia, Villarica e Sumapaz. Combinando um alto nível de politização e organização social, centralizada em comitês, esses núcleos comunistas reverberam dentro do governo uma intenção de aniquilamento “que faz com que o confronto armado alcance níveis desconhecidos até o momento” (ROSETO, 2013, p. 204).

Cabe ressaltar que a conjuntura a partir da qual as guerrilhas começam a se fortalecer não é de um todo particular. Assim como em vários países latino-americanos à beira de regimes ditatoriais sustentados no discurso da caça ao comunismo, aliadas no contexto da Guerra Fria, portanto, aos Estados Unidos, a Colômbia também governa sob influência do país norte-americano. O historiador Alfredo Molano (2016) defende que os Estados Unidos tiveram participação em muitos dos conflitos que enrijeceram a violência contra as guerrilhas a partir da década de 1950. Em Villarica, eles estariam a par do arraso proporcionado com as bombas de Napalm, que teve consequências devastadoras a ponto de dispersar todo o movimento de resistência.

A queda de Rojas Pinilla em 1957 e a criação da Frente Nacional, formada da união dos partidos Conservador e Liberal em uma tentativa de frear a guerra da *La Violencia*, não foi suficiente para deter a insatisfação de parte dos colombianos. Por causa da frustração deixada pela Frente Nacional em conceber uma política agrária que atendesse à expectativa campesina, o Partido Comunista Colombiano, em seu IX Congresso, no ano de 1961, abandona a postura oficial do partido de não ser favorável à insurreição armada e adota como máxima a “combinação de todas as formas de luta” para se chegar ao poder, o que coloca o governo em atenção. No interior, acampamentos de guerrilhas que passaram a ser conhecidos como as

“repúblicas camponesas independentes” se espalharam pela Colômbia, o que levou o governo a interpretá-las como um desafio à soberania nacional.

Sob pressão da classe política, dos latifundiários interessados em avançar em direção às regiões influenciadas pelos destacamentos e ainda diante da emergência de grupos guerrilheiros que se expandiam pela América Latina, a Frente Nacional, como parte do plano *Latin American Security Operation*, financiado pelos Estados Unidos, lança no dia 27 de maio de 1964 a operação repressiva denominada como Marquetalia, estabelecida pelas Farc como ato fundador do movimento (LEONGÓMEZ, 1989; PÉCAUT, 2010). Após isso, outros ataques do governo fortalecem os núcleos guerrilheiros, que se consolidam e levam a uma série de encontros e conferências que, em 1966, constituiu oficialmente as Farc.

De sua origem na autodefesa, passando por uma expansão militar acompanhada de ações como sequestro e extorsão, por tentativas de acordo com o governo e pela formulação de novos planos estratégicos entre fins da década de 1970 e início da década de 1990, até chegar ao enfraquecimento político e militar no início dos anos 2000 (CENTRO NACIONAL, 2014), as Farc sempre foram guiadas por um projeto de mudanças estruturais, especialmente no campo agrário.

Ceará (2009) explica que na década seguinte à sua formação, as Farc buscaram implementar um projeto educativo que tinha como principal objetivo “a formação ideológica no momento em que se defendia a idéia de expansão pelo território colombiano, pautada principalmente nos planos de desenvolvimento militar” (Ibidem, 207). Assim, foram estabelecidos comandos e regulamentos de disciplina e normas e um estatuto para reforçar o perfil ideológico marxista-leninista da guerrilha.

Já na década de 1980, após um período de enfraquecimento da luta armada, o movimento multiplica suas frentes de combate na Colômbia. Diante do que consideraram uma conjuntura favorável, as Farc projetaram uma nova estratégia militar para atacar, pôr fim ao governo e constituir um governo provisório (PÉCAUT, 2010). E paralelamente ao novo fôlego das guerrilhas, a Colômbia se converte em um caso único no mundo ao passar a ser uma notável fonte de exportação de droga. A amplitude do narcotráfico cria um novo inimigo interno, os movimentos paramilitares, e ao mesmo tempo também passa a fornecer recursos para a guerrilha. Assim, em meados dos anos de 1990, “as Farc duplicaram seu efetivo e formaram um verdadeiro exército guerrilheiro, que, no Sul do país, impôs dezesseis derrotas sucessivas às forças militares, entre 1996 e 1998, chegando ao fim do século com não menos de vinte mil combatentes” (VALENCIA, 2005, p.138).

Por isso, embora autodenominadas como um “movimento revolucionário de caráter político-militar”, as Farc foram durante muito tempo associadas ao paramilitarismo e ao terrorismo. A União Europeia as manteve até o dia 12 de novembro de 2017¹⁹ no rol de organizações consideradas terroristas. No presente período, mesmo após ratificado o acordo de paz e dissolvidas enquanto guerrilha, elas seguem listadas como Organização Terrorista Estrangeira (FTO, siga em inglês) pelos Estados Unidos, ao lado de grupos fundamentalistas islâmicos como o Hamas, a Al-Qaeda e Estado Islâmico²⁰. Quanto ao Brasil, preferiu manter a denominação de grupos armados ilegais, mesmo quando o governo colombiano na representação da Alvaro Uribe solicitou ao então governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que as Farc fossem reconhecidas como grupo terrorista (CEPIK; BORBA, 2010, p. 92)

Embora pouco se saiba sobre as consequências que cabem unicamente às Farc, o mais recente levantamento feito pelo Observatório de Memória e Conflito do Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia²¹, divulgado em agosto de 2018, aponta que entre 1958 e julho de 2018, o conflito armado no país havia deixado ao menos 262.197 mortos, dos quais 215.005 civis. Deste total, no entanto, 35.683 assassinatos foram atribuídos às guerrilhas (não unicamente às Farc), 9.804 a agentes do Estado e 94.754 ao paramilitarismo, fenômeno que ganhou força na década de 1980 diante de uma ideologia anticomunista e contra insurgente muito ligada ao narcotráfico e caracterizada por “uma prática política a qual têm recorrido às elites políticas, econômicas e da máfia para conseguir e expandir o poder e assim se assegurar”. (RIVERA, 2007, p. 134, tradução nossa). Ao mesmo tempo, a Unidade para Atenção e Reparação Integral das Vítimas, criada por em 2011, aponta que, entre ameaças, delitos sexuais, desaparecimentos, deslocamentos forçados e ferimentos por minas terrestres, chega a 8.532.636 a quantidade de vítimas desde o surgimento das guerrilhas armadas, registro que também leva em conta as violações cometidas pelos grupo militares surgidos no final do século XX.

Sobre o uso da violência como mecanismo de luta pelos guerrilheiros das Farc, Rosero e Campis (2016) lembram que, desde que oficialmente criado, o movimento assumia a necessidade do conflito armado para alcançar seus principais objetivos políticos. Desta forma, para os autores, se por um lado se tratam de ações e estratégias militares distintas dos atos predatórios praticadas com fins econômicos, por outro, seguem caracterizadas por uma

¹⁹ Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/ue-retira-farc-definitivamente-da-lista-de-grupos-terroristas.ghtml>>. Acesso em 21 jul 2018.

²⁰ Disponível em <<https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>>. Acesso em 3 jan 2019.

²¹ Disponível em: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/noticias/noticias-cmh/262-197-muertos-dejo-el-conflicto-armado>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

violência material capaz de desgastar sua imagem política principalmente diante dos sequestros e, posteriormente, de sua ligação ao tráfico de drogas.

O uso sistemático do sequestro com fins econômicos e políticos, uma flagrante violação aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, e a utilização do narcotráfico como meio de financiamento colocam em evidências as sérias contradições presentes em sua estratégia militar nacional e sua atividade política internacional. (ROSETO; CAMPIS, 2016, p 84).

O emprego da violência como solução de enfrentamento não está apenas na condição assumida pelo Partido Comunista em 1961, quando incorporado o propósito de “todas as formas de luta”, mas condicionado ao próprio regimento constitutivo do movimento, o Programa Agrário dos Guerrilheiros. Elaborado imediatamente após a Operação Marquetalia e revisto em 1993, na oitava conferência nacional das Forças, o conjunto de diretrizes que norteia as Farc justifica o conflito armado como uma posição extrema, porém necessária para evitar a “cruzada anticomunista”. Uma vez (até então) sem acordo com os representantes políticos do país, assumiram necessário engajar-se em luta, afirma o Programa, no qual as Farc se definem como vítimas da “política praticada pela oligarquia que detém o poder” e da “fúria latifundiária”.

Mas a violência do conflito armado na Colômbia não foi constante. Entre 1965 e 1981, os enfrentamentos foram marcados por embates pontuais com o Estado. Depois, no período entre 1982 e 1995, a violência cresce, influenciada sobretudo pela expansão das guerrilhas, pela crise do Estado e, paralelamente, pela erupção dos grupos paramilitares e do narcotráfico. A este período, segue entre os anos de 1996 e 2002 a fase mais sangrenta do conflito, com o fortalecimento militar das guerrilhas e o avanço dos paramilitares por todo o país, enfraquecido diante de uma grave crise econômica. Na etapa que antecede o acordo, a partir de 2003, o perfil da violência colombiana se reconfigura diante da retomada da força militar do governo e pela desmobilização parcial das guerrilhas ainda atuantes (CENTRO NACIONAL, 2013, p.33).

As contradições na história das Farc, com destaque para a violência que enfraqueceu sua imagem política, sempre pressionaram para um fim do embate. Apesar de que em todos os governos desde a Frente Nacional, entre 1958 e 1974, tenham sido cogitadas possibilidades de cessar-fogo, com exceção de Álvaro Uribe, presidente entre 2002 e 2010, a primeira tratativa de paz com direito a uma mesa de negociação só se estabeleceu em 1984, quando o então presidente Belisario Betancur (1982-1986) reconheceu o conflito como consequência dos problemas políticos estruturais, econômicos e sociais do país e chegou a assinar a anistia ampla

para os membros das guerrilhas, liberando-os a participarem democraticamente do sistema político da Colômbia (CASTAÑEDA, 2013; SILVA, 2016;). As conversas deram origem ao partido União Patriótica, por meio do qual as Farc fariam sua transição da luta armada para o sistema político, o que não aconteceu. Não muito depois de tornada pública a discussão, membros da União Patriótica começaram a ser exterminados em ações conjuntas de paramilitares, narcotraficantes e agentes ativos das Forças Armadas, levando ao fracasso a primeira tentativa de paz entre a guerrilha e o governo. (ROSETO; CAMPIS, 2016).

Na década de 1990, as conversas não cessaram completamente. Segundo Silva (2016 apud Centro Nacional de Memoria Histórica, 2014), o governo de César Gaviria (Partido Liberal Colombiano), contrário à anistia concedida por Betancur, decidiu não tratar o cessar-fogo como condição para iniciar os diálogos. Governante entre 1990-1994, Gaviria manteve, dessa forma, os embates mesmo durante as negociações, decisão que gerou impasses que impediram o sucesso das conversas.

Com Andrés Pastrana (Partido Conservador Colombiano), presidente entre 1998 e 2002, uma nova discussão foi retomada. Em 1999, diante do fortalecimento das redes de mobilizações civis e internacionais em favor de um acordo de paz, a segunda grande tratativa com as Farc começou a ganhar forma, observadas por um grupo internacional do qual o Brasil não fez parte. As conversas seguiram até 2002, mas foram congeladas devido à fragilidade das garantias básicas (não houve trégua e sequestros e assassinatos, por exemplo, continuaram a ser praticados) e também devido ao fato de os grupos contrainsurgentes de direita não estarem no rastro do governo, o que acabou os fortalecendo (ALVES, 2006). Assim, em meados de 2000, como tentativa de pressionar ainda mais o governo, as Farc aumentam as problemáticas dos sequestros na Colômbia, passando a fazer reféns políticos²², de modo que em fevereiro de 2002, com o sequestro do então senador Jorge Eduardo Turbay, o processo é considerado encerrado e só seria reincorporado à agenda do país após dez anos, com o presidente Juan Manuel Santos.

A paralisação de conversas que pudessem levar a um acordo de paz no início do século XXI não foi, contudo, apenas consequência de um novo trauma provocado pelas Farc. O dissenso também se impôs pela vontade do presidente eleito em 2002 Álvaro Uribe, que adotou uma postura ofensiva e, ao invés do diálogo, articulou uma empreitada bélica para enfraquecer a guerrilha. Em sua Política de Segurança Democrática (PSD), devidamente alinhada com os Estados Unidos, Uribe aumentou significativamente o gasto público com o orçamento militar e

²² Um dos casos mais emblemáticos foi o sequestro da colombiana Ingrid Betancourt, sequestrada em 2002 quando, senadora, disputava a presidência do país. Foi sequestrada durante uma tentativa de diálogo com as Farc e liberada seis anos depois, em julho de 2008.

implementou estratégias que levaram a lógica do conflito para dentro da dinâmica da sociedade civil (DARIO, 2010, p. 615). Além disso, a PSD tornou-se militarmente ainda mais robusta a partir de 2004, com o começo da execução do *Plan Patriota*, uma “fase mais dura da ofensiva militar contra as Farc, com reforço de unidades de inteligência, especialmente nos departamentos de Meta e Caquetá”, onde se estimava que a guerrilha concentrava 17 mil integrantes (VILLA; VIANA, 2010, p.63)

Em uma análise sociojurídica do processo de paz com olhar mais crítico para o acordo sobre as vítimas do conflito, Gómez (2017) afirma que durante as tratativas percebeu-se uma insistência dos enunciados discursivos da política de Álvaro Uribe no campo de oposição ao acordo. Entre os destaques, a negação do conflito político armado e a interpretação das Farc como uma ameaça terrorista; a construção de um inimigo que só é possível destruir belicamente; a eliminação dos mecanismos de anistia e indultos; uma manipulação do discurso da justiça transicional e dos direitos humanos para garantir o direitos das vítimas; e, mais discretamente, um engajamento no pedido de tratamento privilegiado para os membros das Forças Armadas envolvidos no conflito.

Filho de Alberto Uribe Sierra, supostamente morto em em 14 de junho de 1983 pelas Farc²³, Alvaro Uribe foi, dessa forma, a principal voz de oposição do acordo paz tratado em Havana entre 2012 e 2016. Em sua extensa jornada de atividades contra os diálogos e em negação ao texto costurado entre Juan Manuel Santos e as lideranças da guerrilha, proferiu diversas críticas reproduzidas pelos meios de comunicação. Para ele, o acordo não representava o fim do narcotráfico, um dos problemas mais evidentes do país, e contribuía para reinar a impunidade para os integrantes do movimento. Ao se referir ao “triunfo da agenda das Farc”, dizia ainda que isso significava o triunfo do castro-chavismo na Colômbia (SEMANA, 2016).

Mas a forte interferência da oposição não impediu a continuidade dos diálogos. Em outra perspectiva, organizações sociais, setores políticos moderados e vários membros da comunidade internacional se alinharam ao defender uma solução negociada como a única forma de pôr fim ao conflito armado na Colômbia, o que não significava a aprovação das Farc, mas a criação de condições para desativar o confronto armado e garantir a proteção dos direitos das vítimas (GÓMEZ, 2017, p. 244).

As discussões para o *Acordo Final para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura* resultaram de um encontro exploratório ocorrido em Havana

²³A morte de Uribe Sierra pelas Farc ainda é assunto controverso entre os colombianos. Enquanto grupo armado, as Farc negavam autoria pelo crime. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,lider-guerrilheira-nega-envolvimento-na-morte-do-pai-de-uribe,175081>>. Acesso em 12 de abril de 2019.

entre os dias 23 de fevereiro e 26 de agosto de 2012 (ACUERDO FINAL, 2016), mas a retomada das tratativas só foi anunciada publicamente em 18 de outubro de 2012. Cuba e Noruega foram definidos os países mediadores, enquanto Chile e Venezuela participaram como países observadores. Mais uma vez, autoridades máximas brasileiras não acompanharam de perto o processo.

A nova e definitiva negociação e o fim de uma organização à época com 11.816 integrantes delineou um horizonte de esperança pelo qual há tempos os colombianos esperavam. De imediato, significaria uma maior integração no território, uma maior inclusão social e o fortalecimento da democracia (Rodas, 2016). Ao mesmo tempo, abriria caminho para a transformação das subjetividades políticas, para a renovação do debate e da mobilização nacional, estigmatizados com a persistência do conflito armado (BARRERA, 2016; VÉLASQUEZ, 2016). Até a validação do acordo foram quatro anos de diálogos. O consenso foi anunciado no dia 23 de junho de 2016, em um texto final de 297 páginas (revisto após a rejeição em referendo nacional) contemplativo aos seguintes pontos-chave:

- Reforma agrária: englobou discussões sobre o campo e a população rural. Como meta, buscou-se estabelecer a erradicação da pobreza extrema e a diminuição de 50% da pobreza no campo em um prazo de 10 anos. Trouxe ainda políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar;
- Participação política: comprometeu-se o governo colombiano, após praticamente um século de bipartidarismo, a ampliar o espaço democrático com o apoio à criação de novos partidos políticos e uma nova forma de distribuição dos recursos públicos destinados a partidos e movimentos políticos;
- Fim do conflito: ponto em que foram definidas as condições para o fim dos confrontos mediante o cessar-fogo e o encerramento das hostilidades bilaterais. O acordo criou um cronograma de 180 dias para a entrega total de armas dos guerrilheiros das Farc à ONU e, entre outras decisões, garantiu a transição das Farc como guerrilha para partido político de atividade legal, com espaços de campanha nas mesmas condições das demais legendas e com direito, no pleito de 2018 e 2022, de ocupar ao menos cinco cadeiras na Câmara de Representantes e outras cinco no Senado;
- Narcotráfico: buscou o comprometimento com soluções definitivas acerca do problema do narcotráfico, incluindo programas de adesão voluntária ao fim do cultivo e discussões sobre o problema no âmbito da saúde pública.

- Vítimas do conflito: girou em torno do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, baseado na criação de uma comissão para o esclarecimento da verdade, uma unidade de buscas de desaparecidos, um pacote de garantias para que o embate não volte a se repetir, além de debater mecanismos de indenização e, a parte mais polêmica, dar forma a uma jurisdição especial para julgar os responsáveis por delitos, com penas alternativas de reclusão exceto para os que cometeram crimes graves, como, por exemplo, violência sexual e recrutamento de menores;
- Implementação e verificação: determinou, entre demais pontos, a necessidade de um referendo para validar todos os pontos anteriores, bem como de um sistema para verificar o cumprimento do acordo.

Em relação a esse último ponto, o referendo foi marcado para o dia 2 de outubro do mesmo ano, em meio a um momento acentuado de transformações em toda a América Latina. Na sombra das estatísticas revertidas pela crise econômica e dos programas neoliberais responsáveis por aprofundar desigualdades sociais já existentes, reivindicações capazes de promover rupturas institucionais eclodiam de maneira articulada nas ruas de vários países da América Latina em meados da década de 2010, ampliando o leque de novos movimentos sociais que se voltavam, sobretudo, contra estruturas edificadas por um amplo rol de contrarreformas políticas (COSTA, 2016; ROMERO, 2016). E as chances de poder transitar entre a democracia e a justiça social também mobilizava os colombianos. As negociações costuradas durante quatro anos foram submetidas a um plebiscito cujo resultado positivo (o sim) era apontado como sinônimo da paz por muitos especialistas e esperado por autoridades e organismos políticos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas. Da mesma forma, o referendo, como mecanismo constitucional de participação, voltou a trazer para as ruas as vozes de estudantes, sindicalistas, mulheres, membros de partidos políticos e associações em geral, que não gritavam em nome de legendas, mas em nome de uma possibilidade que nunca esteve tão próxima e nunca pareceu tão concreta (BLANCO, 2010).

Mas mesmo diante da campanha, 50,2%²⁴ dos colombianos que foram às urnas para participar do plebiscito – cuja intenção era ter um respaldo da sociedade para o acordo fechado em Havana – responderam negativamente à pergunta “Você apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?”. Apesar do número, há que se

²⁴ Disponível em: < <https://www.registraduria.gov.co/-Plebiscito-.html> > Acesso em 29 de julho de 2017.

considerar que quase 63%²⁵ dos colombianos que estavam aptos a votar decidiram não participar do referendo.

A imprensa nacional colombiana e até mesmo jornais internacionais especularam sobre os motivos do alto índice de abstenção²⁶. As condições do clima (um grande furacão se aproximava da costa do país na data) e a rapidez com que o plebiscito foi convocado foram apontados como causas. Mas no contexto em que a noção de nacionalismo reverberava como imprescindível para a retomada da paz, o “não” e a decisão de não ir às urna podem ser entendidos ainda agora como um sintoma da falta de conexão com a esfera política tradicional, um descompasso que, para Canclini (2008), é característico dos países da América Latina, que desde o começo deste século enfrentam uma diminuição da capacidade de ação pública e um esvaziamento dos projetos nacionais.

Além disso, redes como Facebook e Twitter se transformaram em um espaço virtual de disputa entre o “sim” e o não”, acentuando o desgaste do processo já refletido em um presidente que quatro meses antes atingira uma popularidade de apenas 21%. E a campanha contrária ao acordo, encorpada na figura do ex-presidente Álvaro Uribe, não era, no entanto, só uma oposição de reforço ao paradigma político colombiano: seus argumentos encontraram força e simpatia justamente diante dos pontos mais tênues e controversos do trato. Por um lado, a definição de um tribunal paralelo à Justiça comum para julgar os envolvidos nos crimes da guerra, item que também estabelecia casos de possível anistia para condenados por crimes mais graves, como estupro e sequestro. Outro ponto de grande desentendimento pairava sobre a elegibilidade de ex-guerrilheiros. Nas eleições de 2018, cinco vagas no Senado e cinco vagas na Câmara seriam automaticamente destinadas aos ex-combatentes integrados à nova sigla, o que repercutiu negativamente entre partidários do “não”. Mas uma nova versão do tratado fechada após conversas com a oposição foi aprovada no dia 24 de novembro de 2016. Dessa vez sem passar referendo, seguiu para votação da Câmara e do Senado, e, no dia 13 de dezembro, foi validado pela Corte Suprema da Colômbia.

Restando ainda as negociações com o Exército de Libertação Nacional (ELN), a Colômbia agora busca se recompor após décadas de guerra. E se a paz pode ser considerada relativa, para um povo que viu sua história condicionada a um conflito de mais de meio século talvez não o seja tanto assim. Com a validade das negociações, mais de 8 mil armas e 1 milhão

²⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/por-que-a-colombia-disse-nao-ao-acordo-de-paz-com-as-farc.html>>. Acesso em 29 de julho de 2017

²⁶ Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/12/internacional/1476237985_601462.html>. <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475511558_836662.html>. Acesso em 22 de abril de 2019.

de cartuchos queimados foram recolhidos pela ONU²⁷, e o número de mortos pelo confronto interno caiu de 3 mil quando os diálogos começaram para 78 no primeiro ano após a vigência do acordo.

Mesmo positivos, os novos números não podem, e nem conseguem, respaldar indiferença em relação às mudanças estruturais esculpidas ao longo de décadas de conflito. Pécault (2010, p. 11) pondera que a soma dos embates e a consolidação da crueldade em eventos seguidos reformularam o imaginário coletivo dos colombianos, fazendo com que a violência passasse a ser considerada como “parte de sua história e até de sua natureza”.

A proposta deste trabalho não é analisar como a violência transita pelos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, mas também se vale deste aspecto como parte importante para compreender as interpretações sobre o processo em busca da paz realizadas por estas empresas. Afinal, recorda-se, o jornalismo é uma atividade capaz de desfazer ou reforçar imaginários, mas se consolidou, sobretudo, como um dos mais importantes instrumentos para orientar da sociedade acerca dos temas e seus fatos.

²⁷ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/na-colombia-missao-da-onu-coleta-as-ultimas-armas-das-farc/>>. Acesso em 13 de setembro de 2018.

4 METODOLOGIA

O desenvolvimento de uma pesquisa, esteja ela em qualquer campo do conhecimento, exige o emprego minucioso de métodos e técnicas de investigação científica em um processo de fases distintas, que vão desde a “adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados” (GIL, 2016, p. 1). É esse passo a passo, o chamado percurso metodológico, que vai permitir o estabelecimento da conexão entre o pesquisador e o seu objeto. Pensar nos dispositivos metodológicos de uma pesquisa é como criar uma engrenagem que articula o problema central aos demais elementos do trabalho. Lopes (2014, p. 92) lembra que esses princípios básicos, por lógica, impedem que o modelo metodológico seja pensado à parte do corpo da pesquisa, ao mesmo tempo em que aponta que refletir sobre tal composição é imprescindível “para criar uma atitude consciente e crítica por parte do investigador quanto às operações científicas que realiza na investigação (...)”.

Estabelecer a metodologia de uma pesquisa, portanto, demanda uma série de escolhas e ponderações que fazem dessa ação um desafio no processo de elaboração do projeto e do trabalho final (BARROS; JUNQUEIRA, 2011, p.44). Ao discorrer sobre o tema, Braga (2011) destaca também a importância desta etapa para a própria formação do pesquisador, ao observá-la como um processo que evolui mediante uma diversidade de ações de encaminhamento, tal como a construção e problematização do objeto, observações sistemáticas, definição de métodos e formulação teórica.

A estrutura metodológica desta pesquisa foi pensada para responder como os jornais Folha de S. Paulo e O Globo se posicionam editorialmente sobre o processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia. Estabeleceu-se como objetivo geral analisar sobre quais perspectivas estes periódicos fundamentaram suas opiniões em relação às tratativas no período entre 2015 e 2017. O objetivo específico é saber se estes jornais buscaram alguma interpretação do processo a partir de uma perspectiva regional e de integração da América Latina, no sentido de verificar se, tal como argumentam Barbosa (2004) e Sant’Anna (2006), em relação ao conteúdo deste *corpus* se reproduz um distanciamento entre a grande imprensa brasileira e a América Latina.

Para se chegar ao resultado pretendido, levando ainda em consideração o diálogo entre o objeto e a teoria, definiu-se como guia metodológico a Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (2016). Trata-se de um conjunto de técnicas de caráter qualitativo e que também se vale de parâmetros quantitativos para interpretar fenômenos da comunicação (BARDIN, 2016; URQUIZA; MARQUES, 2016).

Dentre o conjunto das técnicas legitimado pelo modelo metodológico adotado, optou-se pela análise categorial por ser a que mais se encaixa com a proposta desta pesquisa. Segundo Bardin (op. cit.), as operações de desmembramento dos textos do *corpus*, características da técnica, fornecem correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente e permitem ao leitor crítico de uma mensagem saber mais sobre o texto.

De um modo geral, o conjunto de técnicas da Análise de Conteúdo alia rigor científico a modelos de interpretação para resgatar significados em um nível mais discreto das mensagens. Não é uma técnica recente e tampouco singular, de modo que é utilizada em diversos campos do conhecimento, como a Psicologia, a História e a Sociologia, embora tenha consolidado destaque junto a pesquisadores da Comunicação por ser uma técnica que amplia o sucesso na busca por uma compreensão mais profunda sobre qualquer tipo de ato enunciativo e por qualquer meio (FONSECA JÚNIOR, 2011; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

Concentrada inicialmente nos Estados Unidos e orientada pelo paradigma positivista²⁸, buscando na contagem e na medida uma maneira de compreender as mensagens, a AC ganha seu primeiro impulso no Jornalismo, mas se insere nos estudos da Propaganda a partir da 1ª Guerra Mundial, vinculada aos estudos liderados pelo cientista político Harold Lasswell, que dedicou muito de seu trabalho a entender as funções e os efeitos da comunicação.

Em meio à corrente behaviorista²⁹, a AC cresce em relevância nos círculos da Ciência Política a partir da 2ª Guerra Mundial, uma vez que é neste momento, conforme explicam França e Simões (2016, p. 47), que a preocupação deixa de ser apenas com os processos de comunicação interna dos países e passa para a esfera do desenvolvimento dos meios de alcance internacional. Ao mesmo tempo, os pesquisadores passam a se dedicar para preparar a entrada dos EUA na guerra, “o que implica tanto planejar a moral e os espíritos de combate dos soldados norte-americanos quanto conduzir a opinião pública norte-americana (a favor da guerra) e internacional (a favor da intervenção americana)”. E dessa forma, o domínio da aplicação da Análise de Conteúdo se expande, ainda que, inicialmente, diante de uma concepção quantitativa e em condições muito normativas.

É a partir da década de 1950, após um período tímido para a técnica devido as suas limitações, que a AC passa a ser pensada em meio a novas propostas metodológicas e

²⁸ Positivismo é uma das correntes filosóficas derivadas o Iluminismo e que ganhou destaque pelos pensamentos de Augusto Comte (1798-1857). É entendida como a vertente filosófica que “concebe todos os fenômenos (inclusive os fenômenos da vida humana) como determinados pelas leis naturais (...)” (VILALBA, 2006, p. 73).

²⁹ Corrente derivada da Psicologia e seus estudos sobre Análise do Comportamento. Na comunicação, segundo explica Silva (2011, p. 14), ajuda a embasar a teoria hipodérmica, que defende os meios de comunicação como ação de alienação e as propagandas, mais especificamente, como fontes de estímulo de determinadas respostas.

epistemológicas, o que inclui uma discussão sobre a abordagem qualitativa do método, igualmente importante para a pesquisa aqui realizada. Entram no círculo das discussões a “presença ou a ausência de uma característica num determinado fragmento de mensagem” e a consciência da inferência (BARDIN, op. cit., p. 27). Assim, a Análise de Conteúdo, sem deixar se desprender do rigor e da necessidade de descobrir, cresce técnica e metodologicamente, amparando o percurso de pesquisas em ramos distintos das Ciências Sociais empíricas.

Hoje, vários autores consideram superada a discussão sobre a principal dicotomia que pairou durante muito tempo sobre os estudos envolvendo a Análise de Conteúdo: se a ela cabe o título de uma metodologia quantitativa ou qualitativa. Ao resgatar conceitos que marcaram a evolução da técnica desde o começo de sua aplicação sistemática, Macnamara (2005) traz que, embora as primeiras investidas da Análise de Conteúdo se configurem mais a partir de resultados descritivos do que analíticos, um conjunto considerável de pesquisadores há muito já defendem que o uso da técnica serve às duas vertentes ao mesmo tempo, o que só favorece as análises que seguem o emprego da técnica. A concepção híbrida do método faz com que, quantitativamente, o estudo se volte para aspectos mais evidentes da mensagem, como tamanho e frequência dos textos, enquanto a relação qualitativa, que pode sim ocorrer no mesmo estudo, considera traços mais profundos e analítico, como ocorre nesta pesquisa.

A Análise de Conteúdo qualitativa examina a relação entre o texto e seu provável significado para o público, reconhecendo que os textos de mídia são polissêmicos - isto é, abertos a vários significados diferentes para diferentes leitores - e tenta determinar o significado provável dos textos. Ele se volta para o público, a mídia e o contexto - e não simplesmente para o texto (MACNAMARA, 2005, p.5, tradução nossa).

Sobre seu uso específico no Jornalismo, Herscovitz (2010, p.126) frisa que o método não se concentra apenas em textos, mas amplia as possibilidades para estudos de sons, símbolos, imagens (qualquer que seja o suporte) “encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos (...)”.

4.1 APLICAÇÃO DA TÉCNICA

A aplicação da Análise de Conteúdo tal como orientada por Bardin (op. cit.) se dá a partir de três etapas principais: pré-análise; exploração do material e, por último, tratamento dos resultados.

É na pré-análise que se desenvolve a fase de sistematização das ideias iniciais da pesquisa. Durante esta etapa, escolhem-se os documentos que serão analisados e formulam-se os objetivos da pesquisa, criando, assim, os caminhos de operacionalização da ordem metodológica do trabalho. Segundo Bardin (op. cit.), estão nesta etapa cinco atividades principais:

- a) Leitura flutuante: quando se estabelece um contato inicial com os documentos, neste caso os textos, que serão usados na pesquisa;
- b) Escolha dos documentos: formação do *corpus*, ou seja, do conjunto dos documentos que serão submetidos à análise. A escolha desse material, para atender às demandas científicas da técnica, deve seguir regras que permitam uma representatividade fiel do objeto;
- c) Formulação dos objetivos: estabelecer, afinal, a que nos propomos;
- d) Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores;
- e) Preparação do material.

Ao expor o trajeto, a autora ressalta que, mesmo que a precisão continue sendo uma exigência, trata-se de um programa flexível. Portanto, não há obrigatoriedade de o pesquisador seguir uma ordem cronológica rígida, ainda que todas as missões sigam sendo ligadas umas às outras.

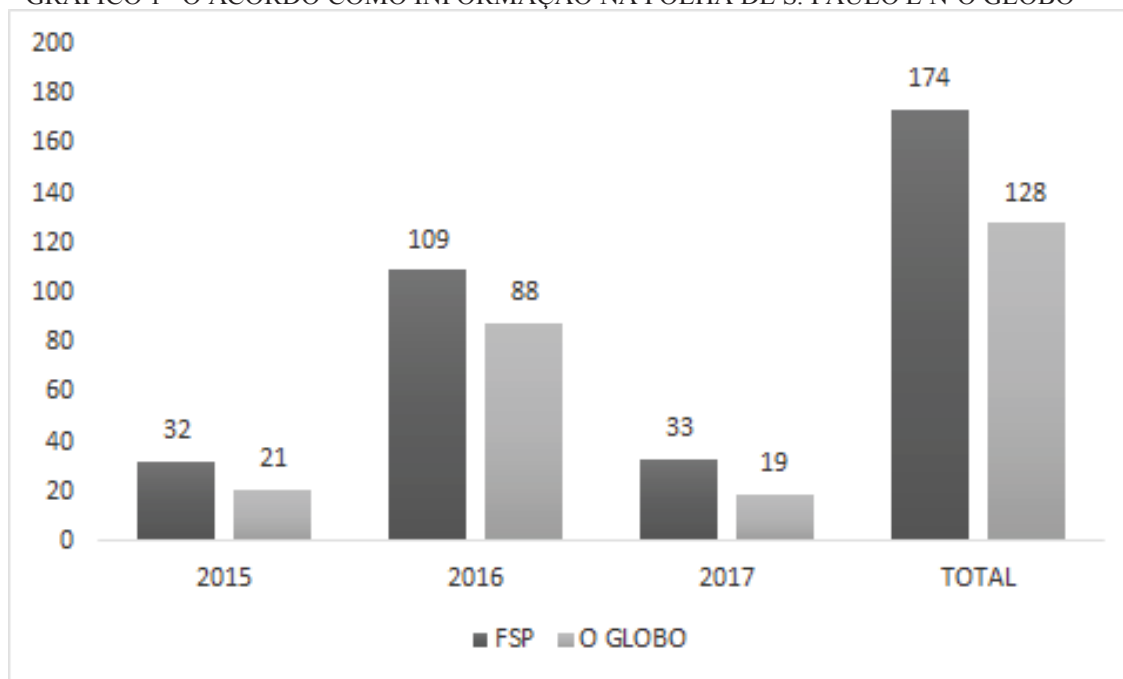
Como primeiro passo da pré-análise para esta pesquisa foram definidos como suportes de análise os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, por serem estes considerados os dois maiores periódicos em circulação e em leitura digital no Brasil de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação. Depois, limitou-se o intervalo cronológico do material publicado a ser investigado. A busca se orientou por dois acontecimentos que marcaram a linha do tempo do processo de diálogos de paz. O primeiro deles registrado em 2015, quando, em setembro daquele ano, o governo colombiano e membros das Farc se reuniram em Havana (Cuba) para anunciar o fechamento da primeira etapa do acordo. Já o segundo fato empregado como marco para este trabalho ocorreu em setembro de 2017 e diz respeito à dissolução das Farc como movimento e seu ressurgimento como um novo partido político colombiano.

Decidiu-se, portanto, limitar a análise aos editoriais publicados entre 2015 e 2017, levando ainda em conta o fato de que a constituição do *corpus* da pesquisa também deve obedecer, conforme Bardin (op. cit.), quatro importantes regras para a fundamentação da técnica. São elas as regras:

- a) da exaustividade (levantar todos os documentos que correspondem ao campo do corpus);
- b) da representatividade (caso opte-se por uma amostra que seja capaz de generalizar o resultado);
- c) da homogeneidade (que obedecem a critérios precisos de escolha);
- d) e da pertinência (devem ser adequados para a pesquisa).

Com isso, a leitura flutuante percorreu inicialmente o conteúdo informativo dos jornais. Levantamento apenas para fins estatísticos dos formatos informativos (entrevistas, notas, notícias e reportagens)³⁰ publicados no intervalo estabelecido e nas edições impressas revelaram de início que a Folha de S. Paulo deu mais ênfase à cobertura do processo dirigido pelo governo colombiano e pelas Farc. Ao final dos três anos, somou-se 174 publicações do gênero, 35,9% a mais do que o contabilizado dentro do mesmo intervalo de tempo no jornal O Globo, em que foram encontradas 128 publicações de caráter informativo, conforme mostra o gráfico:

GRÁFICO 1– O ACORDO COMO INFORMAÇÃO NA FOLHA DE S. PAULO E N’O GLOBO



FONTE: A autora (2018).

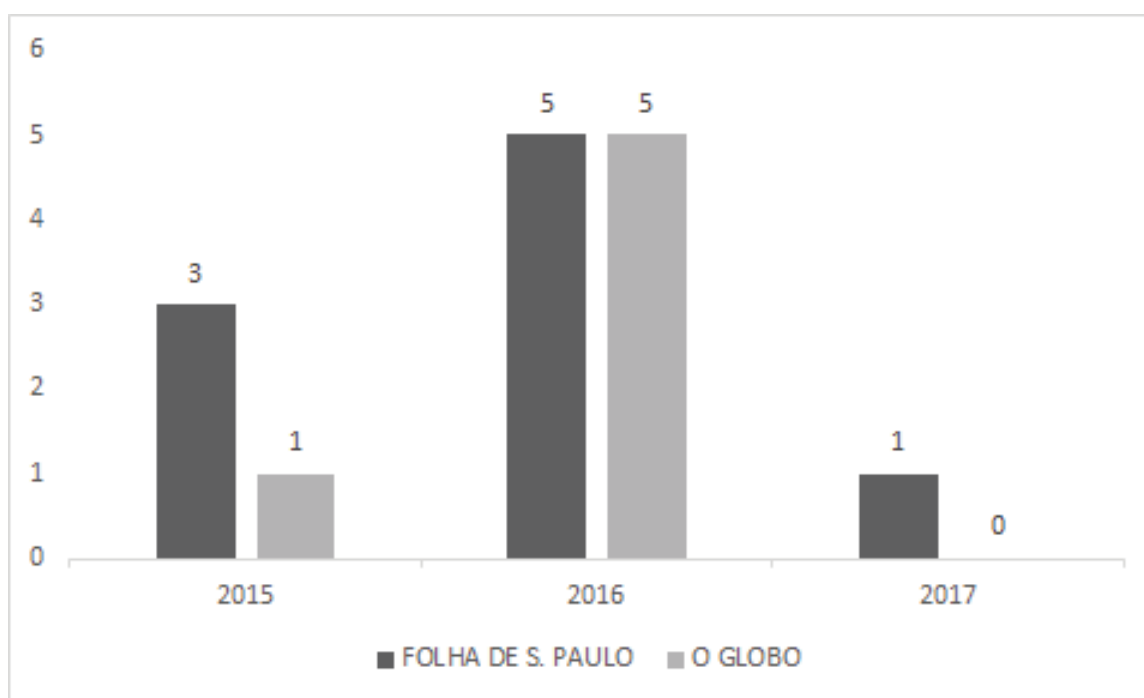
LEGENDA: Comparativo de conteúdo informativo sobre o acordo do processo de paz publicado pela Folha de S. Paulo e pelo O Globo nos anos de 2015, 2016 e 2016 e nos três anos juntos.

³⁰ Utilizando-se a definição proposta em 2016 por José Marques de Melo e Francisco de Assis. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso em 6 de outubro de 2018.

Sabendo que a pergunta norteadora teria relação com a interpretação dos principais episódios do processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia, foram definidos como objetos os editoriais destes veículos que trouxessem o tema à vista dos leitores, uma vez sendo os editoriais formatos jornalísticos que, ao contrário dos formatos informativos, têm a liberdade de interpretar em caráter opinativo fenômenos considerados relevantes para a sociedade (MELO, 2010; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015). É importante ressaltar que não houve uma nova exploração para a busca destes textos: o conjunto já havia sido filtrado durante a leitura flutuante.

Com isso, os textos correspondentes aos requisitos estabelecidos foram selecionados, utilizando-se para tal a versão impressa dos veículos disponível em arquivo completo no acerto digital de cada uma das empresas. Assim, o corpus da pesquisa se fechou em 9 editoriais publicados pela Folha de S. Paulo e 6 publicados pelo O Globo, tal como detalha o gráfico

GRÁFICO 2 – O ACORDO NOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO E D' O GLOBO



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: Comparativo de publicação de editoriais sobre o acordo do processo de paz pela Folha S. Paulo e pelo O Globo nos anos de 2015, 2016 e 2016.

Findada a fase da pré-análise, o passo seguinte proposto pela técnica da Análise de Conteúdo aqui empregada consiste na decomposição do texto bruto em unidades de significação capazes de sustentar as inferências e as interpretações. Definida como exploração do material,

é nesta etapa que se estabelecem padrões de categorização e codificação que viabilizam a representação do conteúdo (BARDIN, op. cit., p. 133).

A codificação demanda recorte, ou seja, a fragmentação do texto bruto em unidades de registro que possam ser categorizadas e contadas em frequência. Nesta pesquisa, os elementos escolhidos para serem as unidades de registro foram os períodos, fossem estes simples (formados apenas de uma oração) ou compostos (com duas ou mais oração). O uso de períodos como unidades de significação se explica pelo fato de que, neste caso, são recortes com densa carga de significados. Optar por um recorte maior, como um parágrafo, por exemplo, dificultaria a categorização das unidades, uma vez que um mesmo conjunto neste modelo pode carregar ao mesmo tempo sentidos antagônicos. Com a decomposição, foram extraídas 149 unidades de registro dos textos editoriais da Folha de São Paulo, e 92 do jornal O Globo.

No caso do periódico paulistano, optou-se pelo descarte de 5 unidades que, apesar de estarem inseridas em editoriais sobre o processo de acordo de paz, não correspondiam às categorias criadas por estarem ligadas a fatos específicos a outra guerrilha, o Exército de Libertação Nacional. Todos os descartes são editorial *Paz colombiana*, o último publicado dentro do tempo delimitado (*Tornou-se a maior guerrilha do país depois que as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) iniciaram, no final do ano passado, um processo de desmobilização, convertendo-se em partido político./ Espera-se que o ELN siga o mesmo caminho, comprometendo-se a abandonar as ações criminosas e a entregar as armas em troca de um pacote de benefícios como anistia parcial, representação política e até um programa de bolsas para os ex-guerrilheiros se sustentarem./ Além disso, dificuldades práticas de toda ordem atravancam a implementação do plano, agravadas pelo fato de que há pouca confiança entre as partes./ ELN conta com algo entre 2.500 e 3.000 combatentes./ O presidente Juan Manuel Santos anunciou na segunda (4), às vésperas da chegada do papa Francisco ao país, um cessar-fogo bilateral com o ELN (Exército de Libertação Nacional), a principal guerrilha colombiana em atividade.*).

Pelo mesmo raciocínio, ficaram de fora das análises 4 unidades de registro de O Globo. Estas unidades também pertencem a um mesmo editorial, o *Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia*, que, da mesma forma, foi o último publicado dentro do tempo definido para a coleta do corpus (*O aceno de solidariedade do povo colombiano às famílias das 71 vítimas do desastre aéreo no voo da LaMia, que transportava a delegação da Chapecoense, foi um inesperado ponto de luz em meio à tragédia./ Tratou-se de um gesto de carinho que extrapolou a cidade de Chapecó e emocionou todo o Brasil./ Desde o zeloso socorro aos sobreviventes pelas autoridades locais às homenagens dos jogadores do rival Atlético Nacional e sua torcida*

no estádio onde ocorreria a decisão é possível ver exemplos de solidariedade espontânea que certamente calarão fundo na alma de brasileiros e colombianos./ Dificilmente um acordo diplomático teria um tal poder de unir dois países vizinhos.).

O passo seguinte à decomposição dos textos em unidades de registro foi a categorização, processo cujo objetivo é “fornecer uma representação simplificada dos dados brutos” (Ibidem, p. 149). Na explicação de Bardin, a passagem dos dados em estado bruto para dados em estado organizado, o que se atinge em um primeiro plano com a técnica de categorias, resulta do agrupamento das unidades de registro em razão das características comuns que essas unidades possuem. Ou seja, é a parte comum existente entre cada um dos elementos resultantes da fragmentação do texto que vai permitir o reagrupamento.

A criação das categorias, ainda segundo a autora, pode ocorrer de duas maneiras distintas. Uma delas é, com o sistema de categorias já fornecido, repartir da melhor maneira possível os elementos conforme eles vão sendo encontrados. No outro caso, que é o que se aplica a este trabalho, o sistema de categorias não é fornecido, mas ele próprio resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. Mas independentemente de sua origem, a categorização tende a ocorrer sempre em duas etapas: isolamento dos elementos e, depois, a reorganização dos mesmos de acordo com critérios previamente definidos. Aqui, a categorização segue o critério semântico, ou seja, por categorias temáticas criadas após um processo repetitivo de leitura e observação do corpus.

Assim como Bardin, Carlomagno e Rocha (2016) descrevem regras importantes que devem orientar a formação das categorias para que as mesmas sejam apropriadas aos trabalhos de análises de conteúdo. Os autores defendem que as categorias precisam de regras claras para a inclusão e exclusão dos elementos; precisam ser mutuamente excludentes; não podem ser muito amplas a ponto de abarcar coisas muito diferentes; devem contemplar todos os conteúdos possíveis, sendo que o outro (descartado das análises neste estudo) deve ser residual; e, por fim, as categorias têm que ser objetivas, o que quer dizer que os mesmos dados precisam ser passíveis de classificação igual por pesquisadores diferentes.

No que se refere a esta pesquisa, a formulação do quadro de categorias ocorreu a partir de dois processos, sendo o primeiro a leitura flutuante do material, fase a partir da qual algumas observações já levaram a possíveis círculos temáticos, e o segundo, a exploração das unidades de registro. Esta última consistiu em uma atividade mais pormenorizada, descrevendo e classificando as unidades de acordo com o teor semântico. Desde o começo houve a preocupação de buscar por elementos em comum que pudessem unir períodos distintos a fim de que os nichos temáticos não ficassem tão vagos e variados.

É importante ressaltar que a formação das categorias iniciais atendeu não somente à classificação analógica realizada desde a leitura flutuante, mas também aos próprios interesses da pesquisa. Recorda-se que um dos objetivos desta pesquisa é compreender o quanto os jornais analisados olharam para o processo de acordo de paz a partir de uma perspectiva diplomática e regional, com ênfase na América Latina. Por isso, instituiu-se como uma das ordens temáticas a classificação de elementos ao redor de questões diplomáticas e/ou de integração.

Ao final, as operações resultaram em um quadro introdutório de categorias, que, conforme Silva e Fossá (2015, p. 8), configuram-se como as primeiras impressões acerca da realidade estudada.

TABELA 2 - CATEGORIAS TEMÁTICAS INICIAIS

Categorias Iniciais
1.Acontecimento/fato
2.Violência
3.Postura das Farc
4.Impasse e/ou desafios
5.Situações secundárias
6.Estrutura do acordo
7.Oposição
8.Conflito
9.Diplomacia/integração Brasil
10.Diplomacia/integração América Latina
11.Diplomacia/integração outros
12.Precaução/ceticismo
13.Personagens
14.Consequências políticas e/ou econômicas
15.Êxito

FONTE: A autora (2019).

Entretanto, percebeu-se que as categorias introdutórias não se encaixariam como adequadas ao processo da análise porque não atendiam a algumas das regras básicas destacadas por Bardin (op. cit.) e ressaltadas por Carlomagno e Rocha (op.cit.). Neste primeiro momento, não eram mutuamente excludentes. “Consequências políticas e/ou econômicas”, por exemplo, poderia ser absorvida tanto pela categoria “impasse” quanto pelo “êxito”, enquanto

“precaução/ceticismo” também poderia ser entendida “oposição”. Ao mesmo tempo, eram amplas e, por isso, incapazes de englobar apenas elementos em comum.

Por estes motivos foi necessário elaborar um novo quadro, tendo em vista que não se trata de uma operação atípica dentro da análise categorial proposta por Bardin. A própria autora observa que no sistema cujos títulos são definidos ao final da classificação analógica dos elementos, “as categorias terminais provêm do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca” (BARDIN, 2016, p. 149). Por fim, as categorias finais, levando em conta a necessidade de conceitos norteadores claros para a inclusão e exclusão dos elementos, foram desta forma estabelecidas:

1. Resgate do conflito

Menções ao conflito dentro do contexto histórico da Colômbia. Referência à conjuntura inicial do embate, a episódios que ocorreram no desenrolar dos mais de 50 anos de hostilidades, às origens políticas e/ou sociais e/ou econômicas que estão na base das Farc e das demais guerrilhas que se dispersaram pela Colômbia.

2. Contextualização do processo

Ênfase na estrutura do texto do acordo, tratamento descritivo dos pontos-chave (reforma agrária; participação política; narcotráfico; vítimas; e fim do conflito) não para orientar o leitor, mas para situá-lo. Alusão ao que propõem esses pontos, o que permitem ou barram e as perspectivas que geram no pós-conflito.

3. Atores e personagens

Destaque aos personagens ativos do acordo do processo de paz. Centralização do processo em pessoas mostradas como peças importantes nas negociações da paz na Colômbia, como o presidente Juan Manuel Santos, representantes das Farc, o Papa Francisco. Falas e atitudes dessas pessoas em relação ao processo.

4. Diplomacia e integração

Para elementos acerca de questões diplomáticas e de integração. O envolvimento e atitude de outros países, autoridades externas em relação aos diálogos e ao acordo. Menções às consequências e à importância do processo para a América do Sul, América Latina ou demais blocos regionais ou de outras designações.

5. Obstáculos e/ou desafios

Cabem unidades que carregam significados que dão à interpretação do jornal um tom cético em relação ao processo. Dúvidas colocadas a respeito do acordo, ênfase em impasses e recusas, na violência do conflito e entraves e prejuízos das mais variadas ordens provocados por ela. Foco nas vítimas do conflito armado e na oposição, seja no grupo de opositores ou nas estratégias traçadas por eles.

6. Conquistas e/ou avanços

Consequências políticas, econômicas e sociais geradas pelo acordo ou que podem vir a se concretizar no pós-conflito. Ênfase a entendimentos, passos dados entre as partes e/ou conclusões anunciadas. Benefícios para a sociedade, para o governo e também para os integrantes das Farc. O acordo como o fim de uma longa guerra e o apoio da população ao fim das hostilidades.

O cumprimento das etapas acima relacionadas terá como base 15 editoriais publicados em um mesmo recorte de tempo: nove da Folha de S. Paulo e seis de O Globo. Antes do início das análises, no entanto, considerou-se importante fazer uma breve referência ao histórico desses jornais.

4.2 FOLHA DE S. PAULO: UM BREVE HISTÓRICO

Ao considerar a história da Folha de S. Paulo durante a ditadura militar que se instalou no Brasil entre 1964 e 1985, Dias (2012, p.55) ressalta ser difícil traçar uma linha contínua para a história do veículo, uma vez que a propriedade do jornal passou por diversas mãos ao longo de quase cinco décadas até se estabilizar no seio da família Frias, em 1962. As origens da Folha de S. Paulo remontam a 1921, ano em que Olívio Olavo de Olival Costa e outros colegas jornalistas fundam a Folha da Noite. O Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (2015) lembra que, dirigido para o leitor urbano e com tendências antioligárquicas, o jornal foi proibido de circular entre 3 e 31 de dezembro de 1924. Em 1925, ao lado da Folha da Manhã, periódico mais elitizado, a Folha da Noite volta ao ciclo comercial voltada para a classe trabalhadora e popular (COHN; MONTALVÃO, on-line, não p).

Nas mãos de Otaviano Alves de Lima, em 1932, as Folhas se voltam contra o movimento constitucionalista de Getúlio Vargas, passando a defender, do ponto de vista econômico, políticas de fortalecimento da agroexportação em detrimento de projetos industriais que

começavam a se desenhar no Brasil. Mais tarde, os jornais mantiveram “clara a necessidade de obstaculizar a reprodução do esquema populista, motivo pelo qual a linha editorial passou a ser de franca oposição à candidatura de Juscelino Kubitschek” (Ibidem, on-line).

A grande mudança assumida pela empresa Folha da Manhã S.A. veio à público em 1º de janeiro de 1960, quando os três títulos impressos pelo grupo deixaram de circular separadamente e foram unificados com o nome de Folha de S. Paulo, lançada dentro de um projeto de visibilidade nacional. Favorável ao movimento que viabilizou o golpe militar de 1964, a empresa passou por uma reorganização financeira-administrativa e tecnológica na década de 1960. Quanto à linha editorial, essa também se metamorfoseou, absorvendo a operacionalização característica do jornalismo comercial estadunidense, da imparcialidade como matriz de produção (MOTA; CAPELATO, 1981).

Sobre isso, Abramo (1988) relativiza a postura de neutralidade requerida pelo veículo e acrescenta que a falta de espaço político nas páginas da Folha, principalmente entre 1969 e 1972, traduzia-se como consequência de o jornal não ter condições de resistir às pressões do governo ditatorial. Mas, segundo o próprio autor, a percepção de que a prosperidade da empresa dependeria de um regime democrático levou a família Frias a implantar novas transformações, desta vez para adotar um tom de combate:

Frias decidiu mudar a Folha basicamente por razões de competição de mercado. O Estado podia ficar na oposição sem perder prestígio, pois era e sempre foi do establishment; sobre o Estado nunca pesou uma ameaça real. A Folha podia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. (ABRAMO, 1988, p. 88).

Trecho sobre a história da FSP disponível no próprio site do jornal³¹ afirma que o novo projeto lançado em 1984, o chamado Projeto Folha, nasceu vinculado à decisão do periódico defender o processo de redemocratização no Brasil e que foi a partir deste momento que o jornal cresceu e se tornou um dos maiores do país. Paixão (2018) observa que nova versão do documento foi lançada em março de 2017, reafirmando princípios de apartidarismo declarados mais de 30 anos antes.

Em março de 2019, em meio aos impasses causados pela proliferação das notícias falsas, FSP reviu mais uma vez sua carta de princípios editoriais, agora tratando o jornalismo profissional como forma de combater as notícias falsas e também a intolerância. Entre

³¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4>. Acesso em: 14 de set. 2018.

princípios estabelecidos, entre outros, o jornal segue se classificando como apartidário e diz priorizar temas de interesse público e cultivar a pluralidade.

Para Azevedo (2018, p. 278), hoje a Folha de S. Paulo tem um posicionamento político mais ao centro do que à direita, mas pondera que “certamente a sua definição editorial mais precisa seria a de uma publicação alinhada com os ideários liberais na política e na economia, mas comprometida com uma audiência menos conservadora”.

Por essa estrutura e pelo alcance que a torna líder do segmento, dando mais respaldo para que seus editoriais sejam pólos importantes de orientação da opinião pública, é que a Folha de S. Paulos será um dos suportes aqui analisados.

4.3 O GLOBO: UM BREVE HISTÓRICO

No mesmo patamar de análise estará ainda o jornal carioca O Globo, que também tem abrangência e credibilidade consideráveis no mercado jornalístico brasileiro para que as interpretações contidas em seus editoriais mobilizem investigações como as que aqui se realiza

O Globo foi publicado pela primeira vez em julho de 1925 com o propósito de ser um jornal diferente dos que à época circulavam. Entre o grupo de entusiastas que imprimiu a edição inicial do diário estava seu fundador principal, Irineu Marinho, substituído após a morte pelo filho Roberto Marinho.

Novidade para a primeira metade do século XX, o estilo jornalístico comercial, pautado pela objetividade e imparcialidade, garantiu ao jornal carioca um bom começo. Outro diferencial foi a tentativa de explorar a então moderna prática de conteúdos que priorizava a informação em detrimento da opinião. O que na prática, contudo, não ocorria, pois assuntos de pautas políticas e econômicas costumavam instigar a opinião d'O Globo, de tal forma que:

O jornal defendia o aumento nos vencimentos do funcionalismo público, combatia a carestia, criticava o abandono em que se encontravam certas ruas da cidade e acompanhava passo a passo as ações da Central do Brasil e da Light. (...). Paralelamente à defesa dos interesses de ordem popular, O Globo logo iniciou uma campanha em favor de Henry Ford, “o grande industrial arquivilionário norte-americano” que viera ao Brasil investir capital com vistas ao restabelecimento da antiga escala de produção de borracha da Amazônia. (...). Desde o início, portanto, o jornal mostrou-se favorável ao ingresso do capital estrangeiro – sobretudo norte-americano – no país. Além disso, defendeu a importação de automóveis, que crescia vertiginosamente, considerando-a sinônimo de progresso (LEAL; MONTALVÃO, on-line, não p.).

Em relação à vida política do país, O Globo se mostrou favorável ao golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e levou

Getúlio Vargas ao topo do poder. Mas isso não significou o início de uma empatia de Roberto Marinho ao mandato do gaúcho, vindo o jornalista a apoiar a Revolução Constitucionalista de 1932, com anseios de fazer caírem Vargas e seu governo de decretos, instaurado após revogação da Constituição de 1891.

Na pesquisa em que associa a história d'O Globo a um projeto de país baseado nos princípios liberais, Baron (2015) resgata que a proximidade entre a família Marinho e os militares ocorre desde a década de 1930, mas que o ápice dessa união atinge seu mais alto tom na defesa por outro golpe, o de 1964, que suprimiu os direitos civis dos brasileiros por 21 anos. Assim, em seus levantamentos, Baron encontra um jornal dedicado a defender os militares, a convencer a sociedade de “que era imperativa essa operação de “salvamento da pátria sob perigo de transformação em nação comunista”, e a ajudar a viabilizar o caminho para o futuro político de curto prazo do país através da constituição de um novo governo para o país” (BARON, 2015, p.119).

Leal e Montalvão (on-line, não p.) observam ainda que o jornal carioca não apoiou inicialmente a emenda Dante de Oliveira, que previa o retorno das eleições diretas para Presidente da República, bem como aprovou as medidas que naquele período tentavam evitar as concentrações públicas do movimento Diretas Já. Já no período democrático, O Globo defendeu a candidatura de Fernando Collor de Mello, demorou destacar os fatos que ligava o então presidente a casos de corrupção, e, depois, cedeu espaço positivo para Fernando Henrique Cardoso em seus editoriais.

Em 2013, após o auge das manifestações que levaram milhares às ruas do Brasil, as chamadas Jornadas de Junho, O Globo se retratou em um editorial sobre o apoio dado ao golpe de 1964, reconhecendo o suporte como um erro³². Hoje, O Globo é considerado o segundo maior jornal *quality paper* em circulação no Brasil, superado apenas pela Folha de S. Paulo.

³² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em 17 de setembro de 2018.

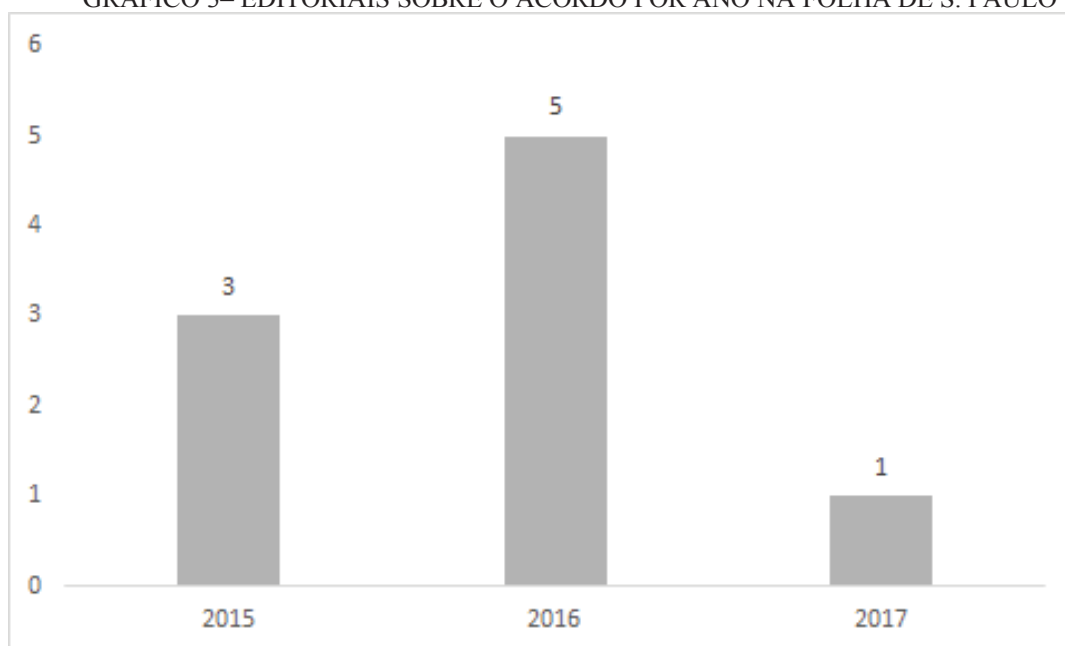
5 ANÁLISES

Seguindo a técnica temático-categorial proposta por Bardin (2016), as análises do conteúdo foram feitas a partir da categorização das unidades de registro de acordo com os temas criados. Portanto, foram categorizadas 144 unidades da Folha de S. Paulo e 88 de O Globo. Para esta pesquisa, optou-se por analisar cada jornal individualmente a partir dos dados encontrados na parte quantitativa do estudo, levantamento que mostrou uma proporção maior de editoriais sobre o tema publicados pela Folha de S. Paulo. No jornal paulistano, foram encontrados nove textos, e no carioca, seis.

5.1 OS EDITORIAIS DA FSP E OS DIÁLOGOS NA COLÔMBIA

Os editoriais da Folha de S. Paulo analisados para esta pesquisa, que repercutem o andamento dos diálogos de paz na Colômbia, foram publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017, período em que circularam 1.096 edições diárias do veículo. Cada uma das edições conta com dois editoriais distintos, o que leva a um total de 2.192 textos do formato publicados no espaço de tempo delimitado. Destes, nove correspondem à temática pesquisada, sendo cinco deles publicados apenas em 2016, ano de episódios importantes para os diálogos, como o consenso sobre o fim do conflito, a assinatura do texto final do acordo de paz e a negação do texto pelos colombianos mediante referendo.

GRÁFICO 3– EDITORIAIS SOBRE O ACORDO POR ANO NA FOLHA DE S. PAULO



FONTE: A autora (2019).

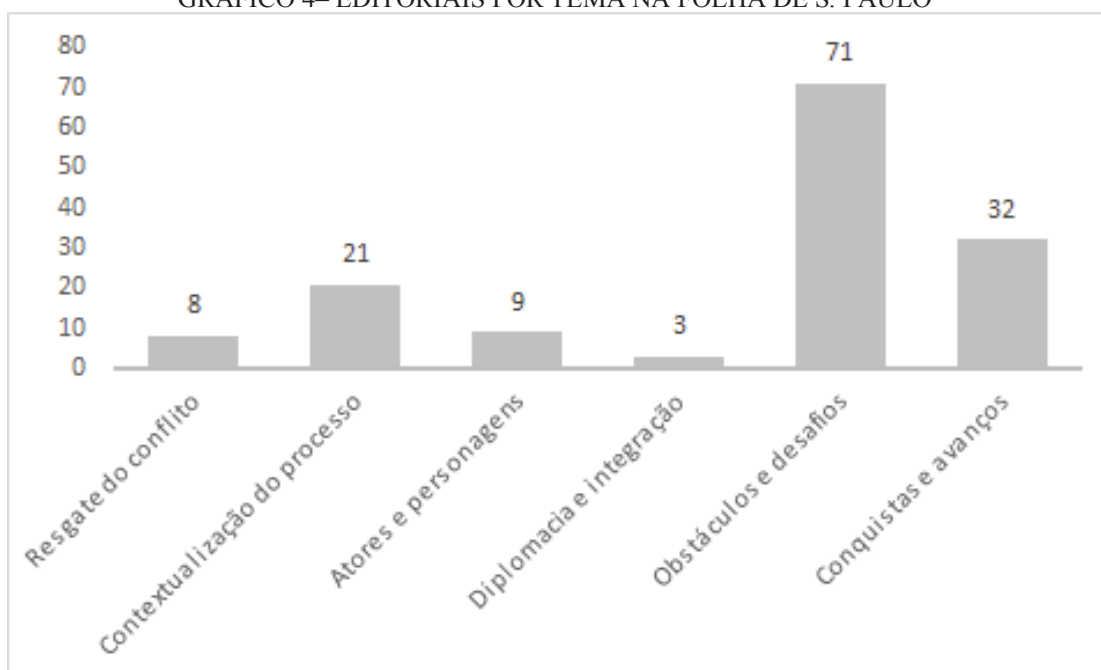
O primeiro, *Tiro no pé das Farc* (editorial 1 FSP), foi publicado no dia 16 de junho de 2015, após manifestação pública do presidente Juan Manuel Santos no dia 12 de junho contra ataques em sequência assumidos pelas Farc na região Sul do país que provocaram mortes, deslocamentos e danos ambientais. O discurso ressalta a proporção dos prejuízos e reitera o posicionamento de Santos que, conforme noticiado dias antes pelo próprio periódico, condicionou a continuidade dos diálogos ao fim do conflito, retomado após ruptura de cessar-fogo. No mesmo ano ainda outros dois editoriais, como mostra o levantamento feito, abordaram o tema. Em 14 de outubro, *Colômbia em busca de paz* retoma o anúncio oficial da conclusão da primeira etapa dos diálogos, anunciada no dia 23 de setembro e eternizada diante de um aperto de mão simbólico entre Juan Manuel Santos e Rodrigo Lodoño (Timoleón Jiménez, o Timochenko, líder das Farc). O editorial do dia 21 de dezembro de 2015, *Vítimas Colombianas*, traz a percepção do jornal sobre um dos itens mais importantes discutidos na negociação, o da reparação das vítimas do conflito, ponto anunciado dias antes, em 15 de dezembro.

No ano seguinte, a Folha de S. Paulo dedicou cinco editoriais ao tema. O primeiro, *Essência do acordo de paz*, foi publicado em 24 de junho de 2016, exatamente um dia após Colômbia e Farc comunicarem que, enfim, haviam chegado a um consenso sobre o fim do conflito, incluindo convergências acerca do cessar-fogo definitivo e da entrega das armas do grupo guerrilheiro para a Organização das Nações Unidas (ONU). No dia 27 de agosto de 2016, o jornal trouxe em seu espaço editorial o texto intitulado *O preço de paz*, no qual discorre sobre o texto final do acordo, alguns de seus objetivos e pontos-chave, anunciado três dias antes. Depois, foi a vez do editorial *Lamentável discórdia*, do dia 5 de outubro, em que o jornal repercute a rejeição do acordo pelos colombianos em um referendo realizado três dias antes e esperado por todo o mundo como um simbólico ponto final definitivo das negociações, o que não só não se concretizou como surpreendeu cidadãos, órgãos e autoridades, inclusive as da própria Colômbia. Em 18 de novembro, a Folha de S. Paulo volta a projetar orientação em relação ao acordo. *Nova chance à paz* sucede dois importantes acontecimentos: ainda que um pouco mais distante, a conquista do prêmio Nobel da Paz por negociações com as Farc pelo presidente colombiano Juan Manuel Santos, no dia 7 de outubro, e o anúncio, em 12 de novembro, de um novo texto do acordo, concluído após modificações com base nos pontos mais reivindicados pela oposição. No último editorial sobre o tema daquele ano, *A fase mais difícil*, publicado em 25 de dezembro, parte da validação do acordo pela Corte da Colômbia, no dia 13 de dezembro, para refletir sobre as possíveis dificuldades que rondam a implementação dos pontos acordados.

Em 2017, a Folha de S. Paulo dedicou apenas um editorial ao assunto. Intitulado de *Paz colombiana* e publicado no dia 8 de setembro, discorre sobre o cessar-fogo bilateral acertado por Juan Manuel Santos e representantes do Exército de Liberação Nacional (ELN) no dia 4 de setembro, mas também com referências aos diálogos já finalizados com as Farc.

O gráfico abaixo mostra o resultado final da codificação realizada a partir dos editoriais publicados pela FSP. As unidades de significação válidas extraídas dos nove textos, 144 ao todo, foram categorizadas de acordo com as temáticas que emergiram da leitura do *corpus*. Com a categorização, chegou-se ao seguinte quadro:

GRÁFICO 4– EDITORIAIS POR TEMA NA FOLHA DE S. PAULO



FONTE: A autora (2019).

As análises foram conduzidas a partir deste resultado. Cada temática foi observada individualmente, de modo que fosse possível compreender não apenas qual perspectiva esteve mais presente, mas também como elas foram abordadas editorialmente pelo veículo.

5.1.1 Obstáculos e desafios

Os resultados da operação mostraram que 71 das 144 unidades de significação (48,9% do conteúdo total, o equivalente a praticamente metade das mensagens) encaixam-se na categoria “obstáculos e desafios”. Esta primeira classificação nos permite afirmar que, em seus

editoriais, o periódico enfatizou um entendimento cético em relação ao processo, passando ao leitor a mensagem de um trajeto importante, porém, permeado por obstáculos e desafios.

Mas esta pesquisa não se propõe apenas a tratar a distribuição do conteúdo de maneira quantitativa, uma das possibilidades da Análise de Conteúdo. A tarefa principal é compreender como o jornal usou seu espaço oficial de opinião, no qual trata de fatos de repercussão sobre o acordo, para se posicionar em relação a diferentes etapas do processo do acordo de paz na Colômbia. Recapitula-se, para tal, o conceito de Melo (2010, p.104), dos editoriais como “um indicador que pretende orientar a opinião pública” e de Mont'Alverne e Marques (2015) e Alves Filho (2006), para quem os editoriais são um espaço de posicionamento do periódico para orientar argumentativamente o leitor.

O tratamento qualitativo do material conforme prevê Bardin permite inferir que a opinião receosa da Folha de S. Paulo sobre as tratativas entre o governo da Colômbia e as Farc - que é o que predomina em todo o conjunto de editoriais do veículo analisado para essa pesquisa - assenta-se em alguns aspectos principais. O primeiro deles direciona para o caráter político-estratégico dos diálogos, conduzidos de um lado pelas Farc, movimento cuja essência é política, embora as análises consintam assegurar que isso não é reconhecido como um todo pelo jornal, e, por outro, pelas mais altas autoridades governamentais colombianas, que, além de dialogarem com a guerrilha, aparecem quase sempre em um cenário de choque com políticos opositores ao acordo.

As adversidades políticas colocadas pelo periódico paulistano como entraves aos diálogos de paz não são, no entanto, um fenômeno partidário ativo, contra o movimento ou um nome. Aparecem em maioria como construções conjunturais que tensionam e subordinam o êxito dos diálogos a impasses que precisam ser superados a partir de decisões de cunho político. Essas decisões estão ligadas ao roteiro político traçado para atingir o acordo, conforme o colocado:

TABELA 3 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

(continua)

Unidade de registro (UR)	Editorial
A tarefa mais complexa e crucial, entretanto, é estabelecer como se dará a reorganização do país no pós-conflito, conforme mostrou esta Folha na segunda-feira (12).	Colômbia em busca de paz (FSP, 14/10/15)
Renovadas doses de criatividade e negociação diplomática serão necessárias para que não caia por terra todo o processo de desmobilização da guerrilha, que vinha sendo discutido havia quatro anos.	Lamentável discórdia (FSP, 05/10/2016)

TABELA 3 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

(conclusão)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Embora nenhum dos lados demonstre disposição para abandonar o cessar-fogo e reavivar um conflito que já dura 52 anos e produziu mais de 200 mil mortos, agora não existe no horizonte um roteiro político para superá-lo.	Lamentável discórdia (FSP, 05/10/2016)
De outro, o governo tinha de produzir um acordo que respeitasse tratados internacionais -segundo os quais crimes atrozes não podem ficar impunes- e assegurasse às vítimas o direito à verdade e a reparações. Porém, em vez de passar por consulta popular, como seria preferível, o acordo foi aprovado pelo Congresso –numa decisão ratificada pela Corte Constitucional.	Vítimas colombianas (FSP, 21/12/2015)

FONTE: A autora (2019).

Mas também são decisões ligadas ao reconhecimento da população quanto aos benefícios do diálogo. Neste caso, nota-se que a condição de incerteza face a diferentes fases dos diálogos de paz na Colômbia se baseiam muito no conflito e nas perturbações que ainda ecoam entre a população, por isso as constantes referências à guerrilha, à violência e a seus números frios:

TABELA 4 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Outro ponto importante é levar uma população traumatizada por décadas de violência a reconhecer as vantagens do acordo.	Colômbia em busca de paz (FSP, 14/10/15)
Fechado esse capítulo, inicia-se outro: o processo de consulta popular sobre o tratado, no qual as disputas políticas locais se farão sentir.	Essência do acordo de paz (FSP, 24/06/2016)

FONTE: A autora (2019).

Ainda sobre o caráter político dos diálogos, percebe-se que a empresa explora em seus editoriais uma transigência mais do que aceitável do (então presidente) Juan Manuel Santos em relação às Farc. Para tanto, busca, novamente, sintonia com as discussões que emergem da própria sociedade colombiana para ressaltar a ideia, conforme os trechos a seguir:

TABELA 5 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Ainda que as pesquisas de opinião venham mostrando que os colombianos apoiam as tratativas de paz, dois pontos —a participação política e a justiça especial— são amplamente rejeitados pela população, que os vê como concessões excessivas.	O preço da paz (27/08/2016)
<i>A rejeição, pelos colombianos, do tratado de paz firmado na semana passada entre o governo do presidente Juan Manuel Santos e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) deixa o país numa situação bastante delicada.</i>	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Os pontos mais criticados foram o alcance da anistia, que na prática isentaria a maioria dos guerrilheiros, e a garantia de assento no Congresso, por duas legislaturas, para o partido político que sucederia as Farc.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Entre eles estão a exigência de prisão, em vez da "liberdade restringida" prevista no pacto derrotado, e a inelegibilidade daqueles que tenham cometido crimes graves durante os confrontos.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Não será trivial reiniciar as conversas em termos mais duros.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
O processo é visto com ceticismo não apenas pelos guerrilheiros como também pela população colombiana, que chegou a rejeitar em plebiscito, no ano passado, uma primeira negociação com as Farc —por entender que eram exageradas as vantagens oferecidas.	Paz colombiana (08/09/2017)

FONTE: A autora (2019).

Na conjuntura das tratativas não se podem ignorar os sucessivos acontecimentos que acabam por reforçar as dúvidas lançadas pela Folha de S. Paulo sobre as tratativas, sobretudo a recusa do acordo, nas urnas, pelos próprios colombianos. Ao discorrerem sobre as funções dos editoriais no jornalismo, Mont'Alverne e Marques (2015, p.131) situam-no como relevantes meios de reforço na definição de agendas não só ao sugerirem o que será objeto de discussão, mas também ao enquadrarem “os parâmetros de abordagem das questões de interesse coletivo”. Para os autores, a concepção que os próprios jornais têm acerca destes espaços reforçam o uso dos textos editoriais como um meio em que o periódico “coloca em prática a função que acredita cumprir, ao usar do poder de pressão do qual dispõe junto aos atores políticos e, ao mesmo tempo, oferecer à audiência um quadro interpretativo para compreender a realidade”.

As circunstâncias do processo de acordo de paz conforme mostrado pelos editoriais da FSP, como trazem os dados estatísticos resultantes da primeira etapa metodológica desta pesquisa, é apresentado ao leitor por um ponto de vista tímido quanto ao seu triunfo. Como exemplificado anteriormente, parte disso tem a ver com as estratégias políticas que envolvem diálogos. E outra parte coloca as tratativas como um desafio ao realçar a influência da oposição no percurso do processo. Sobre isso, é certo que as críticas da oposição, concentrada no nome

do ex-presidente Álvaro Uribe, do partido Centro Democrático, foram um dos principais empecilhos do acordo (FLÓREZ, 2016; SMITMANS, 2017).

Enquanto durou a mesa de negociação em Havana, os uribistas mantiveram levantada a bandeira contra Juan Manuel Santos e contra as costuras do diálogo, sustentando que “a paz não se faz da negação, sim da imposição da autoridade estatal” (ATEHORTÚA, 2016, p. 21). Meses antes do referendo, em discurso diante de cerca de 300 seguidores, Uribe, cujo pai foi assassinado pelas Farc, afirmou que “só nos resta a opção de dizer ‘Sim’ a paz votando ‘Não’ ao plebiscito”³³ (EFE, 2016).

Sobre discursos opositores que emergiram ao longo do período das negociações, Gómez (2017) mostra que a oposição se organizou em dois grupos distintos: um empenhado contra o governo de Santos e outro contra o processo de paz. No entanto, os dois movimentos conseguiram se unificar e fortalecer um discurso que ajudou a barrar o texto final do acordo no plebiscito do dia 2 de outubro de 2016. Nos editoriais da Folha de S. Paulo, percebe-se uma aproximação do quadro constituído por Gomez, com ressalvas à oposição não só em relação processo e seus encaminhamentos, mas também contra a figura política de Juan Manuel Santos.

TABELA 6 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Além disso, o eventual fim do diálogo enfraqueceria o presidente Juan Manuel Santos, abrindo espaço para seu antecessor -e ex-aliado-, Álvaro Uribe, defensor da solução bélica.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)
Para isso, Santos terá de se entender com o ex-presidente e hoje senador Álvaro Uribe.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
Enquanto Santos defenderá o acordo como seu grande legado, seu predecessor, Álvaro Uribe, atuará como o crítico mais proeminente do pacto.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
Pesaria nos cálculos, ainda, o objetivo de evitar que o debate se arraste até a eleição presidencial de 2018, quando a ausência de um acordo representaria um trunfo para Uribe.	Nova chance à paz (18/11/2016)
Isso tem sido explorado pelos adversários do pacto, como os ex-presidentes Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, e será um dos principais argumentos contra a sua aprovação.	O preço da paz (27/08/2016)
Como pano de fundo, o pragmatismo eleitoral: um processo de paz bem-sucedido tornará difícil sua vitória na disputa de 2018.	A fase mais difícil (25/12/2016)
O ex-presidente Álvaro Uribe, que comandou a campanha pelo "não", terá papel de destaque a partir de agora.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Espera-se que Uribe, bem mais popular que o atual presidente, não se revele intransigente nas novas tratativas.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Dele depende o avanço das conversas no sentido da paz —ou o retorno da Colômbia ao vórtice da violência.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Eles exigem que os membros das Farc julgados por crimes graves, como sequestro e assassinato, fiquem impedidos de tomar parte em eleições.	Nova chance à paz (18/11/2016)

³³<https://www.efe.com/efe/america/politica/uribe-se-pone-al-frente-de-la-campana-por-el-no-en-plebiscito-paz/20000035-3003696>

TABELA 6 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

(conclusão)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Além disso, defendem que cumpram penas em cárceres definidos — se não em prisões comuns, em colônias penais.	Nova chance à paz (18/11/2016)
O grupo de Uribe reagiu mal ao texto revisto.	Nova chance à paz (18/11/2016)
Admite que houve concessões, mas não o considera definitivo, pois ainda faltariam "alterações substantivas.	Nova chance à paz (18/11/2016)
Uribe logo criticou o caminho e passou a cobrar um novo referendo.	A fase mais difícil (25/12/2016)

FONTE: A autora (2019).

Não cabe a esta pesquisa questionar possíveis equívocos ou acertos no tratamento dado pelos editoriais da Folha de S. Paulo aos diálogos de paz na Colômbia estão. Ao mesmo tempo, também não se questiona que a trajetória dos diálogos estivesse longe de instigações. Afinal, a negociação para reconstruir os laços sociais na Colômbia após um longo período de violência implicava, por certo, em um desafio de maior alcance e em múltiplas disputas políticas e jurídicas (GÓMEZ, 2017). Contudo, avalia-se que o posicionamento da empresa ao tratar dos episódios sem considerar o âmbito de uma crise de legitimidade institucional que se alastrava por vários países, inclusive da América Latina, ajudou a reforçar a suscetibilidade do processo para os leitores destes editoriais.

Enquanto a Colômbia se polarizava em ‘sim’ e ‘não’, no México, a exemplo, os escândalos gerados por casos de violação de direitos humanos (como o massacre de 43 estudantes na cidade de Iguala, em 2014), pela ineficiência do sistema de segurança pública e pela ligação entre autoridades locais e cartéis de tráfico de drogas gerou uma crise sem sem país (VILLAMIL, 2015). Na Venezuela, a continuidade das medidas de Hugo Chávez pelo governo de Nicolás Maduro contornou polêmicas até se enveredar em direção a uma debilidade econômica e governamental que levou cidadãos a se organizarem em manifestações históricas desde 2014. No Brasil, protestos que começaram em 2013 mobilizados por pautas do transporte público desembocaram no golpe institucional, três anos mais tarde, da presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014. Toda essa efervescência política, que ainda elegeu nos Estados Unidos o republicano Donald Trump, alinhando o continente americano a uma eclosão conservadora que já se espalhava pela Europa, também influenciou a realidade colombiana a ponto de fortalecer a dissidência entre os grupos do “sim” e do “não”, divididos politicamente. Mas para os editoriais da Folha de S. Paulo, as tratativas e as dificuldades que impactam no ritmo que as guia não aparecem, ao menos no material analisado, como parte deste contexto.

Acrescenta-se ainda um terceiro aspecto no qual se nota hesitação da Folha de S. Paulo em relação ao processo. Esse tem a ver com um entendimento unilateral acerca das Farc,

retratada pelo viés da “narcoguerrilha”, da “organização criminosa”, um perfil que afasta o movimento de suas origens e o aproxima da esfera da violência que marcou a Colômbia sobretudo a partir da década de 1990:

TABELA 7 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
O esforço, porém, corre o risco de ser desperdiçado devido aos recentes ataques promovidos pelos narcoguerrilheiros.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)
Se os narcoguerrilheiros de fato pretendem depor as armas, aterrorizar civis só ampliará a desconfiança da opinião pública sobre a viabilidade das negociações.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)
Após anunciar formalmente o fim do cessar-fogo unilateral iniciado havia cinco meses, as Farc realizaram atentados que miravam as forças de segurança e a infraestrutura do país, como torres de transmissão de energia e oleodutos, deixando um rastro de mortos e ruínas.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)
Em Cauca (sul), onde os combates têm sido mais intensos, ao menos 19 policiais e militares, além de 40 guerrilheiros, perderam suas vidas nas últimas semanas; mais de 400 famílias se viram obrigadas a abandonar as suas casas.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)
Conforme mostrou esta Folha, comunidades indígenas e negras têm formado milícias para se defender do fogo cruzado -estratégia que no passado levou à formação de grupos paramilitares tão ou mais violentos que a guerrilha.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)

FONTE: A autora (2019).

O tratamento dado ao movimento, cuja contextualização de sua história e origem é praticamente inexistente, potencializa a fragilidade e as dúvidas que o jornal deposita sobre os avanços do processo, encorpendo a categoria “obstáculos e desafios”. O mais forte modelo do *corpus* é o primeiro editorial sobre o tema publicado em 2015. Intitulado *Tiro no pé das Farc*, do dia 16 de junho, posiciona-se em relação aos ataques empreendidos pela guerrilha na região de Cauca, no sul da Colômbia, que deixaram vítimas e provocaram transtornos em série. Quase todo o texto é constituído de mensagens absorvidas pela categoria “obstáculos e desafios”, principalmente no que diz respeito à postura da guerrilha: das 14 unidades de registros em que foi desconstruído o texto, 12 pertencem à categoria, enquanto outras 2, em oposto, referem-se aos avanços, nesse caso, conquistas que já foram feitas com certo entendimento de ambas as partes.

O estudo de Gómez (op.cit., p.242) ressalta que parte dos desafios enfrentados pelas partes envolvidas nos diálogos de paz na Colômbia não era consequência somente de grupos que se opunham ao processo ou à figura política de Juan Manuel Santos. Há que se levar em consideração ainda que “para alguns setores sociais, em ocasiões mais identificados com o discurso de segurança, devido ao fato de as feridas do conflito ainda estarem abertas, as Farc

não merecem a confiança da sociedade colombiana”. E percebe-se que os editoriais da Folha de S. Paulo também interpretam as tratativas diante da mesma tensão: incorporam-na para tratar do pós-conflito e também para reforçar o receio da população em relação às Farc.

TABELA 8 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Trata-se de definir o que será feito de armas, territórios e recursos das Farc, bem como de encontrar a melhor maneira de reintegrar à sociedade os cerca de 8.000 guerrilheiros que se mantêm ativos.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
Além disso, há questões de reparação às famílias das vítimas, de reconstrução da infraestrutura e de reintegração dos milhões de deslocados pelo conflito.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
De um lado, o grupo narcoguerrilheiro não aceitava se sujeitar às leis colombianas.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Urge providenciar um plano alternativo, ou as hostes de guerrilheiros que aceitavam reintegrar-se à sociedade tenderão a migrar de forma definitiva para o banditismo e o narcotráfico.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Parte expressiva da população não aceita a ideia de ver no Congresso representantes de uma guerrilha responsável por incontáveis atos bárbaros.	A fase mais difícil (25/12/2016)
Compreende-se que a sociedade veja com receio as concessões feitas a grupos que causaram tanto sofrimento ao país	Paz colombiana (08/09/2017)

FONTE: A autora (2019).

5.1.2 Conquistas e avanços

Apesar da categoria “desafios e obstáculos” concentrar a maior parte das unidades que compõem os editoriais da Folha de S. Paulo, não é possível admitir que o jornal se posiciona contra o processo e seus possíveis resultados. Como já avaliado, o veículo critica pontos específicos das tratativas (*Parece um péssimo cálculo/ Convém manter certo ceticismo, portanto/ Não será trivial reiniciar as conversas em termos mais duros, ...*), mas isso não cria uma argumentação única contra os objetivos dos diálogos.

Os dados resultantes da categorização mostram que 22,2% das unidades de registro (32 das 144 unidades constituintes totais) se encaixam como observações positivas em relação ao processo, enquadrando-se na categoria “conquistas e avanços”. Nesta delimitação, constata-se uma tendência dos editoriais do periódico paulistano em ressaltar as proximidades do fim do conflito e, mais especificamente, o avanço do texto do acordo.

Se para mirar o acordo a partir de um viés crítico a FSP problematiza as estratégias políticas condutoras das tratativas e emprega impressões adversas atribuídas à população colombiana, para se impor em relação às conquistas e aos avanços o jornal se apresenta mais

enfático (*bem-vindo diálogo de paz com vistas a encerrar o violento conflito/ o tão esperado fim de uma guerra/ é animador constatar*). Uma diferença que se percebe é o emprego de elementos semânticos, como adjetivos e advérbios, para enfatizar a relevância do processo.

Enquanto no gênero informativo o estilo jornalístico ancora-se na perspectiva da objetividade e da imparcialidade para sustentar seu caráter comercial, “sem demarcar suas contradições de valores e de interesses nas relações socioeconômicas e políticas” (FIGARO, 2014, p. 28), o mesmo não se repete nos formatos do gênero opinativo, em que os recursos linguísticos são mobilizados como exigência específica da modalidade, “cuja finalidade é avaliar os acontecimentos” (MELO; ASSIS, 2016, p. 47).

Já as construções semânticas (em grifo na tabela 9) que denotam interpretação otimista dos editoriais da Folha de S. Paulo acerca do processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia servem, em sua grande maioria, para qualificar acontecimentos relativos aos diálogos. São, ao mesmo tempo, uma forma de evidenciar o progresso das tratativas e reforçar o prisma do jornal em relação aos entendimentos:

TABELA 9 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Em outubro de 2012, o governo colombiano e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) iniciaram complexo e <u>bem-vindo</u> diálogo de paz com vistas a encerrar o violento conflito civil que já dura meio século.	Tiro no pé das Farc (16/06/2015)
O aperto de mão entre Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia, e Rodrigo Londoño, líder das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), assinalou o provável e há <u>muito desejado</u> fim de um conflito armado que, em 50 anos, deixou mais de 220 mil mortos e marcou a história do país.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
Foi dado na última semana um dos <u>passos mais importantes</u> e delicados para a conclusão do acordo de paz entre as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o governo colombiano.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Parece ser a maneira <u>mais adequada</u> de fechar um longo capítulo de violência que marcou de forma profunda toda a sociedade colombiana.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
Se o pacto vier a ser ratificado pelo voto popular, representará <u>o tão esperado fim</u> de uma guerra que já dura mais de 50 anos e provocou a morte de cerca de 250 mil pessoas, além do deslocamento de quase 8 milhões.	O preço da paz (27/08/2016)
Os primeiros sinais, <u>felizmente</u> , suscitam algum alento.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Tanto o governo Santos como o comando das Farc mostraram-se <u>empenhados</u> em encontrar uma solução.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
De fato, ainda que imperfeito, o acordo que ele encampa traz o <u>inestimável benefício</u> de encerrar um conflito civil que parecia não ter fim.	A fase mais difícil (25/12/2016)
Num momento em que o mundo se vê tomado por uma onda de tensões, é <u>animador</u> constatar avanços no processo de paz na Colômbia.	Paz colombiana (08/09/2017)

A constatação de que a Folha de S. Paulo se posiciona como entusiasta do processo também encontra subsídio na maneira como o jornal endossa o sentido de progresso do avançar das discussões: estabelecendo sintonia com o fim do conflito e realçando o entendimento entre os principais polos do diálogo. Para isso, as Farc - que diante de impasses eram isoladas enquanto agente do processo - ganham papel central nas negociações, a qual agora é fruto de uma negociação partilhada. Parte-se do pressuposto que as tratativas conduzidas por representantes das Farc e o governo colombiano por si só já carregam uma perspectiva otimista por trazer como consequência imediata o final no embate mais longo da América Latina. Mas se defende que os editoriais agregam valor a esta perspectiva, mais uma vez, pela escolha dos recursos linguísticos utilizados.

No que diz respeito ao tratamento do avanço do acordo e seus pontos específicos, nota-se uma perspectiva positiva diante da adoção de verbos que indicam ações e/ou posições afirmativas. Ainda que este trabalho não se proponha a oferecer uma análise lexical do objeto, é interessante observar a estratégia da qual o jornal lança mão para ressaltar aspectos convenientes dos diálogos e os pontos acordados. Usados como “ponto de articulação da sentença” (LAGE, 2001, p. 40), os verbos também indicam tomadas de posição no jornalismo.

TABELA 10 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Quase quatro anos após o início das tratativas, o acordo de paz entre o governo da Colômbia e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) aproxima-se de seus momentos finais.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
Trata-se de encerrar uma guerra que, durando mais de 50 anos, provocou a morte de 250 mil pessoas e o deslocamento de quase 8 milhões.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
Segundo governo e Farc, seria um acordo "definitivo" para pôr fim a meio século de conflito que matou mais de 200 mil pessoas.	Nova chance à paz (18/11/2016)
Após negociar por quase um ano e meio apenas esse item, chegou-se a um entendimento sobre as reparações às vítimas do conflito que já dura mais de 50 anos e matou cerca de 220 mil pessoas.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Também se alcançou um acordo sobre a instalação de um sistema jurídico especial para julgar quem tenha praticado crimes na guerra civil -tanto guerrilheiros como paramilitares e agentes do Estado.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Superou-se desse modo o impasse que atravancava a negociação.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Definiu-se que o fim das hostilidades ocorrerá num prazo de 180 dias após a assinatura do acordo e que a entrega das armas se dará de forma gradual, em três momentos durante esses seis meses.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
Em contrapartida, o governo colombiano se comprometeu a garantir a segurança dos ex-guerrilheiros contra seus grupos rivais (ex-paramilitares, milícias inimigas) assim que a rebelião terminar.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)

Também se negociaram a interrupção do plantio de coca pelas Farc e os termos da reparação às vítimas, que inclui a criação de um tribunal especial para julgar crimes e o estabelecimento de uma comissão da verdade.)	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
--	--

FONTE: A autora (2019).

5.1.3 Contextualização do processo

Consta no centro das considerações acerca das vítimas do conflito um dos pontos mais controversos do processo, que foi a criação da Justiça Especial para a Paz (CABEZUDO, 2017; GÓMEZ, 2017). Segundo Valencia e Francés-Gómez (2018, p. 125), a questão - que, para os autores, embora tenha levantado uma série de questionamentos de diversos setores da sociedade não foi capaz de deslegitimar o processo - concentrou-se no fato de que o mecanismo suspendeu as normas da justiça penal ordinária do Estado de Direito para “estabelecer penas para certos delitos graves muito menos rigorosas que as estabelecidas pelo direito penal ordinário para os mesmos tipos de condutas”.

A complexidade das negociações e das decisões relacionadas à Justiça Especial para a Paz ganha destaque nos editoriais da Folha de S. Paulo no que diz respeito à categoria Contextualização do processo, com 21 unidades de registros vinculadas - 14, 58% do total. Neste campo, o jornal cria sua própria visão essencial sobre o acordo e coloca a discussão sobre as vítimas e a justiça na base do que considera mais importante a ser alcançado com as tratativas. A ver:

TABELA 11 – ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Negociado ao longo dos últimos quatro anos, o acordo possui, em essência, três objetivos: eliminar os fatores apontados como raiz do conflito, criar condições para que as Farc deixem de existir como guerrilha e se tornem um movimento político e satisfazer minimamente o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação.	O preço da paz (27/08/2016)
Para o primeiro item, o governo colombiano se comprometeu a realizar uma reforma agrária e a reduzir a pobreza das áreas rurais.	O preço da paz (27/08/2016)
Por fim, as vítimas serão ressarcidas conforme o impacto da violência em suas vidas, e será criada uma comissão para encontrar e identificar mortos e desaparecidos.	O preço da paz (27/08/2016)
A coluna vertebral continua sendo a Jurisdição Especial para a Paz, uma Justiça de transição que permitiria aos guerrilheiros cumprir eventuais penas fora de prisões e ter participação política.	Nova chance à paz (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

Também há nos editoriais da FSP uma atenção redobrada sobre as condições da Justiça Especial, principalmente sobre as penas alternativas tornadas possíveis com o tribunal paralelo, como mostram as seguintes unidades de registro:

TABELA 12– ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Pelo texto, delitos menores, como roubo e sublevação, serão anistiados.	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Já crimes de lesa-humanidade, como sequestros e assassinatos por razões políticas, serão punidos com sanções alternativas (não haverá encarceramento).	Vítimas colombianas (21/12/2015)
O texto, ademais, prevê que os guerrilheiros serão julgados por um tribunal especial, que condenará a penas mais brandas aqueles que confessarem crimes, mesmo que violentos.	O preço da paz (27/08/2016)
Poderá se valer dessas condições especiais somente quem reconhecer seus crimes e colaborar com uma comissão da verdade, que terá a responsabilidade de esclarecer os fatos ocorridos durante as décadas de conflito	Vítimas colombianas (21/12/2015)
Os que se recusarem a cooperar precisarão se submeter à Justiça comum, podendo receber penas de até 20 anos de cadeia.	Vítimas colombianas (21/12/2015)

FONTE: A autora (2019).

Nota-se ainda que a ênfase na questão penal traduz um grau de discordância do jornal em relação às decisões tomadas, o que fica ainda mais claro quando a FSP retoma a avaliação sobre os pontos em um texto após a reprovação do acordo no referendo organizado pelo governo. Da mesma forma, o “descontentamento” do jornal é expresso quanto à garantia do acordo para que as Farc, ao pôr fim em sua constituição de movimento guerrilheiro, tornem-se um partido político:

TABELA 13– ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
No entanto, o esqueleto do texto inicial foi preservado	Nova chance à paz (18/11/2016)
O novo texto admite apenas delimitar a área geográfica em que os condenados ficarão confinados, sem liberdade de circular pelo país.	Nova chance à paz (18/11/2016)
Acatou-se a demanda de que não haja juízes estrangeiros na Jurisdição Especial	Nova chance à paz (18/11/2016)
Apesar das concessões –por exemplo, condenados que venham a cumprir penas fora das prisões poderão circular apenas por certas áreas do país e não haverá juízes estrangeiros na corte especial–, manteve-se o espírito original	A fase mais difícil (25/12/2016)
Isto é, uma Justiça de transição permitirá que quase todos os guerrilheiros se livrem das prisões, e eles terão participação política garantida nas eleições de 2018 e 2022	A fase mais difícil (25/12/2016)

FONTE: A autora (2019).

5.1.4 Atores e personagens

Com nove unidades de registro equivalentes (6,25%), a categoria Atores e personagens ainda consta à frente das categorias Contextualização do processo e Diplomacia e integração. Juan Manuel Santos, presidente colombiano que conduziu os diálogos de paz com as Farc, é o personagem mais destacado pelos editoriais da Folha de S. Paulo que tratam do tema ao se considerar o conteúdo analisado.

Eleito pelo Partido Social de Unidade Nacional, o estadista é mencionado em meio a poucas controvérsias e diante de algumas situações que lhe conferem uma aparente unidade diante dos diálogos. É a ele que os textos atribuem missões importantes e é sua a ponderação que merece algum destaque. Os editoriais também reforçam o impacto do processo na figura política do então presidente:

TABELA 14– ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
A pressa de Santos em retomar o acordo não advém só da necessidade de não sustar o processo de desmobilização de 7.000 conscritos das Farc, o que poderia dar ensejo à retomada das hostilidades.	Nova chance à paz (18/11/2016)
O presidente Santos terá a missão de instalar a Justiça especial e anistiar guerrilheiros.	A fase mais difícil (25/12/2016)
Ao que tudo indica, o governo Santos exagerou nas concessões.	Lamentável discórdia (05/10/2016)
Não à toa, o atual presidente costuma dizer que nada está acordado até que tudo esteja acordado.	
Os louváveis esforços de Juan Manuel Santos lhe renderam o Nobel da Paz e a Lâmpada da paz de São Francisco, conhecida como o Nobel dos católicos.	A fase mais difícil (25/12/2016)
A paz, hoje, leva água para o moinho do campo de Santos.	Nova chance à paz (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

Por outro lado, a centralidade de Juan Manuel Santos nos editoriais ajuda a reforçar o entendimento do jornal sobre as Farc como parte menor e que não merece atenção política dentro do processo - um dos argumentos empregados pelo periódico ao tratar episódios do acordo do ponto de vista dos desafios, como visto anteriormente. Tanto parece viável a possibilidade de que a guerrilha não é parte a ser considerada no andamento das tratativas que Rodrigo Londoño, líder máximo do movimento durante as negociações, surge como personagem apenas em um aspecto formal. Além disso, nenhum outro ator das Farc consta nos textos do jornal paulistano, enquanto que do governo colombiano, fora Juan Manuel Santos, há menção apenas ao negociador do governo nos diálogos, o ex-presidente da Colômbia Humberto de la Calle. Papa Francisco, líder da Igreja Católica em visita ao país em setembro de 2017,

quase um ano após o fechamento da primeira versão do texto, também aparece como ator de alguma influência no estabelecimento da paz colombiana, mas mediante uma atitude apaziguadora e não política:

TABELA 15– ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
O anúncio, realizado em Havana (Cuba), contou com a presença do presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e do líder das Farc, Rodrigo Londoño.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)
"Não é o acordo perfeito, mas é o acordo possível", declarou o representante do governo nas negociações.	O preço da paz (27/08/2016)
"A busca da paz é um trabalho contínuo e sempre em aberto. É preciso deixar de lado os sentimentos de curto prazo, como o da vingança" discursou o papa Francisco nesta quinta (7), em Bogotá.	Paz colombiana (08/09/2017)

FONTE: A autora (2019).

5.1.5 Resgate do conflito

A categoria “resgate do conflito” concentra 8 das 144 unidades de registro (5,5%) resultantes da desconstrução do *corpus* da Folha de S. Paulo analisado nesta pesquisa. A proporção por si só já mostra que, por meio de seus editoriais, o jornal pouco se atentou em caracterizar o contexto do qual emergiu o movimento guerrilheiro colombiano e, consequentemente, os diálogos de paz com as Farc.

Dos nove editoriais estudados, quatro deles fizeram alguma referência ao conflito e sua história. Em *Colômbia em busca de paz*, buscam-se as origens do conflito para tentar justificar os episódios violentos das Farc. *O preço de paz*, logo após a conclusão das tratativas, faz uma breve alusão à parte das bases da formação do movimento - a concentração de terras e a desigualdade - para explicar uma suposta mudança no objetivo das lutas travadas pela guerrilha. No editorial *A fase mais difícil*, em que trata dos desafios da implementação do acordo de paz ratificado pela Corte Constitucional, encontra-se uma breve aproximação a esforços passados de desmobilização, que não deram certo, enquanto o último texto, *Paz colombiana*, é o que mais busca um resgate do conflito para discorrer sobre os avanços no processo de paz do país. Para isso, o editorial cita o contexto formador das guerrilhas para, mais uma vez, frisar o que chamam de “degeneração” das atividades das Farc:

TABELA 16– ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
Não custa lembrar que os planos de deslanchar uma revolução comunista na Colômbia se transformaram em verniz ideológico a esconder verdadeira organização criminosa, alimentada principalmente pelo tráfico de drogas.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
A grande concentração de terras e a desigualdade estão na origem da luta das Farc –inicialmente um movimento camponês de inspiração marxista que acabou se tornando uma organização criminosa, sustentada pelo tráfico de cocaína.	O preço da paz (27/08/2016)
Ex-guerrilheiros formaram o partido União Patriótica apenas para serem exterminados por esquadrões da morte.	A fase mais difícil (25/12/2016)
Além disso, existem as sombras da fracassada desmobilização dos anos 1980.	A fase mais difícil (25/12/2016)
O embate entre o Estado colombiano e os grupos armados remonta aos anos 1960.	Paz colombiana (08/09/2017)
De início movimentos de inspiração marxista, as guerrilhas –à medida que a ideia de revolução socialista se mostrava cada vez mais inviável– forjaram uma improvável aliança com o banditismo ordinário.	Paz colombiana (08/09/2017)
Suas atividades degeneraram em sequestros e narcotráfico.	Paz colombiana (08/09/2017)
Estima-se que os conflitos no país ao longo das últimas cinco décadas tenham ocasionado mais de 220 mil mortos e vitimado outros 6 milhões de cidadãos.	Paz colombiana (08/09/2017)

FONTE: A autora (2019).

Por um lado, há que levar em conta que os editoriais são um texto padrão nos veículos jornalísticos e, no caso dos jornais impressos, limitados por um tamanho gráfico que não permite longas argumentações. Ponderações extensas, aliás, não são peculiares aos textos editoriais. Ao definir os traços recorrentes destes formatos, Beltrão (1980) enumera quatro características básicas que lhes cabem: além de impessoalidade (não é um texto assinado) e plasticidade (é flexível, sem dogmas), carregam o princípio da topicalidade, ou seja, trata de um tema bem delimitado, e da condensalidade, que significa um conjunto com poucas ideias e maior ênfase às afirmações do que às demonstrações.

Portanto, se é preciso limitar o conteúdo que vai dar forma ao editorial, certamente essa seleção estará diretamente vinculada às posições enunciativas que reforçam o ponto de vista do jornal, uma vez que os editoriais se constituem como um autorretrato da empresa visível ao público (GROSS, CASTILLA, 2009), diante do que Alves Filho (2006) define como a coerência enunciativa:

(...) as instituições jornalísticas se vêem compelidas a manter coerência em torno de suas posições enunciativas, sendo isso cobrado pelo conjunto dos leitores. Ou seja, do ponto de vista dos leitores, os jornais, por intermédio de seus editoriais (mas também de outros gêneros), passam a ser rotulados como sendo de um certo matiz (político, moral, estético ou partidário). (ALVES FILHO, 2006, p. 87).

A partir desta lógica, é coerente defender que os editoriais estudados da FSP utilizam o breve resgate do conflito colombiano para reforçar sua colocação das Farc como o agente central da violência colombiana. Nota-se que os textos pouco ou sequer citam o endurecimento do conflito ao longo dos anos por ações de outras guerrilhas, inclusive de aspiração ideológica contrária às Farc, do paramilitarismo e do próprio Estado. O uso de números brutos (*mais de 220 mil mortos/ vitimados outros 6 milhões de cidadãos*) conduzem o leitor a uma interpretação dos danos como resultantes apenas do embate entre o movimento e o estado, ao passo que, segundo números documentados do Centro Nacional de Memória e História da Colômbia, dos 177 mil civis mortos entre 1958 e julho de 2018, 94.754 foram atribuídas aos paramilitares, 35.683 às guerrilhas e 9.804 a agentes do Estado³⁴.

Ao mesmo tempo, percebe-se que os trechos reforçam o estigma da violência e do narcotráfico como consequências da essência política das Farc (*verdadeira organização criminosa, alimentada principalmente pelo tráfico de drogas/ organização criminosa, sustentada pelo tráfico de cocaína/ degeneraram em sequestros e narcotráfico*), desenvolvida nas bases do Partido Comunista Colombiano, sem que o contexto de violência que soterrou a Colômbia durante décadas seja ao menos reverberado. É importante lembrar que o etno-historiador Forrest Hylton (2010) defende não ser possível entender como a Colômbia chegou diante de um conflito violento tão intenso sem que fossem consideradas as “múltiplas camadas dos conflitos anteriores e o peso acumulado das contradições não resolvidas” (HYLTON, 2010, p.37).

5.1.6 Diplomacia e integração

Os editoriais analisados permitem concluir que o posicionamento institucional da Folha de S. Paulo em relação aos diálogos de paz na Colômbia despreza as relações regionais e diplomáticas que poderiam ser exploradas a partir do processo. A observação se extrai primeiramente do aspecto quantitativo do *corpus*. O mesmo mostra que apenas três unidades de registro, conforme aqui separadas, tratam do tema (2,08% do total).

Dentre os recortes de significação encontrados, dois deles limitam a integração dentro de uma perspectiva Brasil-Colômbia. A referência em questão levanta a possibilidade de colaboração do Brasil na reconstrução da infraestrutura e de reintegração da sociedade colombiana no pós-acordo. A outra unidade de significação retoma o anúncio feito em Havana

³⁴<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/noticias/noticias-cmh/262-197-muertos-dejo-el-conflicto-armado>

em junho de 2016 que dava por acertado o entendimento entre as partes sobre o cessar-fogo definitivo e a deposição das armas pelas Farc. Para endossar a importância do anúncio, o editorial descreve a presença de autoridades internacionais.

TABELA 17– ANÁLISE EDITORIAIS FSP

Unidade de registro (UR)	Editorial
O Brasil poderia colaborar nesse esforço.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
A expertise do país no setor agrário, sobretudo em agricultura da família, seria de grande valia na revitalização das áreas camponesas, base da ação da guerrilha.	Colômbia em busca de paz (14/10/15)
Também compareceram os chefes de Estado do Chile, da Venezuela e do México, além do secretário-geral da ONU e de representantes dos Estados Unidos e da União Europeia.	Essência do acordo de paz (24/06/2016)

FONTE: A autora (2019).

A falta de conteúdo não viabiliza uma compreensão mais densa acerca da postura da Folha de S. Paulo dentro de uma perspectiva integracional e diplomática. Entretanto, não se pode ignorar que o distanciamento também é um elemento a ser considerado pela Análise de Conteúdo. Bardin (2016, p. 38) observa que “a ausência de elementos (relativa a certa provisão) pode, em alguns casos, veicular um sentido” e que, “com efeito, para certos tipos e mensagens, como para certos objetivos de análise, a ausência constitui a variável importante”.

Para a continuidade desta reflexão, faz-se interessante a consideração de Barbosa (2005, p.215-216) sobre a exclusão da América Latina dos espaços da grande imprensa brasileira, segundo a qual apenas a influência capitalista por si só não é suficiente para explicar os motivos que levam importantes jornais brasileiros a silenciarem a região. O autor defende que, por serem aparelhos ideológicos, os veículos são instigados pela subjetividade e isso faz com que a seleção do conteúdo que vai preencher as páginas dos jornais não enxergue a América Latina, principalmente a popular, como uma das categorias aptas a disputarem o espaço.

Ainda que fique claro que as inferências de Barbosa resultem de um trabalho desenvolvido com base no gênero informativo, é possível aproximá-las também da categoria opinativa, sobretudo dos editoriais. Considerando-se os editoriais como a manifestação da empresa jornalística em relação aos “fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social” (BELTRÃO, 1980, p. 51-52) e ressaltando-se ainda a peculiaridade de serem um espaço, tal como definido por Melo (2003) e Mont’Alverne e Marques (2015), em que é revelada a opinião oficial da empresa diante dos

fatos de temas que esta considera importante, constata-se que o jornal em questão não considera a relação entre diálogos na Colômbia e a América Latina relevante a ponto de absorvê-la nos editoriais. Ao menos nos textos analisados, portanto, a Folha de S. Paulo não demonstra interpretar o processo de acordo de paz a partir de uma ótica que extrapola os limites geográficos colombianos, seja a partir da ótica da integração ou da que aponta novas possibilidades para a região, ainda que do ponto de vista econômico, como o faz O Globo.

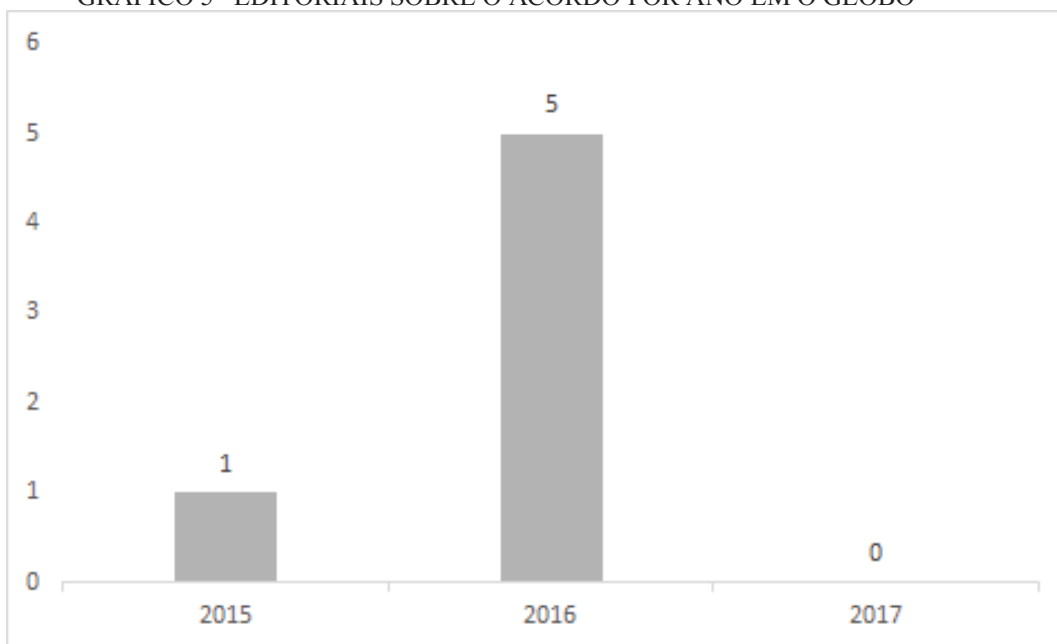
5.2 OS EDITORIAIS DE O GLOBO E OS DIÁLOGOS NA COLÔMBIA

Em comparação com o conjunto para análise extraído do jornal Folha de S. Paulo, diante de circunstâncias idênticas, o *corpus* do jornal O Globo representa uma amostra menor: foram seis editoriais publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017, três a menos do que no periódico paulistano. Consequentemente, tem-se menos unidades de registro para análise. Como no caso da FSP, neste período foram 1.096 edições diárias do veículo, mas não houve uma contagem dos editoriais, uma vez que não existe uma quantidade fixa deste tipo de texto publicado por dia.

Considerando os seis editoriais publicados no tempo limite e o sistema de aplicação da Análise de Conteúdo orientada por Bardin (2016), os textos somam 92 unidades de registros, sendo que quatro delas foram descartadas por não se encaixarem tematicamente em nenhuma das categorias estabelecidas no desenvolvimento desta pesquisa. Ressalta-se que o descarte não compromete o resultado obtido, visto que se trata de uma quantidade pequena e que diz respeito a assuntos completamente alheios ao tema da pesquisa. Ainda se pondera que a diferença entre a quantidade de unidades de registro de um jornal para o outro também não inviabiliza uma aproximação à pergunta que este trabalho visa responder, uma vez que a condição principal é o conteúdo que cada uma das mensagens carrega.

Apesar do período definido para a constituição do corpus ter sido entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017, não houve editoriais publicados pelo O Globo no último ano estabelecido para as buscas. O jornal carioca publicou um editorial em 2015 e os demais (cinco) foram publicados ao longo de 2016.

GRÁFICO 5– EDITORIAIS SOBRE O ACORDO POR ANO EM O GLOBO



FONTE: a autora (2019)

O primeiro texto, de 2015, consta na edição do dia 17 de dezembro, com o título *A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia*, dois dias após a mesa de negociação ter anunciado a conclusão das decisões a respeito da reparação das vítimas do conflito, um dos itens mais importantes do processo. A Folha de S. Paulo publicaria um editorial vinculado ao mesmo acontecimento quatro dias depois, 21 de dezembro (*Vítimas colombianas*).

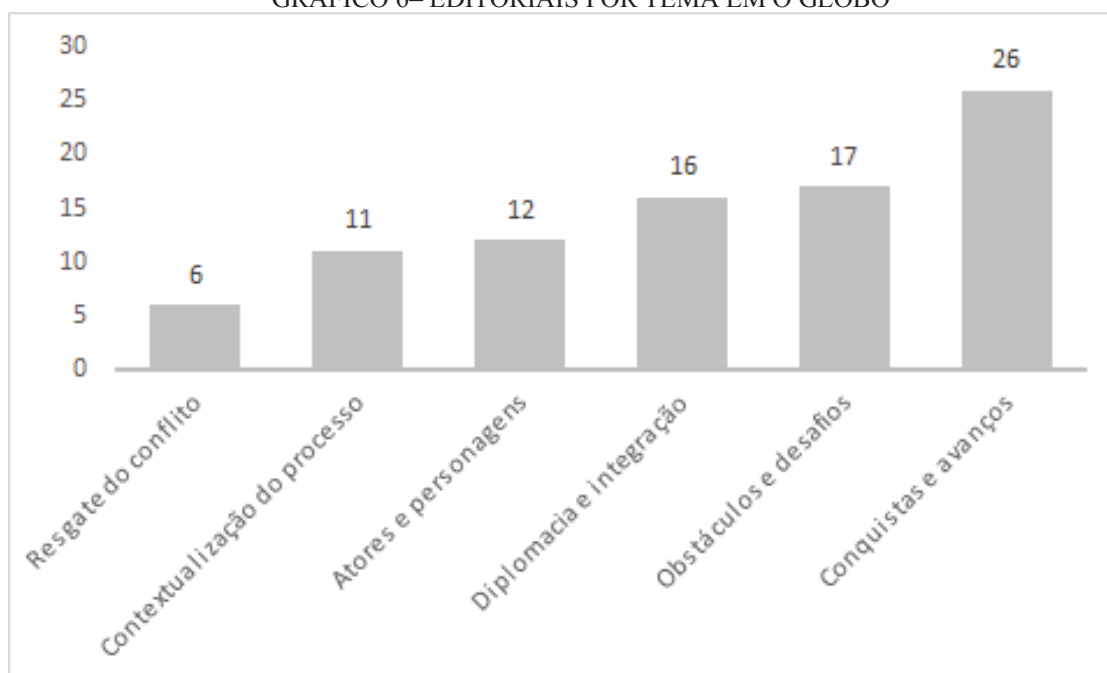
Intitulado *Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático*, o primeiro editorial sobre o processo de acordo de paz entre as Farc e o governo da Colômbia publicado pelo O Globo em 2016 foi em 24 de junho, no dia seguinte após o comunicado oficial sobre a definição de um consenso sobre pontos sensíveis do conflito, como o cessar-fogo, a entrega das armas e a criação das zonas de segurança dos guerrilheiros no período de transição. No mesmo dia, a Folha de S. Paulo também publica um editorial sobre o acordo guiado pelo mesmo episódio (*Essência do acordo de paz*). Na sequência, O Globo divulga *Paz na Colômbia sinaliza nova era no continente*, em 26 de agosto, posicionando-se em relação à conclusão do texto final do acordo de paz, fato ocorrido dois dias antes. Sobre o mesmo episódio, o jornal paulistano se manifesta em editorial (*O preço da paz*) no dia 27 de agosto. Cerca de um mês depois, no dia 28 de setembro, O Globo traz como um de seus dois editoriais *Paz na Colômbia reforça democracia representativa*. A publicação foi dois dias após a assinatura do acordo de paz histórico, acontecimento que não repercutiu diretamente em editorial da Folha de S. Paulo. Ainda em 2016, o editorial *Colômbia tem nova chance de paz*, do dia 18 de novembro,

manifesta a interpretação do Globo sobre a repactuação, seis dias antes, do acordo ante a rejeição do primeiro texto pelos colombianos em plebiscito. Em data igual, o jornal paulistano publica *Nova chance à paz*, movido pelo mesmo episódio. Por fim, o último editorial de O Globo levado à público dentro do período delimitado foi no dia 22 de dezembro de 2016, com o título *Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia*. O texto retoma o processo de acordo por uma perspectiva de integração continental relacionada à tragédia com o voo da LaMia, que caiu enquanto transportava jogadores do time de futebol catarinense Chapecoense para uma partida na Colômbia. Embora a Folha de S. Paulo venha a publicar um editorial no dia 25 de dezembro, o mesmo não é articulado a partir do mesmo acontecimento.

A aproximação entre os conteúdos, apesar de pequenas diferenças, pode servir como uma amostra de uma das classificações de Melo (1098) sobre formato editorial, descrito como o como o que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão do momento.

Recorda-se que codificação do conjunto de editoriais publicados por O Globo foi realizada com 88 unidades de registro separadas depois da desconstrução dos textos. O gráfico seguinte mostra a distribuição das unidades de acordo com as temáticas estabelecidas, um quadro que não se assemelha com o formado a partir dos textos da Folha de S. Paulo. Acumulam-se mais perspectivas positivas em relação às tratativas ao mesmo tempo em que a categoria Diplomacia e integração se torna mais relevante:

GRÁFICO 6– EDITORIAIS POR TEMA EM O GLOBO



FONTE: A autora (2019).

De igual maneira, o resultado quantitativo serviu como ponto de partida para analisar como O Globo se posiciona editorialmente sobre distintas temáticas acerca do processo de acordo de paz. As análises seguiram o padrão individual de cada temática estabelecida na categorização.

5.2.1 Conquistas e avanços

O respaldo ao acordo pelo jornal Folha de S. Paulo, como visto, manifestou-se em dois formatos distintos. O primeiro por meio de uma avaliação otimista sobre o progresso dos diálogos, evidenciado pelo emprego constante de adjetivos e verbos de valor semântico positivo (*põe fim a 50 anos de guerra/ chegaram a um bom termo/...*). O segundo, enfatizando a proximidade do fim do conflito. São artifícios que também estão presentes na categoria “conquistas e avanços” quando analisamos os editoriais do jornal O Globo. Essa categoria é a que mais tem peso sobre os editoriais do jornal carioca, correspondendo a 25 das 88 unidades de registro, ou seja, a 28,4% de todos os períodos que resultaram da composição dos seis textos do conjunto do *corpus*.

Esse primeiro aspecto que diz respeito ao peso distinto das categorias principais entre cada um dos jornais já nos leva a uma primeira observação. Temos, por um lado, um processo majoritariamente delicado e desafiador para a Folha de S. Paulo, e, para o O Globo, um processo em que predomina o simbólico e a confiança. O que não significa que este não veja os mesmos problemas e aquele, consequências positivas semelhantes, contudo, em intensidades diferentes.

A expectativa do encerramento do conflito de décadas é um dos argumentos que prevalece nos textos editoriais de O Globo para caracterizar os diálogos entre as Farc e o governo colombiano como um caminho promissor. O jornal enfatiza a capacidade das conversações de atingir esse propósito, prevendo, com isso, a retomada da paz, do desenvolvimento, de uma nova era de benefícios

TABELA 18 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
Após mais de três anos de complexas conversações, pode estar perto do fim um conflito que há décadas vem devastando a Colômbia e impedindo seu desenvolvimento pleno.	A boa notícia do provável acordo de paz na colômbia (17/12/2015)
Mas a maioria concorda que encerrar uma guerra que já dura meio século trará benefícios para o país como um todo	Acordo farc e colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

FONTE: A autora (2019).

Em muitos casos, são destacados os prejuízos do embate como contraste para evidenciar ainda mais a importância do fim do conflito:

TABELA 19 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
O governo colombiano e o maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), chegaram a um acordo de cessar-fogo e fim de hostilidades, abrindo caminho para um tratado de paz efetivo no próximo mês.	Acordo Farc e colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
O entendimento, cujas negociações começaram no fim de 2012, põe fim a 50 anos de guerra, com mais de 200 mil mortos e milhões de pessoas deslocadas.	Acordo Farc e colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
Num acordo que vem sendo costurado há quatro anos, mediante complexas negociações e em meio a avanços e retrocessos, o governo da Colômbia e o maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), anunciaram na quarta-feira que um entendimento definitivo foi alcançado, colocando um ponto final em meio século de conflito.	Paz na Colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Após mais de meio século de guerra, representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o presidente Juan Manuel Santos, enfim, assinaram o tratado de paz que põe fim ao mais longo conflito bélico no continente.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
Mas, de acordo com pesquisas de opinião realizadas recentemente, a maioria da população apoia o fim das hostilidades.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
O anúncio reacendeu as esperanças de que o conflito, que já dura 52 anos possa chegar ao fim de uma vez por todas.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
O acordo de paz põe fim a mais de meio século de guerra, o mais longo conflito bélico na América Latina, que custou mais 200 mil vidas e forçou o deslocamento de milhões de colombianos de suas casas.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)

FONTE: A autora (2019).

Outras unidades vinculadas à mesma categoria abrem espaço para o avançar do acordo. Destacam-se os entendimentos, a recuperação das tratativas após superação de obstáculos, mas com o emprego muito mais modesto de adjetivos qualificadores em comparação com o que foi encontrado em textos da Folha de S. Paulo. Aqui, os esforços para agilizar não se concentram apenas na esfera do governo colombiano, mas também as Farc aparecem como promotores (*Farc e governo voltaram a discutir...; Farc aceitaram rever...*), bem como outros poderes do país (*a Corte Constitucional da Colômbia deu aval a Santos...*). Descentralizam, desta maneira, o comprometimento na reconquista pela paz, como consta nas unidades a seguir:

TABELA 20 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
As negociações esta semana entre representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e do governo colombiano, realizadas em Havana, chegaram a bom termo no quinto e penúltimo tema do pacto de paz: a compensação de vítimas e formas alternativas de justiça.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Mas, ao mesmo tempo, não deixa de punir excessos e violações.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Estava resumido na frase o desabafo propiciado pela bem-sucedida conclusão de quatro anos de complexas negociações, cujo fecho definitivo ainda depende de um plebiscito a ser realizado no próximo domingo.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
O governo do presidente Juan Manuel Santos e representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o maior grupo guerrilheiro do país, repactuaram um novo acordo de paz, após a primeira tentativa de conciliação ter sido rejeitada no apertado plebiscito de 2 de outubro.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Mas as conversações de paz, que começaram em 2012 em Cuba, entre representantes do governo Santos e líderes das Farc, foram retomadas imediatamente, sinalizando a intenção de se chegar a um acordo.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
As Farc e o governo voltaram a discutir pontos que haviam sido questionados por segmentos do movimento pelo “Não”, tais como penas para crimes considerados graves, indenização de vítimas, participação política, entre outros.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Farc aceitaram rever quase todos os pontos considerados pelos opositores do pacto como excessivamente indulgentes aos guerrilheiros.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
No início do mês, por oito votos a um, a Corte Constitucional da Colômbia deu aval a Santos para agilizar a aprovação no Congresso das mudanças necessárias da legislação e da Constituição para a implementação do tratado de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
Ao anunciar o acordo em cadeia nacional de TV no sábado passado, Santos disse que, pelo novo tratado de paz, as Farc vão indenizar as vítimas do conflito por meio de seus próprios recursos e não poderão assumir os assentos transitórios do Congresso enquanto o acordo estiver sendo implementado.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

Além disso, outro aspecto surge entre as unidades de registro observadas - este não presente nos editoriais do jornal paulistano. O Globo faz uma ampla associação entre o sucesso das tratativas com a possibilidade iminente do avanço econômico, político e democrático logrado pelo fim dos conflitos:

TABELA 21 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

(continua)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Santos afirmou que o fim do conflito permitirá ao governo deslocar mais recursos para Saúde e Educação.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
Já o ministro de Finanças da Colômbia, Mauricio Cardenas, disse que o pacto permitirá somar um ponto percentual ao PIB do país.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

(conclusão)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Afinal, o acordo de paz é um passo importante para superar o trauma da guerra, unificar o país e multiplicar seu potencial de crescimento.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

Admite-se que esse ponto representa uma forte conexão com seu conjunto de princípios editoriais do jornal, o qual afirma que todos os veículos do Grupo Globo atuam como “defensores do respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa (...)” (O GLOBO, 2011). Independentemente de impasses, é certo que os diálogos sobre o fim do conflito contemplam, entre outros pontos, projeções políticas, democráticas e republicanas. Assim, é justificável olhar para estas interpretações no rastro das concepções adotadas como princípio norteador da expressão do jornal, o que não é incomum ao formato dos editoriais, que atuam não somente para formatar traços da imagem pública, mas também para “oferecer elementos que conformam a imagem do próprio jornal” (MONT’ALVERNE; MARQUES; 2015, p.14).

A abordagem a partir das consequências políticas, econômicas e democráticas do processo, as mesmas que poderiam levar o governo de Santos a iniciar conversas de paz com outro grupo guerrilheiro, o Exército de Libertação Nacional, abre espaço ainda para interpretação do jornal sobre as Farc e seus integrantes. Opina o veículo que um dos ganhos será a “conversão de guerrilheiros em cidadãos”, ou seja, considerando os editoriais como o espaço em que o jornal diz em voz alta o que pensa (BELTRÃO, 1980, p. 60), tem-se que as Farc, para O Globo, não são um movimento legítimo e tampouco o são seus membros, que só passarão a fazer parte da sociedade civil organizada quando longes da guerrilha.

TABELA 22 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
O acordo de paz vai além do fim da violência entre guerrilheiros das Farc, o Exército colombiano e as milícias paramilitares.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Costurado como uma forma de reintegração de setores sociais fora do sistema, o acerto elimina um impasse fundamental, que levou ao fracasso iniciativas anteriores.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Trata-se de um processo simbólico, porém importante, de conversão de guerrilheiros em cidadãos.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Conversão esta necessária à reintegração plena à vida civil e à esfera republicana.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Embora as conversações sobre esta fase final ainda não tenham começado, o governo colombiano anunciou, em março, que também começou negociações formais com o Exército de Libertação Nacional (ELN), outro grupo guerrilheiro que atua no país.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

FONTE: A autora (2019).

5.2.2 Obstáculos e desafios

“Obstáculos e desafios” é a segunda categoria em que mais se enquadram os editoriais analisados de O Globo sobre os diálogos de paz na Colômbia. Congrega 17 unidades de registros (19,3% do total), não sendo um conjunto amplo, mas que possibilita identificar dois aspectos que colocam as negociações em um caminho incerto. Trazem impasses protocolares dos fatos, como o que ainda há que ser feito para que seja realmente possível um entendimento entre as partes, e também desencontros que diminuíram o ritmo dos entendimentos, como a seguir:

TABELA 23 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
Vencida esta etapa, resta o último passo para concretização definitiva do acordo: entrega de armas pelos guerrilheiros.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Ainda restam definir alguns pontos, como implementação, verificação e ratificação, antes do acerto final, previsto para ser assinado até 20 de julho.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
O pacto terá ainda que ser referendado pela população colombiana por meio de plebiscito, a ser realizado em 2 de outubro.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
O acerto é complexo e está longe de ser unanimidade no país.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
A votação do primeiro plebiscito foi apertada, com 50,2% contra o tratado de paz e 49,8% a favor.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
A rejeição deixou as Farc num limbo, sem poder iniciar o processo de desmobilização e deposição de armas à ONU.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Houve pânico, diante dos temores de uma volta à guerra.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Mas rejeitaram o item que impedia a participação política de ex-guerrilheiros e a transformação das Farc num partido político convencional, sob o argumento de que a deposição de armas só faz sentido se o grupo puder continuar sua atuação política na legalidade, inclusive disputando eleições gerais para o Executivo e o Legislativo.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

Considera-se, para isso, a ressalva da própria Mesa de Negociação do processo, que em seu primeiro informe conjunto³⁵ anunciou que nada estava acordado até que tudo estivesse acordado, máxima da qual se apreende que todos os passos ainda por vir eram desafios a ser superados. É cabível ainda pontuar que, quanto aos impasses e desafios, as Farc não são tomadas pelo O Globo como um obstáculo ao avançar do processo. Entre as unidades agrupadas

³⁵ Disponível em: <http://www.avancesacuerdos.gov.co/web/descargables/informe_conjunto_nro1.pdf>. Acesso em 26 de março de 2019.

na categoria, não se encontrou menções ao movimento como sendo, por exemplo, um dos motivos pelos quais a população colombiana se recusava a acreditar no êxito das tratativas.

Ao estudar a oposição política não violenta no desenrolar das tratativas de paz na Colômbia durante o governo de Juan Manuel Santos, Alonso (2017, p. 57) reafirma a força dessa oposição no uribismo, movimento composto por diversas correntes de espectro político ligado à figura de Álvaro Uribe, mas não só a ele, e que se caracterizou como um fenômeno político de papel central contra o acordo do processo de paz com as Farc. A onda uribista foi tão intensa a ponto de ter sido considerada uma das causas da rejeição do texto final do acordo pelos colombianos em um referendo.

Considerado um “outsider” da tradicional política bipartidista colombiana, Uribe, antecessor de Juan Manuel Santos, fortaleceu o gasto público em segurança e defesa para confrontar e debilitar as guerrilhas, inclusive as Farc, ignorando caminhos não bélicos para pôr fim ao conflito (RIÓS, 2017). Em discursos diversos durante a campanha contra o acordado, atacou as tratativas, que, segundo ele, não resolveriam os problemas com o narcotráfico, fariam reinar a impunidade e que, ao fim, significavam uma associação do Estado a criminosos³⁶. Tamanho impacto não poderia deixar ser desconsiderado como um dos maiores desafios enfrentado pelas partes envolvidas na concretização do acordo de paz. Assim, o papel da oposição, personalizada em Uribe, também é assimilado editorialmente pelo O Globo.

Nota-se, contudo, que por mais que os editoriais do veículo carioca não deixem de se referir a Álvaro Uribe como oposição, o comportamento do político não é interpretado necessariamente como entrave. Em comparação com a Folha de S. Paulo, em que o editorial como espaço de posicionamento institucional acerca de fatos que repercutem na sociedade é usado para questionar as atitudes do ex-presidente (*Espera-se que Uribe, bem mais popular que o atual presidente, não se revele intransigente nas novas tratativas./ Dele depende o avanço das conversas no sentido da paz —ou o retorno da Colômbia ao vórtice da violência.*), O Globo se coloca mais sutil quanto às ações de Uribe, estabelecidas mais em um campo mais de crítica do que de impasse. A oposição para O Globo também é composta por outros atores, entre eles os críticos a pontos do acordo, setores específicos da sociedade colombiana. Aparece ainda a figura de Andrés Pastrana, presidente da Colômbia entre agosto de 1998 e agosto de 2002, pelo Partido Conservador Colombiano:

³⁶ Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/declaraciones-de-alvaro-uribe-sobre-la-firma-de-la-paz-entre-el-gobierno-y-las-farc/495653>>. Acesso em 1 de abril de 2019.

TABELA 23 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
Há críticos que consideram as penas de prisão domiciliar e serviços comunitários brandas demais para crimes graves praticados pelos guerrilheiros, como terrorismo contra alvos civis, sequestros de pessoas inocentes e tráfico de drogas.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
Ele enfrenta internamente a oposição do ex-presidente Álvaro Uribe, em cujo mandato, encerrado em 2010, o governo da Colômbia obteve importantes vitórias militares contra a guerrilha, empurrando as Farc para a negociação	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Uribe, ecoando parte da população, afirma que o tratado é injusto ao anistiar os rebeldes de crimes e excessos.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
A anistia é, aliás, um ponto controverso e que suscitou a oposição de setores da sociedade colombiana, que consideram as penas contra os guerrilheiros leves demais.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
O ex-presidente Álvaro Uribe lidera, no plebiscito, o movimento contra o tratado de paz.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
Ele argumenta que o governo colombiano deve continuar pressionando as Farc e forçar sua rendição incondicional.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
Representantes do campo do “Não”, liderados pelos ex-presidentes Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, mantiveram a cautela diante do anúncio feito em Havana no último sábado pelos negociadores.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Segundo Uribe, é preciso que os demais grupos que compõem o bloco do “Não” examinem o novo acordo.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Além dos efeitos práticos do chamado “fast-track”, a compreensão dos juízes do significado do pacto, ecoando a ONU e o Papa Francisco, que mediarão as negociações, marcou um conspícuo contraste em relação à resiliente oposição do ex-presidente Álvaro Uribe.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)

FONTE: A autora (2019).

5.2.3 Diplomacia e integração

O impacto esperado pela conclusão do acordo de paz na Colômbia que ecoaria por toda a América Latina começou a ser discutido mesmo antes de concretização dos diálogos. Calderón (2014, p. 234), que analisou a relevância do processo de paz para os países da América do Sul, afirma que, de fato, o futuro da situação no país andino, em particular a possibilidade do início de processo de paz com resultados positivos, sempre despertou interesse nos países vizinhos, cuja segurança estava de certa forma atrelada ao curso do cenário do conflito colombiano.

Em discurso no Fórum dos Benefícios da Paz na Colômbia, realizado em Bogotá no dia 7 de setembro de 2016, há dias do plebiscito previsto para colocar um ponto final no conflito de mais de 50 anos no país, o ex-presidente chileno Ricardo Lagos defendeu em seu discurso que as consequências do fim do embate não seriam apenas para a população colombiana, mas

para toda a América Latina, que, com isso, entraria em um período de maior estabilidade³⁷. Assim, a América Latina, sobretudo os países latinos mais próximos à Colômbia, acompanharam de uma posição especial o seguimento dos diálogos.

Com base nos textos analisados, defende-se que O Globo, por meio de seus editoriais, estende as tratativas de paz para além das fronteiras da Colômbia. A categoria “diplomacia e integração” é a terceira que mais congrega unidades de significação codificadas, com 16 unidades de registro (18,08% do total). Isso não significa, entretanto, que o jornal tenha interpretado o andamento dos diálogos como uma oportunidade de fortalecimento e integração para a América Latina.

É possível apreender dos editoriais analisados que, ao levar o acordo para fora das fronteiras colombianas, o jornal se refere a uma oportunidade ímpar para o “continente americano”. O artifício traz para dentro do conjunto também os Estados Unidos, interpretado como apoiador da iniciativa.

TABELA 24 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
Os EUA, por sua vez, apoiam a iniciativa, afirmando em nota que ela representa “uma transformação notável”, levando o país para um futuro de otimismo e esperança, após várias gerações de colombianos submetidas ao conflito.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Não à toa, as conversações foram realizadas em Havana, cujo governo também dá passos históricos rumo a uma reaproximação com os EUA, trocando o fim do embargo econômico por uma abertura política.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)

FONTE: A autora (2019).

Não se pondera, no entanto, que o país norte-americano foi quem financiou as políticas de Álvaro Uribe para conter as guerrilhas por meio de força bélica, empurrando os combatentes para as áreas fronteiriças e desencadeando um alerta generalizado entre os governos vizinhos, que passaram a temer uma quebra da autonomia das fronteiras com o avanço da influência estadunidense sobre as políticas da Álvaro Uribe (CALDÉRON, 2014, p. 247).

Outra abordagem do jornal se volta para o fim do conflito entre as Farc e a Colômbia como um passo adiante no enfraquecimento da dualidade política estabelecida durante a Guerra Fria. Por isso, a América Latina - onde, na época, ainda prevaleciam os partidos de esquerda - é apresentada pelo jornal como uma região onde impera a instabilidade política, passível de ser revertida a partir de uma integração total do continente. Países latinos como o Equador, a

³⁷ Disponível em: <<https://www.dw.com/es/colombia-plebiscito-por-la-paz-tambi%C3%A9n-ata%C3%Bl-e-a-am%C3%A9rica-latina/a-19541266>>. Acesso em 23 de março de 2019.

Venezuela (que ao lado do Chile participou como país observador do processo) e até mesmo o Brasil são citados de modo que aparecem como cúmplices das Farc. Ressalta-se ainda o entendimento do acordo como o fim da “mentalidade nacional-populista” em detrimento da ascensão da democracia representativa, regime que se fortaleceu com a hegemonia dos Estados Unidos e o enfraquecimento das potências europeias após a segunda Guerra Mundial:

TABELA 25 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
De fato, o tratado de paz na Colômbia marca uma virada histórica não só para a Colômbia, mas igualmente para todo o continente americano, ajudando a soterrar uma mentalidade nacional-populista cujas raízes foram fortalecidas na Guerra Fria.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Faz sentido, sobretudo num momento em que se vê em todo o continente a queda ou o enfraquecimento irreversível de regimes nacionalistas de inclinação populista, à medida que, na proporção inversa, a democracia representativa se consolida como regime preferido.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016))
Num momento em que o continente enfrenta turbulências variadas, da Argentina à Venezuela, passando pelo Brasil, a Colômbia emerge como uma lembrança de que há caminhos possíveis para uma verdadeira integração continental, baseada na solidariedade e em relacionamentos vantajosos para todos os lados.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
As Farc encontraram eco em projetos políticos de poder, como o bolivarismo, e tiveram apoio do ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez e seu colega equatoriano, Rafael Correa.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Até mesmo o lulopetismo, por meio do Foro de São Paulo, uma espécie de confederação de grupos de esquerda, acolheu representantes da guerrilha colombiana.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Além de representantes da guerrilha e do presidente Santos, participaram do evento o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, e os presidentes do Chile, Michelle Bachelet, e da Venezuela, Nicolás Maduro, entre outras autoridades.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

FONTE: A autora (2019).

Se não existe nos editoriais de O Globo uma tendência de interpretar relações da América Latina a partir dos diálogos de paz, o mesmo não ocorre em relação ao Brasil. Editorialmente, o jornal acredita que as negociações na Colômbia são uma oportunidade única de aproximação entre os dois países.

Mas cabe observar que a circunstância em que tal posicionamento vem a público é peculiar: segue o acidente aéreo com um avião da companhia boliviana LaMia, que caiu ao transportar jogadores de futebol do time brasileiro Chapecoense para uma partida pela Copa Sul-Americana em Medellín. Setenta e uma das 77 pessoas a bordo morreram e, no pós-tragédia, a mobilização dos colombianos chamou a atenção do mundo. No que foi considerado

um dos mais belos gestos da história do futebol mundial³⁸, torcedores lotaram o estádio que receberia a partida para homenagear as vítimas brasileiras. O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, esteve presente na celebração, que repercutiu na imprensa brasileira.

Três semanas depois, o editorial *Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia* retoma o episódio para traçar um paralelo entre o acordo de paz e o acidente aéreo. O jornal considera que a paz negociada na Colômbia abriu caminho para mais segurança nas relações institucionais, favorecendo os negócios com o Brasil:

TABELA 26 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
Uma disposição de diálogo capaz de costurar pactos possíveis, apesar das diferenças, inclusive internamente nos países.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
A paz negociada com resiliência pelo governo Santos abriu um caminho propício à segurança nas relações institucionais, o que favorece o ambiente de negócios entre os dois países.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)

FONTE: A autora (2019).

É, em parte, a reprodução de um discurso que se fortaleceu internacionalmente tão logo o acordo foi anunciado. Afinal, um dos impulsos para a retomada das negociações com as Farc no governo Santos foi a crescente pressão de “governos estrangeiros e do setor empresarial para iniciar um processo que criasse a estabilidade necessária no país para que os investidores estrangeiros e nacionais trabalhassem com confiança” (SEGURA; MECHOULAN, 2017, p. 11). Mas na opinião de O Globo, essa aproximação se tornou ainda mais viável após a tragédia aérea e a condescendência dos colombianos, sendo que os gestos teriam força suficiente para provocar uma mudança nas relações diplomáticas entre Brasil e Colômbia e ampliar as bases de uma possível integração bilateral:

TABELA 27 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

(continua)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Fatos extraordinários, um acordo de paz e uma tragédia, aproximaram governos e populações do Brasil e da Colômbia de uma forma sem precedentes.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
A solidariedade nas tragédias fez duas sociedades, até então equidistantes, se aproximarem de uma forma muito significativa.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
Num ano interminável, pela sucessão de turbulências, aconteceu algo sem paralelo nas relações externas.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)

³⁸ Descrito pelo próprio O Globo em texto sobre as homenagens prestadas pelos colombianos às vítimas brasileiras. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/torcida-colombiana-lota-estadio-em-homenagem-chapecoense-20569819>>. Acesso em 23 de março de 2019.

TABELA 27 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

(conclusão)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Brasil e Colômbia têm à frente uma oportunidade única para, decididamente, construir uma integração em bases realistas, prósperas e exemplares ao continente.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
Juntos, podem superar até as dores das tragédias.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)

FONTE: A autora (2019).

Apesar de O Globo trazer à tona o sentido integração para seus editoriais sobre o processo de paz na Colômbia, a abordagem não vem de uma perspectiva voltada para a América Latina, mas para o continente americano de forma geral, para poder incluir os Estados Unidos no contexto. Dessa forma, aproxima-se da ideia de Sant’Anna (2006), para quem “comportamento editorial da imprensa brasileira não contribui para a criação de forma positiva de uma identidade latino-americana, nem no processo de integração regional”, o que pode ser entendido principalmente porque esses veículos têm interesses políticos e econômicos que não se satisfazem com a integração latino-americana.

5.2.4 Atores e personagens

A palavra institucional do jornal O Globo define, a partir dos editoriais analisados, Juan Manuel Santos como ator central dos diálogos de paz na Colômbia. Laureado com o Nobel da Paz “por seus esforços resolutos para acabar com a guerra civil do país, que durou mais de 50 anos” (THE NOBEL, 2016), foi Santos, à época chefe do poder Executivo colombiano, quem decidiu romper com as políticas de enfrentamento bélico fortalecidas por Álvaro Uribe, seu antecessor, e iniciar um novo processo de negociação com a guerrilha mais antiga da Colômbia, ainda que suas propostas não tenham tido adesão unânime.

Apesar dos impasses, sobretudo com a oposição, percebe-se que os editoriais aqui explorados vinculam a imagem de Santos à paz e ao esforço, portanto, tido como a voz legítima de um acordo costurado entre duas partes, mas sem que isso o torne um personagem autoritário. É nele também que se concentram as decisões e declarações em relação ao processo.

TABELA 28 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
O presidente Juan Manuel Santos apostou seu futuro político ao atuar como negociador e avalista do acordo.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
A emoção tomou conta do evento logo no início, quando Santos abriu a cerimônia afirmando: “Chega de guerra”, no que foi respondido pela plateia de cerca de 2.500 pessoas vestidas de branco: “Chega de guerra!”.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
A busca do presidente colombiano, Juan Manuel Santos, por um acordo de paz com a guerrilha é exemplar desse processo.	Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)
A resposta de Santos a Uribe foi na direção correta: “Prefiro um acordo imperfeito que salve vidas a uma guerra perfeita que continue semeando morte e dor em nosso país.”	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
Santos está certo.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Santos não esclareceu se haverá novo plebiscito.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
“Hoje começa o fim do sofrimento, da dor e da tragédia da guerra”, celebrou o presidente Santos, numa transmissão em cadeia nacional de TV. “Vamos abrir a porta para um novo estágio em nossa História”.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
“Esperamos que este esforço satisfaça aqueles da campanha do “Não” e a nação”, afirmou o presidente, adotando um tom conciliador com os variados atores políticos.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

Embora as Farc sejam mais consideradas pelo O Globo como parte ativa do processo do que o encontrado na Folha, o destaque da figura de Juan Manuel Santos nos editoriais do jornal carioca coloca as ações dos representantes do movimento em um segundo plano. Cabe alusão ao líder da guerrilha, Timoleón Jiménez (Rodrigo Lodoño), o Timochenko, em seu pedido de perdão feito à população colombiana na cerimônia da assinatura do acordo, uma referência simbólica que coloca as Farc no rastro da violência perpetuada no país (Outro ponto alto da cerimônia foi o pedido de perdão de Timochenko.). Cita-se ainda a fala de outro membro do movimento, o representante Iván Márquez, sobre a criação de uma justiça especial para julgar as violações cometidas ao longo dos mais de 50 anos de conflito. Importante líder da esquerda latino-americana, Fidel Castro, então presidente de Cuba, onde ocorreram as negociações, também aparece como personagem do processo, mas sem destaque. Castro, ao lado de José Mujica, ex-presidente do Uruguai, orientou publicamente o desarme das Farc e a transformação do movimento em partido político. Da mesma forma, é resgatada de maneira sutil a importância de Papa Francisco, líder da igreja católica, que foi mediador da paz entre o governo e as Farc:

TABELA 29 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
O representante das Farc, Iván Márquez, sintetizou o pacto: “É o primeiro acordo de paz que não termina com uma anistia geral, mas sim com a criação de uma justiça especial sobre todas as violações de direitos humanos.”	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
As negociações ganharam ritmo após a visita do Papa Francisco a Cuba, em setembro do ano passado.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
Três dias após o encontro do Pontífice com o líder Fidel Castro, o presidente cubano, Raúl Castro, reuniu-se com o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e Rodrigo Londoño, o comandante Timochenko, das Farc.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

FONTE: A autora (2019).

5.2.5 Contextualização do processo

Iniciadas em bastidores em 2011, as tratativas entre líderes das Farc e o presidente colombiano Juan Manuel Santos começaram oficialmente em outubro de 2012, em Oslo, na Noruega, país mediador dos diálogos ao lado de Cuba. A Mesa de Negociação até o *Acordo Final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura* foi extenso, visto que o texto se construiu em cima de cinco questões principais: reforma agrária, participação política, solução para o narcotráfico, vítimas do conflito armado, fim do conflito e implementação do acordo.

Percebe-se que, ao tratar da contextualização do processo, é à discussão sobre o acordo a respeito das vítimas que os editoriais de O Globo mais se voltam. Olham, em especial, para os termos das penalidades previstas pela jurisdição, tanto para guerrilheiros como para militares e paramilitares. Mas também oferecem como destaque para seus leitores o pós-conflito das Farc, que, transformada em partido político, passaria a ter direito a cinco cadeiras asseguradas no Senado e outras cinco na Câmara Baixa, e cujos membros teriam asseguradas maneiras de reinserção social:

TABELA 29 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

(continua)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Os militantes não envolvidos em crimes graves e hediondos serão anistiados.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Os demais serão julgados em um regime especial, com penas alternativas.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Os militantes das Farc também se comprometeram a fazer atos públicos de reconhecimento e pedido de desculpas.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Também faz parte do pacto não extraditar para os EUA presos acusados de atuar com carteis de drogas.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

TABELA 29 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

(conclusão)

Unidade de registro (UR)	Editorial
Os arquitetos do acordo trataram não apenas do fim das hostilidades militares, mas sobretudo desenharam um mapa para a reintegração de ex-guerrilheiros das Farc e grupos paramilitares à vida civil, o que exigiu o acerto de detalhes jurídicos minuciosos.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Com o acordo — um documento de 297 páginas assinado com uma caneta feita de cartucho —, as Farc vão se transformar em partido político, os ex-guerrilheiros poderão se reintegrar à vida civil e serão julgados por uma corte especial de Justiça, com penas mais brandas, à exceção daqueles condenados por crimes de guerra.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)
A guerrilha entregará as armas a representantes da ONU, e estas serão destruídas.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)

FONTE: A autora (2019).

A preferência de O Globo de usar seu espaço de opinião institucional para evidenciar decisões jurídicas e políticas sobre as Farc no pós-conflito faz paralelo a um entendimento do jornal sobre a guerrilha como retrato da violência. Mas vai além. Nota-se que o conteúdo tenta, de certa forma, aproximar-se do cenário de inquietação vivido entre os colombianos a respeito dessas questões em específico.

O ponto que trata do acordo sobre as vítimas foi apontado como um importante exemplo de equilíbrio institucional, por ter de considerar justiça e paz em uma única perspectiva (SAFFON, 2016). Previa-se, com ele, a criação do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e não Repetição, comissão voltada para, entre outras tarefas, esclarecer verdades do embate, buscar desaparecidos e estabelecer uma jurisdição especial para julgar as graves violações aos direitos humanos em razão do conflito armado.

Também caberia à jurisdição especial analisar a concessão de indultos e anistias a envolvidos nas ofensivas, uma das questões mais controversas do processo e mais atacadas pela oposição. Ao tentar viabilizar a reconstrução dos laços sociais rompidos em mais de cinquenta anos de guerra, formou-se uma tensão entre conseguir uma coexistência pacífica e cobrar as contas de quem cometeu graves delitos contra os direitos humanos ao longo do conflito (GÓMEZ, 2017). É a isso que boa parte do conteúdo dos editoriais de O Globo que faz menção à contextualização do processo está ligada.

Também ao optar pela punição aos crimes cometidos pelos guerrilheiros, pouco ressaltase o tratamento previsto para as vítimas do embate. Outros conteúdos escolhidos pelo jornal para integrar seus editoriais foram menos críticos e mais descritivos, em referência a etapas do processo ou episódios relacionados às tratativas:

TABELA 30 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
O acordo acertado agora em Havana prevê punição para os envolvidos em crimes contra a Humanidade, além de estabelecer formas de compensação às vítimas do conflito pelas Farc — o que inclui a localização e recuperação de restos mortais de desaparecidos durante a guerra, uma exigência das famílias que perderam parentes.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
A cerimônia de assinatura do cessar-fogo com as Farc foi realizada ontem em Havana, local das conversações.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
Os quatro temas tratados anteriormente foram: reforma agrária, participação política, drogas ilícitas e comissão da verdade.	A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)
Mas, legalmente, o presidente colombiano não precisa convocar um segundo plebiscito para implementar o pacto, bastando apresentá-lo ao Legislativo.	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)

FONTE: A autora (2019).

5.2.6 Resgate do conflito

Nos espaços editoriais de O Globo, o conflito entre as Farc e o governo da Colômbia é um retrato da violência - sem que a ela estejam ligados fatores anteriores - e, ao mesmo tempo, resultado da expressão do marxismo na América Latina. Não se consideram, ainda que em breve referências, as condições sociais, políticas e econômicas que deram origem aos movimentos camponeses e, posteriormente, às guerrilhas rurais e urbanas no país na primeira metade do século XX.

Em estudos sobre o início das guerrilhas na Colômbia, Pécaut (2010) e Leongómez (ANO) reiteram que as Farc nascem articuladas a um projeto de resistência à violência institucional e orientadas à busca pelo poder, ao mesmo tempo em que suas raízes, essencialmente sociais, não brotaram de um mero acaso, mas de um terreno favorável às reivindicações organizadas. Sobre isso, Lodoño (2017) ainda acrescenta que na gênese do conflito se encontra o modelo de governo da época, reduzido ao bipartidarismo e que se esgotava na medida em que a violência avançava:

No cenário político da Colômbia, a forma de administração governamental se mantém reduzida ao poder bipartidarista dos Liberais e Conservadores, tornando o Estado um cenário de reforço da capacidade policial e militar para o exercício da violência (aliada a órgãos internacionais), em detrimento da garantia dos direitos sociais. Durante as décadas de 1940 e 1950, a resposta organizada da classe trabalhadora à violência do Estado e à negação de direitos assume diferentes formas, entre as quais se destacam os grupos armados de autodefesa e grupos guerrilheiros. (LODOÑO, 2017, p. 34-35).

Entretanto, a responsabilidade do Estado na materialização do conflito colombiano é inexistente na contextualização dos editoriais sobre o embate. Assim também o é o cenário do qual as Farc surgiram. Afirmam se tratar da mais longa insurreição da América, cujo embrião, para o jornal, está apenas nos movimentos políticos e ideológicos de esquerda que avançaram pela região na primeira metade do século XX.

TABELA 31 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
Trata-se da mais longa insurreição na América Latina.	Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)
O pacto com as Farc sinaliza, portanto, o esgotamento de um ciclo histórico, em que grupos de extrema-esquerda, disseminaram uma retórica “anti-imperialista” e a defesa de uma fantasiosa noção de soberania.	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Em 52 anos de luta entre a guerrilha marxista e os sucessivos governos colombianos, mais de 260 mil pessoas perderam a vida, e cerca de cinco milhões de colombianos foram forçados a um êxodo interno.	Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)

FONTE: A autora (2019).

É certo que as guerrilhas campesinas da Colômbia eram núcleos comunistas e que o Partido Comunista do país era completamente favorável à insurreição rural. E, em boa parte, isso ocorria pela influência do regime cubano, que gozava de prestígio entre as forças progressistas da América Latina (LA PEÑA, 2015). Mas para O Globo, a organização dos movimentos de esquerda em redutos de luta contra uma política que, além de não chegar a todo o país, desagregavam direitos, é a parte do contexto que não aparece. Ao menos nos editoriais aqui analisados.

Há também que se levar em consideração que, dentro desta categoria, assim como na Folha de S. Paulo, o lastro de mortes e destruição deixado pelo conflito na Colômbia é abordado de modo que aparece como consequência direta das ações das Farc. Omite-se, desta forma, as vítimas de ofensivas do próprio Estado e dos grupos paramilitares, fenômeno criminal do narcotráfico que se expande pelo território colombiano a partir do fim da década de 1970 e que também é tratada como produto da violência das Farc pelo O Globo:

TABELA 31 – ANÁLISE EDITORIAIS O GLOBO

Unidade de registro (UR)	Editorial
O conflito envolvendo maior grupo guerrilheiro da América Latina durou 52 anos, custou cerca de 220 mil vidas e forçou o deslocamento de mais cinco milhões de pessoas	Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)
Neste mais de meio século de combates mais de 230 mil pessoas perderam a vida e milhões se viram obrigadas a deixar suas moradias para escapar à violência	Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)
Mais do que isso: o embate político por via das armas favoreceu o surgimento de grupos paramilitares, dos cartéis de drogas e levou até mesmo a guerrilha ao tráfico internacional para financiar a luta.	Mais do que isso: o embate político por via das armas favoreceu o surgimento

FONTE: A autora (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1891 o cubano e um dos líderes do movimento de independência de seu país em relação à Espanha José Martí destacou no ensaio *Nuestra América*³⁹ a necessidade da busca por uma “alma continental”. E ele não estava apenas justificando movimentos de independência que já tinham, nessa época, se espalhado entre os países latino-americanos. Com ideias de combate a paradigmas eurocentristas assentados em uma concepção político-cultural, o intelectual defendeu nesse breve texto a construção de um caminho condizente com a originalidade histórica dos povos da América Latina e de uma consciência que, ao mesmo tempo fortalecedora da diversidade, protegesse a região de uma nova tomada colonizadora empregada pelo poderio em crescimento dos Estados Unidos (VELOSO, 2011).

No que parecia ser um escrito de alerta à história do continente no século XX, o entendimento de Martí é hoje concebido como uma das primeiras manifestações de resistência anti-imperialista da América Latina (op. cit.). Discutiu, além dos problemas culturais internos que fragilizavam nossas identidades, a urgência da união entre os países latinos como alternativa para evitar uma nova era de dominação, que, ao fim, não tardou a avançar. Por isso, 120 anos depois, o texto segue vivo. À parte das relevantes mudanças nas práticas culturais e políticas, continua apto a ajudar a entender a dinâmica de uma região em que o desconhecimento e a aceitação das particularidades que a formam impedem “qualquer reflexão sobre aspectos comuns ou diferenças a serem superadas ou reafirmadas” (VIEIRA; CASTAÑEDA, 2009).

No caso do Brasil, basta tomar como reforço a pesquisa *O Brasil, as Américas e o mundo: opinião pública e política externa*. A edição 2014-2015⁴⁰ do projeto revelou que apenas 4% dos brasileiros se consideravam latino-americanos, contra uma média de 43% na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru. Quando perguntados sobre a identidade gentílica com a qual mais se identificavam, os brasileiros se definiram mais como “brasileiros” (79%), seguidos por “cidadão do mundo” (13%). “Latino-americano” e “sul-americano” ficaram por último, com, respectivamente, 4% e 1% do apontado pelos 1.881 entrevistados, perspectivas que não destoam do que parece pensar o próprio jornalismo brasileiro, parte do objeto explorado nesta dissertação.

³⁹ MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: Hucitec, 1983. 254p. p:194-201. (Texto original de 1891).

⁴⁰ ALMEIDA, M. H. T. et al. *O Brasil, as Américas e o mundo segundo a opinião do pública e dos líderes* (2014 - 2015). São Paulo: IRI/USP.

Assim, fazer do processo que encerrou o mais longo conflito da América Latina (CEARÁ, 2009; ROSERO, 2013) um objeto de pesquisa significou mais do que reforçar sua colocação na História. A abordagem do tema pela perspectiva comunicacional, relacionando-o a uma forma particular do jornalismo, permitiu explorar aspectos da interpretação pelos dois maiores jornais brasileiros sobre o avanço da paz na Colômbia após um conflito de mais de meio século. Buscou-se compreender de que maneira a Folha de S. Paulo e O Globo se posicionaram editorialmente sobre os diálogos entre as Farc e o governo da Colômbia, não esquecendo de olhar a partir desta discussão o quanto e como se manifestava a abordagem sobre a América Latina dentro do tema. Ao assumir os editoriais como porta-vozes da opinião da empresa jornalística (BELTRÃO, 1980) e o jornalismo como uma atividade influente na formação da opinião pública (LIPPMANN, 1922; FARHAT, 1992; HABERMAS, 1997), a pesquisa caminhou no sentido de desvendar a opinião dos *quality papers* manifestada ao público leitor, que encontra nos editoriais uma forma de orientação acerca do que as empresas consideram importante (CARVALHO; MONT'ALVERNE, 2018, p. 7).

É relevante destacar que a forma como adotada nesta pesquisa a técnica temático-categorial da Análise de Conteúdo proposta por Bardin não fez a discussão sobre a América Latina a única a ganhar forma. Sendo objetivo geral observar e analisar sobre quais perspectivas temáticas a FSP e O Globo fundamentaram suas opiniões em relação às tratativas no período entre 2015 e 2017, constataram-se dentro do processo diferentes temáticas em duplo movimento, ou seja, com formas distintas de interpretação.

Por um lado, tem-se o jornal paulistano mais focado em apresentar as tratativas ao leitor como um processo cercado de impasses, tornando a categoria Obstáculos e desafios sobrepujante às demais (com 49,3% de todo o conteúdo). Neste âmbito, o jornal construiu para o leitor um processo questionável do ponto de vista de decisões políticas, colocando em xeque as posições do governo de Juan Manuel Santos, abriu espaço para as contestações da oposição e, assim, para a figura do ex-presidente Álvaro Uribe, ao mesmo tempo em que partiu disso para formar a imagem das Farc como um movimento violento e diretamente vinculado às dificuldades que diminuem o ritmo do processo. A guerrilha também ganha enfoque de agente central da violência na categoria Resgate do conflito (com 5,5% das unidades de registro, apenas a quinta categoria em evidência). Sem trazer ao leitor dimensões históricas sobre a origem e sobre as transformações que fizeram da guerrilha a mais longa da América Latina até hoje, o jornal endossa a ideia de um movimento cujo propósito está focado no narcotráfico e em ações violentas para confrontar o Estado.

Entretanto, a cautelosidade presente não torna possível afirmar que editoriais da FSP desconsideram os diálogos como um passo importante para o restabelecimento na paz na Colômbia. A segunda categoria em que mais se encaixam as unidades analisadas é justamente Conquistas e avanços (22, 2%), a partir da qual os textos colocam uma posição enfática do jornal a favor do acordo. É importante ressaltar que, ainda que o periódico não apresente os motivos reais da luta empreendida pela Farc, essa ganha mérito de esforço e colaboração ao se tratar dos avanços dos diálogos. Ainda assim, na categoria Atores e personagens (6,2%), a FSP trouxe como principal personagem mobilizador das instâncias do processo, do seu começo ao fim, o então presidente colombiano Juan Manuel Santos - o que de, certa forma, vai de encontro a uma perspectiva multilateral (basta ver que o prêmio Nobel da Paz dado como justificativa ao fim do conflito na Colômbia só contemplou Santos, deixando de fora Timoleón Jiménez, líder máxima das Farc à época dos diálogos).

Quanto à categoria Contextualização do processo (14,5%), há recorrência constante a dois pontos polêmicos: a criação da Justiça Especial para a Paz, com penas alternativas para quem cometeu crimes ligados ao conflito, e a garantia dada às Farc de integrar a vida política do país após o fim da guerrilha. Percebe-se que a intenção de os mencionar em maior proporção serve justamente como amparo à objeção do periódico em relação a estes pontos.

Por outro lado, a ordem de concentração das categorias é distinta quando se olha para o jornal O Globo. Em primeiro lugar, o conjunto dos editoriais publicados pelo veículo carioca entrega ao leitor um processo menos questionável e atrelado a um cenário mais otimista. Por isso, a categoria Conquistas e avanços é a que mais se sobressaiu entre os textos de O Globo (com 29,5% das unidades de registro equivalentes). Interessante notar que, neste sentido, a perspectiva positiva aparece como um impulso para o jornal tratar das possibilidades econômicas consequentes do fim do conflito. Daí que, ao contrário da FSP, a categoria Diplomacia e integração teve um peso maior nos editoriais de O Globo (surge em terceiro lugar, com 18% do total), pois, uma vez bem-sucedido, o acordo seria capaz de ampliar o fôlego de negociações Colômbia-Brasil e Colômbia-América (sem considerar a América Latina).

Na categoria Obstáculos e desafios (a segunda mais presente, com 19,3%, muito próximo, portanto, de Diplomacia e integração), consideraram-se os pontos do processo ainda por negociar e que, portanto, foram abordados por O Globo com cautela e questionamentos. Pelo papel conquistado ao longo das tratativas, a oposição também ganha destaque, seja na figura da Uribe ou outros núcleos contestadores. Uma diferença notável quando se procede uma comparação com as análises feitas a partir da FSP, é que ao contrário deste, O Globo não coloca as Farc como um agente capaz de sabotar o próprio acordo do qual faz parte, sendo que não se

encontram nos editoriais menções a episódios do movimento que pudessem arriscar a continuidade dos diálogos. Mesmo assim, as Farc também não ganharam papel relevante no andamento do processo de acordo com o que trouxeram os editoriais de O Globo aqui analisados. As unidades categorizadas em Atores e personagens (13, 6%) levam ao estabelecimento de Juan Manuel Santos como a voz legítima dos diálogos. Percebeu-se a construção de uma imagem diretamente ligada aos conceitos de paz e esforço, restando a representantes do movimento ação em segundo plano.

Tal como se observou na FSP, a categoria Contextualização do processo (12,5%) foca nos pontos do acordo que tratam das garantias políticas das Farc após o fim da guerrilha bem como na criação de um Tribunal Especial para julgar os envolvidos nos crimes decorrentes da guerrilha. Embora não se coloque abertamente contra ou a favor, nota-se que O Globo cria certa tensão ao trazer para seus leitores especificamente essas questões destoantes. Quanto à categoria Resgate do conflito (6,8%), constatou-se uma aproximação maior com as origens das Farc. No entanto, observa-se, a partir das análises, que a intenção de retomar os processos históricos não atende à lógica de facilitar compreensões acerca do conflito, mas sim de julgar as orientações políticas que fortaleceram as Farc enquanto movimento social e guerrilha, principalmente ao que diz respeito às suas bases marxistas - cujas concepções se chocam com o posicionamento liberal de O Globo.

Por fim, e não menos relevante para se considerar, está a questão do tratamento dos diálogos de paz no contexto latino-americano. A temática atende, inclusive, ao objetivo específico desta pesquisa, de verificar se os jornais buscaram interpretar o processo também a partir de uma perspectiva regional e de integração da América Latina, com a intenção de constatar ou não a percepção a respeito de um distanciamento entre a grande imprensa brasileira e a América Latina. Para isso, analisou-se em especial a categoria Diplomacia e integração, que englobou unidades de registro referentes ao entendimento do processo e suas consequências em um âmbito maior do que o estabelecido pelas fronteiras colombianas.

Seja do ponto de vista econômico, ao facilitar a relação comercial entre os países por causa de um sistema menos vulnerabilizado pelos conflitos; político, ao abrir caminhos para novas cooperações governamentais; ou histórico-social, com mais estabilidade nas fronteiras e ainda por representar o apagar de um dos últimos vestígios da Guerra Fria no continente (EL PAÍS, 2016), a interpretação pelos jornais do processo diante dessa perspectiva regional e de integração poderia inserir os diálogos e suas consequências na conjuntura da América Latina, com a qual “compartilhamos um espaço geográfico, mas não uma relação de trânsito cultural” (BOMFIM, 2009, p. 2). No entanto, a partir dos editoriais analisados, percebe-se interesse

mínimo nesta abordagem, uma falta de aproximação que corrobora estudos anteriores que já se propuseram a analisar comportamento semelhante.

Na Folha de S. Paulo, a categoria Diplomacia e integração é a menos presente e concentra apenas três das 144 unidades de registro, o que representa 2% do conteúdo total. Além disso, não trata do processo a partir de uma relação com a América Latina, mas com o Brasil apenas. Seria assim uma amostra que corrobora o padrão de que somos um país à parte da América Latina?

E se a presença permite compreender o como, a ausência suscita o porquê. Certamente, para este estudo, as lacunas dizem tanto quanto o que foi dado forma nos textos analisados, ainda mais ao se considerar os editoriais como uma representação oficial da opinião da empresa acerca de fatos repercutidos. A distância adotada pelo periódico em relação à América Latina é certa e sustentada pelo levantamento quantitativo. Tende a reforçar, neste ponto, a incompatibilidade do jornalismo brasileiro com discussões que cercam o reconhecimento e a importância de uma região. Isola-se o contexto em detrimento de aspectos factuais do processo que não conseguem, separadamente, representar o todo.

É preciso lembrar ainda que, diante de um acumulado de fatos que cercam a produção de um periódico, editoriais são tomadas escolhas. E também são escolhas a maneira de constituir-los. No caso das negociações entre as Farc e o governo da Colômbia, a Folha de S. Paulo optou por tensionar o processo sem deixar de expor aspectos positivos e carimbar atores que considerou importantes, mas evitou de tratá-lo como um assunto comum à região, ainda que em seu aspecto de benefício econômico e político.

Em O Globo, no qual a temática tem grande visibilidade (em terceiro lugar, com 18% do total), o acordo também aparece distanciado da América Latina. Ao contrário da Folha, constata-se uma tentativa de “continentalizar” as negociações e suas consequências, mas longe de um assunto regional, já que os Estados Unidos também são integrados às discussões apresentadas pelo jornal e não como meros coadjuvantes, mas como balizadores. Destaca-se que nenhum outro país, nem mesmo o Brasil, tem citado pelos editoriais uma menção de apoio como tem os EUA em O Globo, que ignora o passado de fomento de governos estadunidenses à guerra bélica declarada contra as Farc e que alimentou o clima de violência na Colômbia principalmente a partir da década de 1990. Seria, pois, uma expressão do jornalismo liberal que configura os princípios editoriais do grupo ao qual pertence o periódico e que, por regra, afasta a tendência de integração regional?

Mais além, nada impede que entendamos as escolhas do periódico também pelo viés político, ao passo que a América Latina não deixa de existir nesta categoria. Mas não há como

não perceber que seus países são evocados em situações de crítica e contextos de crise, como quando o jornal traz que “num momento em que o continente enfrenta turbulências variadas, da Argentina à Venezuela, passando pelo Brasil, a Colômbia emerge como uma lembrança de que há caminhos possíveis (...)” ou então relativiza os objetivos das Farc por estar ao lado do que chama de projetos políticos de poder do “bolivarianismo” e “lulopetismo”, sem deixar de citar até mesmo o Foro de São Paulo, organização de movimentos políticos de esquerda da América Latina que acumula crítica de governos e entidades neoliberais.

Embora as análises não tenham se expandido para outros gêneros jornalísticos, esta pesquisa tentou colaborar na compreensão de que maneira a grande imprensa brasileira - aqui representada pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo - se posicionou em relação ao processo de acordo de paz entre a Colômbia e as Farc. Entende-se a relevância do tratamento do tema pelos jornais por se tratar do maior conflito latino-americano já registrado, além do que os diálogos, ao mobilizarem diversas entidades internacionais, como a ONU e Igreja Católica, repercutiram nos meios de comunicação.

Sugere-se, a partir disso, a possibilidade de expandir as avaliações na intenção de verificar, por exemplo, se notícias e reportagens, formatos do gênero informativo, refletiriam em algum ponto as interpretações e as opiniões repassadas pelos periódicos em seus editoriais. De igual maneira, aponta-se como interessante investigar como nestes conteúdos - ligados a outros processos de produção e com outras características - o tema é abordado em conjunto com questões da América Latina.

Tratar a América Latina, neste caso, não significa deixar de olhar para outras possibilidades de integração. Mas se defende que, em tempos em que o neoliberalismo ganha força no continente e desafia a resistência popular, repensar a região é, como pensa Canclini (2008, p. 115), uma forma alternativa de resistir e impedir que nossa identidade continue sendo lida em aspas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ACUERDO final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. Colombia, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Documentos%20compartidos/24-11-2016NuevoAcuerdoFinal.pdf>>. Acesso em 7 mar. 2017.

A NOITE (Rio de Janeiro, 1911). In: BRASIL, Bruno. In: **Biblioteca Nacional Digital Brasil**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-da-noite-um-vespertino-que-sera-sempre-o-arauto-das-aspiracoes-cariocas-rio-de-janeiro-1929/>>. Acesso em 8 ago. 2018.

ADGHIRNI, Z. L. O lugar do jornalismo na comunicação. **Líbero**, São Paulo, ano 9, n. 17, jun. 2006. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/O-lugar-do-jornalismo-na-comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ALBUQUERQUE, A. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. **Contracampo**, Niterói, v. 14, p. 71-91, 2006.

_____. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, v. 10, n. 20, jan.-jun. 2010.

ALONSO, J. G. M. **Oposición política no violenta a acuerdos de paz**. Análisis comparado entre el pPartido Unionista Democrático norirlandés y el Centro Democrático Colombiano. 114 f. Dissertação (Mestrado em Relações e Negócios Internacionais) – Facultad de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, Univesidad Militar Nueva Granada, Bogotá, 2017.

ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, n. 50, 2006.

ALVES, M. C. **Um mandato para a paz**: O ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as forças armadas revolucionárias da Colômbia (1998-2002). 145 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0310317_05_Indice.html>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=455>> Acesso em: 13 set. 2018.

ATEHORTÚA, J. M. C. “¿Esta es la paz de Santos?”: el partido Centro Democrático y su construcción de significados alrededor de las negociaciones de paz. **Revista CS**, Cali, n. 19, 2016.

AZEVEDO, F. A. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, mai.-ago. 2018.

BAILEY, N. A. La violencia em Colombia. **Journal of Inter-American Studies**, Cambridge, v. 9, n. 4, out. 1967. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/i208786>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

BARBOSA, A. A solidão da América Latina no jornalismo brasileiro. **Revista PJ:BR**, São Paulo, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/GT1Texto002.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. A solidão da América Latina na grande imprensa. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4717/471747515003.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. América Latina: solitária na indústria jornalística, presente na imprensa das classes populares. **Revista de Comunicação da Fapcom**, São Paulo, vol. 2, n. 3, 2018.

BARBOSA, M. A pesquisa em comunicação no século XXI: bases para a construção de uma nova ciência? In: MELO, J. M. de; GOBBI, M. C. (org.). **Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico**. São Bernardo do Campo: Unesco/Metodista, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARON, J. **O jornal “O Globo” como porta-voz das posições políticas da família Marinho, ontem e hoje**. 2015. 409 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo dos Goytacazes, 2015. Disponível em: <http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Tese-JAIME-BARON_Definitiva.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BARRERA, E. A. R. Paz en Colombia: decolonización y cultura política. In: **Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones**. ALVARADO, S. V.; RUEDO, E. A.; GENTILI, P. (ed.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160930124934/Paz_en_Colombia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BARROS, A. T de; JUNQUEIRA, R. D. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2015.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
BEIRED, J. L. B.; BARBOSA, C. A. S. (orgs.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOMFIM, I. Latinidade: a América Latina pelas páginas de Veja e Carta Capital. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

BRAGA, J. A prática da pesquisa em comunicação - abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**, v. 14, n. 1, 26 set. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira** – Brasília: Secom, 2016.

CANCLINI, N. G. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. Tradução de: MOLINA, S. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2015.

CASTAÑEDA, N. C. **Amnistía e Indulto en Colombia: 1965-2012**. 167 F. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito e Ciências Políticas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2013.

CABEZUDO, J. L. La justicia transicional en Colombia: ¿Un instrumento creado para erradicar la impunidad? *Anuario Iberoamericano de Derecho Internacional Penal*, Bogotá, v. 5, 2017. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/anidip/article/viewFile/5669/3715>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CALDERÓN, E. La relevancia del proceso de paz colombiano para américa del sur. Un análisis a la luz de la historia reciente. *Estudios Internacionales*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2014.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, vol. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em: 14 out. 2018.

CEARÁ, D. B.; FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina. *História Social*, Campinas, n. 17, 2009.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Guerrilla y población civil**. Trayectoria de las FARC 1949-2013. Bogotá: CNMH, 2014. Disponível em: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/FARC/guerrilla-poblacion-civil.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2017.

CEPIK, M.; BORBA, P. Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe. *Cadernos Adenauer* XI, São Paulo, nº 4, 2010.

CHAMPAGNE, P. **Formar a Opinião** - O novo jogo político, Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

COSTA, J. D. Novos Movimentos Sociais na América Latina. In: **Oikos. Revista de economia política internacional**. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 5-16, 2016. Disponível em: <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/download/410/228>. Acesso em 30 jul. 2017.

DARIO, D. M. A Legitimidade da Política de Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2010.

DAVISON, W. P. The Public Opinion Process. **Public Opinion Quarterly**, 1958.

DELGADO, E. H. Negociaciones de paz en Colombia: una mirada en perspectiva de construcción de paz. *Papel Político*, Bogotá, n. 21, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77749755002>>. Acesso em 13 fev. 2019.

DIAS, A. B. **O presente da memória**: usos do passado e as (re)construções de identidade da *Folha de S. Paulo*, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. 2014 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 9, 2016, Florianópolis. **Os processos de paz entre as Farc-EP e o governo nacional da Colômbia**: anais. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <[http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466506541_ARQUIVO_OsprocessosdepazentreasFARC-EPeoGovernoNacionaldaColombia-BarbaraEllynes\(ABED\).pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466506541_ARQUIVO_OsprocessosdepazentreasFARC-EPeoGovernoNacionaldaColombia-BarbaraEllynes(ABED).pdf)>. Acesso em 8 mar. 2019.

ERNESTO Araújo exclui curso sobre América Latina de formação de diplomatas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/chanceler-exclui-curso-sobre-america-latina-de-formacao-de-diplomatas.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em 7 mar. 2019.

FARHAT, S. **O fator opinião pública**: como se lida com ele. São Paulo: T.A Queiroz, 1992.

FIGARO, R. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. *Parágrafo*, São Paulo, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/>>. Acesso em 12 mar. 2019.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012.

FLÓREZ, J. F. Manual para convencer a indecisos. In: **Paz en Colombia**: perspectivas, desafíos, opciones. ALVARADO, S. V.; RUEDO, E. A.; GENTILI, P. (ed.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160930124934/Paz_en_Colombia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

FOLHA DA MANHÃ. In: COHN, A.; MONTALVÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> >. Acesso em 22. ago. 2018.

FRANÇA, V. V. O objeto da comunicação, a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C; FRANÇA, V. V. (orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRANÇA, V. V; SIMÕES, P. G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GALLEGO, C. M. **Farc-EP y ELN: una história política comparada (1958-2006)**. 1057 f. Tese (Doutorado em História) - Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2010.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>>. Acesso em 2 out. 2018.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, M. R.; CABRAL, N. L. S. C.; Jornalismo: uma relação com opinião pública. **Rumores**, ed. 10, ano 5, jul.-dez. 2011.

GÓMEZ, G. I. Entre el castigo y la reconciliación. Análisis sociojurídico del proceso de paz y la negociación del acuerdo sobre las victimas del conflicto. *Estudios Politicos*, Medellín, n. 50, ene.-jun. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.org.co/pdf/espo/n50/0121-5167-espo-50-00236.pdf>>. Acesso em 8 mar. 2019.

GROSS, T. L.; CASTILLA, E. B. Identidad editorial en la prensa nacional española: interrelación con la agenda mediática. *Revista Latina de Comunicación Social*, Tenerife, n. 64, 2009. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/09/art/49_848_UMA/58Blanco.html>. Acesso em 2 mar. 2019.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2016.

HYLTON, F. A revolução colombiana. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HOHLFELDT, A. Objetividade: categoria jornalística mitificada, **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande, Intercom, 2001.

IANONI, M. A Folha de S. Paulo e a Exclusão Social. **Communicare**, São Paulo, v. 2, 2002.

KARAM, F. J. C. 20 anos de O Segredo da Pirâmide. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 4, n.1, 1 semestre de 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/4795>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. O presente possível do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 83-94, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2217>>. Acesso em: 12 out. 2018.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEONGÓMEZ, E. P. Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia: 1949-1966. **Análisis Político**, Bogotá, n. 7, maio-ago. 1989. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/colombia/assets/own/analisis07.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

LA PEÑA, G. de. As mobilizações rurais na América após c. 1920. In: BETHELL, L. (org). Tradução de: DANESI, A. P. de. **A América Latina após 1930: estado e política**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

LAGE, N. A bolha ideológica e o destino do jornalismo. *Alceu*, São Paulo, v. 2, n. 3, jul.-dez. 2001.

LEAL; C. E.; MONTALVÃO, S. O Globo. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO,%20O.pdf> >. Acesso em 27 ago. 2018.

LEITE, P. P. O. **A mídia impressa brasileira e o discurso colonizador sobre a América Latina: a casa grande discursivizando a senzala**. 2016. Tese (Doutorado) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LONGHI, C. R. Origens do conceito de opinião pública: um diálogo com Hannah Arendt e Jurgen Habermas. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 28, n. 46, 2006.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOS 10 duros dardos de Uribe a la firma de la paz. **Semana**, Bogotá, 26 set. 2016. Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/declaraciones-de-alvaro-uribe-sobre-la-firma-de-la-paz-entre-el-gobierno-y-las-farc/495653>>. Acesso em 7 fev. 2019.

MACHADO, E. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo: três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento. **E-Compós**, Brasília, vol. 1, 2004. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/2/4>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Três pressupostos para que o estudo do jornalismo seja levado a sério (uma crítica à Taking journalism seriously, de Barbie Zelizer). Bauru: **XV Congresso da Compós**, 2006.

MACNAMARA, J. Media content analysis: its uses, benefits and best practice methodology [online]. **Asia Pacific Public Relations Journal**, vol. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://opus.lib.uts.edu.au/handle/10453/10102>>. Acesso em 22 set. 2018.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2015.

MÁRQUEZ, G. G. **Cem anos de solidão.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTÍ, J. **Nossa América.** Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: Hucitec, 1983.254p. p:194-201. (Texto original de 1891).

MELO, J. M. de. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEDINA, C. **Profissão jornalista:** responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan.-abr. 2016. Disponível em <<http://www.thaisabueno.com.br/wp-content/uploads/2016/05/novo-melo.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2018.

MENDES, Glaucia da Silva. **A naturalização do atraso: os noticiários de El Universal e O Globo sobre o governo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n.55-56, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452002000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 13 out. 2018.

MOLANO, A. The Evolution of the Farc: A Guerrilla Group's Long History. **NACLA Report on the Americas**, New York, v. 34, 2000. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714839.2000.11722627>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MONT'ALVERNE, C; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 12, n.1, jan.-jun. 2015.

MORAES, F. M; ADGHIRNI, Z. L. Jornalismo e democracia: o papel do mediador. **E-Compós**, Brasília, v.14, n.2, maio-ago. 2011.

MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo**: 1921-1981. São Paulo: Impres, 1981

MUTZ, Diana C; YOUNG, Lori. Communication and the public opinion: plus ça change? **Public Opinion Quarterly**. Inglaterra, vol. 75, n. 5, 2011.

PAIXÃO, P. Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. **AlterJor**, São Paulo, v. 1, n. 17, jan.-jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137224/137486>. Acesso em 19 out. 2018.

PARZIANELLO, G. L.; PARZIANELLO, S. B.; CAMPO, L. A. O jornalismo político do interior e o seu valor notícia em jornais impressos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 31, n. 1, 2018.

PAULINO, R. A. Estudos de recepção para a crítica da comunicação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 17, 30 abr. 2000.

PAVAM, C. A. **O dilema de mazombo na cobertura do processo de integração continental**: projeções sobre as identidades do Brasil e da América Latina nos enquadramentos jornalísticos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

PÉCAUT, D. **As FARC**: uma guerrilha sem fins? São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, jan.-jun. 2011.

PONTES, F. Do Jornalismo e da História à História do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 167-186, maio 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p167>>. Acesso em: 13 out. 2018.

PRINCÍPIOS editoriais do Grupo Globo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em 2 fev. 2019.

PROJETO editorial Folha de S. Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

REHM, L. La construcción de las subculturas políticas en Colombia: los partidos tradicionales como antípodas políticas durante La Violencia, 1946-1964. **Historia y Sociedad**, Bogotá, n. 27, 2014.

RIBEIRO, D. B; FOSSÁ, M.I.T. O poder da informação na midiatização: reflexões sobre o mito da objetividade na linguagem jornalística e o contexto de produção de sentido do seu discurso, **Revista Elementa**, Comunicação e Cultura, Sorocaba, v.1, n.2, 2009.

Disponível em: <http://comunicacaoecultura.uniso.br/elementa/v1_n2_04.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2019.

RÍOS, J. **Breve historia del conflicto armado en Colombia**, Madrid, La Catarata, 2017.

RIVERA, E. J. V. Historia del paramilitarismo en Colombia. **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007.

RODAS, F. C. La guerra y la paz. In: **Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones**. ALVARADO, S. V.; RUEDO, E. A.; GENTILI, P. (Ed.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160930124934/Paz_en_Colombia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

ROMERO, N. C. El Proyecto Mesoamérica y los movimientos sociales. In: ARANA, R. G; SCHNEIDER, A. (orgs). **Sociedades em conflicto: movimientos sociales y movimientos armados en América Latina**. Buenos Aires: Universidad del Norte; Clacso. Imago Mundi, 2016. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160316051005/SociedadesEnConflicto.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

ROSETO, L. F. T. Colombia: una revisión teórica de su conflicto armado. **Revista Enfoques**, Santiago, vol. 11, n. 18, 2013.

_____. Antecedentes históricos de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (1948-1966). Uma revisão de las teorías de la violencia política, **Cuadernos del Pensamiento Latinoamericano**, Valparaíso, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://www.cuadernoscepla.cl/web/wp-content/uploads/Luis-F-Trejos.pdf>>. Acesso em: 7 de fev. 2019.

ROSETO, L. T; CAMPIS, E. S. Actores transnacionales clandestinos en escenarios de conflicto: el caso de las FARC-EP en Colombia. In: ARANA, R. G.; SCHNEIDER, A. (orgs.). **Sociedades em conflicto: movimientos sociales y movimientos armados em América Latina**. Buenos Aires, 2016.

SAFFON, M. P. Colombia: La sofisticación del acuerdo sobre víctimas en el proceso de paz. In: **Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones**. ALVARADO, S. V.; RUEDO, E. A.; GENTILI, P. (Ed.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160930124934/Paz_en_Colombia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

SANT'ANNA, F. América Latina - um tema fora de pauta. Uma análise sobre o papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 4, n. 3, ene-jun.2006. Disponível em < <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/12>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SANTAELLA, Lucia. O projeto de pesquisa e seus passos. In: SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai.-ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

SEGURA, R.; MECHOULAN, D. **Made in Havana: How Colombia and the FARC Decided to End the War**. New York: International Peace Institute, feb. 2017. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2969332 >. Acesso em 22 mar. 2019.

SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@as Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em 10 de ago. 2018.

SILVA, G. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, São Paulo, ano 3, n. 1, ago.-dez. 2009.

SMITMANS, M. T. A. El Proceso de Paz en Colombia: dos pasos adelante, un paso atrás. **Estudios Internacionales**, Santiago, n. 187, 2017. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/rei/v49n187/0719-3769-rei-49-187-00163.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

SPONHOLZ, L. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.21, ago. 2003.

TEMER, A. C. R. P. Gêneros e gêneros: apontamentos teóricos sobre os conceitos e sua atribuição ao jornalismo feminino. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 30, n. 51, jan.-jun. 2009.

THE Nobel Prize. **Juan Manuel Santos facts**. Stockholm, 2016. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2016/santos/facts/>>. Acesso em 22 mar. 2019.
THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TUCHMANN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

URE, M. A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano 4, n. 2, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p113/10190>>. Acesso em: 13 out. 2018.

URIBE se pone al frente de la campaña por el No en el plebiscito de la paz. **Efe**, Bogotá, 4 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/politica/uribe-se-pone-al-frente-de-la-campana-por-el-no-en-plebiscito-paz/20000035-3003696>>. Acesso em 3 mar. 2019.

URQUIZA, M. A.; MARQUES, D. B. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. *Entretextos*, Londrina, v. 16, n. 1, jan.-jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/20988>>. Acesso em: 8 fev.

VALENCIA, L. Drogas, conflito e os EUA. A Colômbia no início do século. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103401420050001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 fev. 2019.

VALENCIA, P. A.; FRANCÉS-GÓMEZ, P. Legitimidad de la Jurisdicción Especial para la Paz. **Revista de Paz y Conflictos**, Granada, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/6027/7028>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VÉLASQUEZ, A. V. Terminación del conflicto armado: se moviliza la sociedad colombiana. In: **Paz en Colombia**: perspectivas, desafíos, opciones. ALVARADO, S. V.; RUEDO, E. A.; GENTILI, P. (Ed.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160930124934/Paz_en_Colombia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

VIEIRA, V.L.; CASTAÑEDA, E. C. G. **Identidade latino-americana: dualismo ou integração**. In: VI JORNADAS LATINOAMERICANAS DE HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES, 2009, Universidad Católica de Santiago del Estero, Argentina.

VILLA, R. A.; VIANNA, M. T. Os anos Uribe na Colômbia: segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação. **Carta Internacional**, v. 5, 2010.

VILLAMIL, J. Caso Iguala: la crisis del sexenio. **El cotidiano**, Cidade do México, n. 189, 2015.

ZACKRISON, J. L. La Violencia in Colombia: an anomaly in terrorism. **The Journal of Conflict Studies**, Fredericton, v. 9, n. 4, 1989.

ZELIZER, B. O que fazer com o jornalismo? **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 11, n. 2, 2014.

ZELIZER, B. **Taking Journalism Seriously**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

APÊNDICE 1 – EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO

Tiro no pé das Farc (16/06/2015)

Em outubro de 2012, o governo colombiano e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) iniciaram complexo e bem-vindo diálogo de paz com vistas a encerrar o violento conflito civil que já dura meio século. O esforço, porém, corre o risco de ser desperdiçado devido aos recentes ataques promovidos pelos narcoguerrilheiros.

Após anunciar formalmente o fim do cessar-fogo unilateral iniciado havia cinco meses, as Farc realizaram atentados que miravam as forças de segurança e a infraestrutura do país, como torres de transmissão de energia e oleodutos, deixando um rastro de mortos e ruínas.

Na semana passada, pelo menos 1 milhão de pessoas ficaram sem luz em três regiões da Colômbia, enquanto ao menos três rios foram contaminados por milhares de litros de petróleo cru.

Em Cauca (sul), onde os combates têm sido mais intensos, ao menos 19 policiais e militares, além de 40 guerrilheiros, perderam suas vidas nas últimas semanas; mais de 400 famílias se viram obrigadas a abandonar as suas casas.

Conforme mostrou esta **Folha**, comunidades indígenas e negras têm formado milícias para se defender do fogo cruzado -estratégia que no passado levou à formação de grupos paramilitares tão ou mais violentos que a guerrilha.

Ao que tudo indica, a demonstração de força das Farc tem o objetivo de destravar o principal impasse nas negociações em curso em Havana: os poderes da Justiça de transição. A guerrilha não aceita se submeter a um julgamento que possa resultar em penas de prisão, como exige o governo colombiano.

Parece um péssimo cálculo. Se os narcoguerrilheiros de fato pretendem depor as armas, aterrorizar civis só ampliará a desconfiança da opinião pública sobre a viabilidade das negociações.

Do ponto de vista militar, o confronto tampouco favorece as Farc, que hoje dispõem de apenas uma fração do território controlado no início do século. Além disso, o eventual fim do diálogo enfraqueceria o presidente Juan Manuel Santos, abrindo espaço para seu antecessor -e ex-aliado-, Álvaro Uribe, defensor da solução bélica.

Por enquanto, o recrudescimento dos combates não congelou as tratativas - recentemente, até houve um acordo preliminar para a criação de uma comissão da verdade. Trata-se, contudo, de uma situação frágil, e o tiroteio oferece muitas oportunidades para que o diálogo termine ferido de morte.

Colômbia em busca de paz (14/10/15)

O aperto de mão entre Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia, e Rodrigo Londoño, líder das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), assinalou o provável e há muito desejado fim de um conflito armado que, em 50 anos, deixou mais de 220 mil mortos e marcou a história do país.

Registrado no final de setembro, o gesto celebrava o acordo para a criação de um tribunal especial destinado a julgar os envolvidos na guerra civil, o ponto mais polêmico da negociação de paz que se arrasta desde 2012. Definiu-se, ademais, que até março de 2016 será assinado o tratado definitivo.

Em que pesem as perspectivas promissoras, não são poucos os desafios até o entendimento final.

A primeira tarefa é viabilizar mudanças constitucionais para pôr em prática os termos acertados. Depende disso, por exemplo, a criação da Justiça de transição que julgará todos os atores envolvidos –guerrilheiros, militares, financiadores–, num tribunal formado por juízes colombianos e estrangeiros.

Para isso, Santos terá de se entender com o ex-presidente e hoje senador Álvaro Uribe. Principal crítico da negociação, ele vocaliza a opinião de parte expressiva da sociedade, para a qual o atual mandatário cedeu demais às Farc. Outro ponto importante é levar uma população traumatizada por décadas de violência a reconhecer as vantagens do acordo.

A tarefa mais complexa e crucial, entretanto, é estabelecer como se dará a reorganização do país no pós-conflito, conforme mostrou esta **Folha** na segunda-feira (12).

Trata-se de definir o que será feito de armas, territórios e recursos das Farc, bem como de encontrar a melhor maneira de reintegrar à sociedade os cerca de 8.000 guerrilheiros que se mantêm ativos.

Não custa lembrar que os planos de deslanchar uma revolução comunista na Colômbia se transformaram em verniz ideológico a esconder verdadeira organização criminosa, alimentada principalmente pelo tráfico de drogas.

Além disso, há questões de reparação às famílias das vítimas, de reconstrução da infraestrutura e de reintegração dos milhões de deslocados pelo conflito.

O Brasil poderia colaborar nesse esforço. A expertise do país no setor agrário, sobretudo em agricultura da família, seria de grande valia na revitalização das áreas camponesas, base da ação da guerrilha.

Por fim, o sucesso do acordo com as Farc pode impulsionar o incipiente diálogo com o Exército de Libertação Nacional, segundo maior grupo guerrilheiro da Colômbia –e ainda um obstáculo à paz no país.

Vítimas colombianas (21/12/2015)

Foi dado na última semana um dos passos mais importantes e delicados para a conclusão do acordo de paz entre as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o governo colombiano.

Após negociar por quase um ano e meio apenas esse item, chegou-se a um entendimento sobre as reparações às vítimas do conflito que já dura mais de 50 anos e matou cerca de 220 mil pessoas.

Definiu-se que elas terão direito a compensações, como receber indenizações e pedidos oficiais de perdão; além disso, será criada uma comissão para encontrar e identificar mortos e desaparecidos.

Também se alcançou um acordo sobre a instalação de um sistema jurídico especial para julgar quem tenha praticado crimes na guerra civil -tanto guerrilheiros como paramilitares e agentes do Estado.

Pelo texto, delitos menores, como roubo e sublevação, serão anistiados. Já crimes de lesa-humanidade, como sequestros e assassinatos por razões políticas, serão punidos com sanções alternativas (não haverá encarceramento).

Poderá se valer dessas condições especiais somente quem reconhecer seus crimes e colaborar com uma comissão da verdade, que terá a responsabilidade de esclarecer os fatos ocorridos durante as décadas de conflito.

Os que se recusarem a cooperar precisarão se submeter à Justiça comum, podendo receber penas de até 20 anos de cadeia.

Superou-se desse modo o impasse que atravancava a negociação.

De um lado, o grupo narcoguerrilheiro não aceitava se sujeitar às leis colombianas. De outro, o governo tinha de produzir um acordo que respeitasse tratados internacionais -segundo os quais crimes atrozes não podem ficar impunes- e assegurasse às vítimas o direito à verdade e a reparações.

Resta agora definir os detalhes do último ponto das negociações -a desmobilização das Farc- para a assinatura final, marcada para 23 de março de 2016.

Apesar das perspectivas promissoras, os colombianos reagem de forma ambígua ao acordo de paz. Segundo pesquisas, 70% da população apoia as tratativas, mas quase 80% não aceitam que os guerrilheiros sejam anistiados.

Não se trata de questão de somenos -e talvez por isso o Congresso da Colômbia tenha decidido que o acordo passará por uma consulta popular. Parece ser a maneira mais adequada de fechar um longo capítulo de violência que marcou de forma profunda toda a sociedade colombiana.

Essência do acordo de paz (24/06/2016)

Quase quatro anos após o início das tratativas, o acordo de paz entre o governo da Colômbia e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) aproxima-se de seus momentos finais.

Nesta quinta-feira (23), as partes chegaram a um entendimento sobre a essência das negociações: o cessar-fogo definitivo e a deposição das armas pela guerrilha. Trata-se de encerrar uma guerra que, durando mais de 50 anos, provocou a morte de 250 mil pessoas e o deslocamento de quase 8 milhões.

O anúncio, realizado em Havana (Cuba), contou com a presença do presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e do líder das Farc, Rodrigo Londoño. Também compareceram os chefes de Estado do Chile, da Venezuela e do México, além do secretário-geral da ONU e de representantes dos Estados Unidos e da União Europeia.

Definiu-se que o fim das hostilidades ocorrerá num prazo de 180 dias após a assinatura do acordo e que a entrega das armas se dará de forma gradual, em três momentos durante esses seis meses.

Em contrapartida, o governo colombiano se comprometeu a garantir a segurança dos ex-guerrilheiros contra seus grupos rivais (ex-paramilitares, milícias inimigas) assim que a rebelião terminar.

Apesar de crucial e, para muitos analistas, histórico, o ponto anunciado nesta quinta não constitui uma condição suficiente para encerrar a longa guerra —e, embora seja sem dúvida uma etapa necessária, não é a única.

Diversos detalhes práticos ainda precisam ser acertados para o acordo final, cuja assinatura deve ocorrer até agosto —para nada dizer dos muitos passos que já foram dados, sem os quais o pacto nem teria atingido o atual estágio.

Já houve acertos, por exemplo, sobre uma reforma agrária e a participação de ex-guerrilheiros na política. Também se negociaram a interrupção do plantio de coca pelas Farc e os termos da reparação às vítimas, que inclui a criação de um tribunal especial para julgar crimes e o estabelecimento de uma comissão da verdade.

Fechado esse capítulo, inicia-se outro: o processo de consulta popular sobre o tratado, no qual as disputas políticas locais se farão sentir. Enquanto Santos defenderá o acordo como seu grande legado, seu predecessor, Álvaro Uribe, atuará como o crítico mais proeminente do pacto. Convém manter certo ceticismo, portanto.

Não à toa, o atual presidente costuma dizer que nada está acordado até que tudo esteja acordado.

O preço da paz (27/08/2016)

Anunciada na noite de quarta-feira (24), a conclusão do acordo de paz entre o governo da Colômbia e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) põe o país perante uma encruzilhada histórica.

Se o pacto vier a ser ratificado pelo voto popular, representará o tão esperado fim de uma guerra que já dura mais de 50 anos e provocou a morte de cerca de 250 mil pessoas, além do deslocamento de quase 8 milhões.

Negociado ao longo dos últimos quatro anos, o acordo possui, em essência, três objetivos: eliminar os fatores apontados como raiz do conflito, criar condições para que as Farc deixem de existir como guerrilha e se tornem um movimento político e satisfazer minimamente o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação.

Para o primeiro item, o governo colombiano se comprometeu a realizar uma reforma agrária e a reduzir a pobreza das áreas rurais. A grande concentração de terras e a desigualdade estão na origem da luta das Farc —inicialmente um movimento camponês de inspiração marxista que acabou se tornando uma organização criminosa, sustentada pelo tráfico de cocaína.

Com relação ao segundo ponto, o acordo dá aos ex-guerrilheiros a possibilidade de disputar eleições, com uma cota mínima garantida na Câmara e no Senado.

Por fim, as vítimas serão ressarcidas conforme o impacto da violência em suas vidas, e será criada uma comissão para encontrar e identificar mortos e desaparecidos. O texto, ademais,

prevê que os guerrilheiros serão julgados por um tribunal especial, que condenará a penas mais brandas aqueles que confessarem crimes, mesmo que violentos.

Em troca, as Farc se comprometem a deixar as armas, abandonar o cultivo da coca e a pedir perdão pelos delitos praticados.

Para entrar em vigor, contudo, o acordo precisa ser aprovado em votação popular, marcada para 2 de outubro. Ainda que as pesquisas de opinião venham mostrando que os colombianos apoiam as tratativas de paz, dois pontos —a participação política e a justiça especial— são amplamente rejeitados pela população, que os vê como concessões excessivas.

Isso tem sido explorado pelos adversários do pacto, como os ex-presidentes Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, e será um dos principais argumentos contra a sua aprovação.

"Não é o acordo perfeito, mas é o acordo possível", declarou o representante do governo nas negociações. Está nas mãos dos colombianos decidir se é um preço justo a pagar pelo fim do longo conflito.

Lamentável discórdia (05/10/2016)

A rejeição, pelos colombianos, do tratado de paz firmado na semana passada entre o governo do presidente Juan Manuel Santos e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) deixa o país numa situação bastante delicada.

Renovadas doses de criatividade e negociação diplomática serão necessárias para que não caia por terra todo o processo de desmobilização da guerrilha, que vinha sendo discutido havia quatro anos.

A derrota do "sim" na consulta de domingo (2) representou grande surpresa, visto que pesquisas de opinião indicavam vitória da posição governista. Prevaleceu o "não", contudo, ainda que por diferença mínima: 50,2% a 49,8% dos votos válidos, ou 54 mil sufrágios num universo de 35 milhões de eleitores habilitados.

Verdade que só 13,1 milhões compareceram, ou 37,4% do total. Calcula-se, em função disso, o quanto aspectos climáticos influenciaram a disputa —a passagem de um furacão na costa do Caribe afugentou a população nessa região, em que o "sim" tinha ampla vantagem.

O fato inegável, todavia, é que a Colômbia recusou o acordo de paz, ao menos nos termos propostos. Embora nenhum dos lados demonstre disposição para abandonar o cessar-fogo e reavivar um conflito que já dura 52 anos e produziu mais de 200 mil mortos, agora não existe no horizonte um roteiro político para superá-lo.

Urge providenciar um plano alternativo, ou as hostes de guerrilheiros que aceitavam reintegrar-se à sociedade tenderão a migrar de forma definitiva para o banditismo e o narcotráfico.

Ao que tudo indica, o governo Santos exagerou nas concessões. Os pontos mais criticados foram o alcance da anistia, que na prática isentaria a maioria dos guerrilheiros, e a garantia de assento no Congresso, por duas legislaturas, para o partido político que sucederia as Farc.

O ex-presidente Álvaro Uribe, que comandou a campanha pelo "não", terá papel de destaque a partir de agora. Como noticiou esta Folha, ele já discutiu com seus aliados os pontos que considera essenciais na renegociação.

Entre eles estão a exigência de prisão, em vez da "liberdade restringida" prevista no pacto derrotado, e a inelegibilidade daqueles que tenham cometido crimes graves durante os confrontos.

Não será trivial reiniciar as conversas em termos mais duros. Os primeiros sinais, felizmente, suscitam algum alento. Tanto o governo Santos como o comando das Farc mostraram-se empenhados em encontrar uma solução.

Espera-se que Uribe, bem mais popular que o atual presidente, não se revele intransigente nas novas tratativas. Dele depende o avanço das conversas no sentido da paz — ou o retorno da Colômbia ao vórtice da violência.

Nova chance à paz (18/11/2016)

Apenas 41 dias após o plebiscito que rechaçou o acordo de paz entre o governo e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o presidente Juan Manuel Santos e líderes guerrilheiros anunciaram a assinatura de um novo texto.

Segundo governo e Farc, seria um acordo "definitivo" para pôr fim a meio século de conflito que matou mais de 200 mil pessoas.

De acordo com Humberto de la Calle, negociador de Santos, houve concessões a "80% das inquietudes" da maioria apertada que votou "não" ao acordo anterior, em 2 de outubro. No entanto, o esqueleto do texto inicial foi preservado.

A coluna vertebral continua sendo a Jurisdição Especial para a Paz, uma Justiça de transição que permitiria aos guerrilheiros cumprir eventuais penas fora de prisões e ter participação política.

Nessa questão se concentram as objeções dos adversários do acordo obtido por Santos, liderados pelo ex-presidente Álvaro Uribe.

Eles exigem que os membros das Farc julgados por crimes graves, como sequestro e assassinato, fiquem impedidos de tomar parte em eleições. Além disso, defendem que cumpram penas em cárceres definidos —se não em prisões comuns, em colônias penais.

O novo texto admite apenas delimitar a área geográfica em que os condenados ficarão confinados, sem liberdade de circular pelo país.

O governo Santos deve ainda reduzir o subsídio financeiro para as Farc criarem seu partido. Não haverá restrições, contudo, para a elegibilidade de ex-guerrilheiros. Manteve-se a garantia de vagas nas eleições de 2018 e 2022.

Como queriam os uribistas, será publicada relação dos bens acumulados pelas Farc. Acatou-se a demanda de que não haja juízes estrangeiros na Jurisdição Especial.

Resta sem definição outro ponto nevrálgico: se o segundo acordo será referendado por um novo plebiscito, por votação no Parlamento ou por um decreto presidencial.

O grupo de Uribe reagiu mal ao texto revisto. Admite que houve concessões, mas não o considera definitivo, pois ainda faltariam "alterações substantivas".

A pressa de Santos em retomar o acordo não advém só da necessidade de não sustar o processo de desmobilização de 7.000 conscritos das Farc, o que poderia dar ensejo à retomada das hostilidades.

Pesaria nos cálculos, ainda, o objetivo de evitar que o debate se arraste até a eleição presidencial de 2018, quando a ausência de um acordo representaria um trunfo para Uribe. A paz, hoje, leva água para o moinho do campo de Santos.

Visto de fora, parece lamentável que avanço tão vital para a Colômbia seja tolhido pela rivalidade eleitoral entre dois grupos políticos.

A fase mais difícil (25/12/2016)

Se o tortuoso processo para chegar ao acordo de paz entre o governo da Colômbia e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) tensionou o país, sua implementação, a partir do ano que vem, tende a ser ainda mais difícil.

É que as negociações entre os guerrilheiros e o governo do presidente Juan Manuel Santos para encerrar o conflito que deixou 250 mil mortos em meio século se assentam em base frágil.

Em outubro, uma primeira proposta foi reprovada num referendo. No mês passado, os dois lados assinaram nova versão, à qual se incorporaram alguns dos pontos exigidos pela oposição liderada pelo ex-presidente Álvaro Uribe.

Porém, em vez de passar por consulta popular, como seria preferível, o acordo foi aprovado pelo Congresso –numa decisão ratificada pela Corte Constitucional.

Uribe logo criticou o caminho e passou a cobrar um novo referendo. Como pano de fundo, o pragmatismo eleitoral: um processo de paz bem-sucedido tornará difícil sua vitória na disputa de 2018.

Não se trata só de cálculo político. Apesar das concessões –por exemplo, condenados que venham a cumprir penas fora das prisões poderão circular apenas por certas áreas do país e não haverá juízes estrangeiros na corte especial–, manteve-se o espírito original.

Isto é, uma Justiça de transição permitirá que quase todos os guerrilheiros se livrem das prisões, e eles terão participação política garantida nas eleições de 2018 e 2022.

O presidente Santos terá a missão de instalar a Justiça especial e anistiar guerrilheiros. Do ponto de vista de seu governo e das Farc, a entrega das armas e o processo eleitoral representariam a consolidação simbólica da transição da luta armada para o Estado de Direito.

Não será fácil. Parte expressiva da população não aceita a ideia de ver no Congresso representantes de uma guerrilha responsável por incontáveis atos bárbaros.

Além disso, existem as sombras da fracassada desmobilização dos anos 1980. Ex-guerrilheiros formaram o partido União Patriótica apenas para serem exterminados por esquadrões da morte.

Os louváveis esforços de Juan Manuel Santos lhe renderam o Nobel da Paz e a Lâmpada da paz de São Francisco, conhecida como o Nobel dos católicos. De fato, ainda que imperfeito, o acordo que ele encampa traz o inestimável benefício de encerrar um conflito civil que parecia não ter fim.

Paz colombiana (08/09/2017)

Num momento em que o mundo se vê tomado por uma onda de tensões, é animador constatar avanços no processo de paz na Colômbia.

O presidente Juan Manuel Santos anunciou na segunda (4), às vésperas da chegada do Papa Francisco ao país, um cessar-fogo bilateral com o ELN (Exército de Liberação Nacional), a principal guerrilha colombiana em atividade.

Ainda que falte muita negociação para um acordo definitivo, a suspensão das hostilidades já representa um passo importante.

O embate entre o Estado colombiano e os grupos armados remonta aos anos 1960. De início movimentos de inspiração marxista, as guerrilhas –à medida que a ideia de revolução socialista se mostrava cada vez mais inviável– forjaram uma improvável aliança com o banditismo ordinário.

Suas atividades degeneraram em sequestros e narcotráfico. Estima-se que os conflitos no país ao longo das últimas cinco décadas tenham ocasionado mais de 220 mil mortos e vitimado outros 6 milhões de cidadãos.

O ELN conta com algo entre 2.500 e 3.000 combatentes. Tornou-se a maior guerrilha do país depois que as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) iniciaram, no final do ano passado, um processo de desmobilização, convertendo-se em partido político.

Espera-se que o ELN siga o mesmo caminho, comprometendo-se a abandonar as ações criminosas e a entregar as armas em troca de um pacote de benefícios como anistia parcial, representação política e até um programa de bolsas para os ex-guerrilheiros se sustentarem.

De toda maneira, embora a paz seja em tese alcançável, são muitos os obstáculos para obtê-la.

O processo é visto com ceticismo não apenas pelos guerrilheiros como também pela população colombiana, que chegou a rejeitar em plebiscito, no ano passado, uma primeira negociação com as Farc –por entender que eram exageradas as vantagens oferecidas.

Além disso, dificuldades práticas de toda ordem atravancam a implementação do plano, agravadas pelo fato de que há pouca confiança entre as partes.

"A busca da paz é um trabalho contínuo e sempre em aberto. É preciso deixar de lado os sentimentos de curto prazo, como o da vingança", discursou o papa Francisco nesta quinta (7), em Bogotá.

Compreende-se que a sociedade veja com receio as concessões feitas a grupos que causaram tanto sofrimento ao país. Não parece haver outro caminho, entretanto, para alcançar um bem mais duradouro: o restabelecimento da paz.

APÊNDICE 2 – EDITORIAIS O GLOBO

A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia (17/12/2015)

Após mais de três anos de complexas conversações, pode estar perto do fim um conflito que há décadas vem devastando a Colômbia e impedindo seu desenvolvimento pleno. As negociações esta semana entre representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e do governo colombiano, realizadas em Havana, chegaram a bom termo no quinto e penúltimo tema do pacto de paz: a compensação de vítimas e formas alternativas de justiça.

Vencida esta etapa, resta o último passo para concretização definitiva do acordo: entrega de armas pelos guerrilheiros. Os quatro temas tratados anteriormente foram: reforma agrária, participação política, drogas ilícitas e comissão da verdade.

O acordo acertado agora em Havana prevê punição para os envolvidos em crimes contra a Humanidade, além de estabelecer formas de compensação às vítimas do conflito pelas Farc — o que inclui a localização e recuperação de restos mortais de desaparecidos durante a guerra, uma exigência das famílias que perderam parentes. Os militantes não envolvidos em crimes graves e hediondos serão anistiados. Os demais serão julgados em um regime especial, com penas alternativas.

Os militantes das Farc também se comprometeram a fazer atos públicos de reconhecimento e pedido de desculpas. Trata-se de um processo simbólico, porém importante, de conversão de guerrilheiros em cidadãos. Conversão esta necessária à reintegração plena à vida civil e à esfera republicana. O representante das Farc, Iván Márquez, sintetizou o pacto: “É o primeiro acordo de paz que não termina com uma anistia geral, mas sim com a criação de uma justiça especial sobre todas as violações de direitos humanos.”

O acordo de paz vai além do fim da violência entre guerrilheiros das Farc, o Exército colombiano e as milícias paramilitares. Costurado como uma forma de reintegração de setores

sociais fora do sistema, o acerto elimina um impasse fundamental, que levou ao fracasso iniciativas anteriores. Mas, ao mesmo tempo, não deixa de punir excessos e violações.

Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático (24/06/2016)

O governo colombiano e o maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), chegaram a um acordo de cessar-fogo e fim de hostilidades, abrindo caminho para um tratado de paz efetivo no próximo mês. O entendimento, cujas negociações começaram no fim de 2012, põe fim a 50 anos de guerra, com mais de 200 mil mortos e milhões de pessoas deslocadas. Trata-se da mais longa insurreição na América Latina.

As negociações ganharam ritmo após a visita do Papa Francisco a Cuba, em setembro do ano passado. Três dias após o encontro do Pontífice com o líder Fidel Castro, o presidente cubano, Raúl Castro, reuniu-se com o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e Rodrigo Londoño, o comandante Timochenko, das Farc.

Ainda restam definir alguns pontos, como implementação, verificação e ratificação, antes do acerto final, previsto para ser assinado até 20 de julho. Embora as conversações sobre esta fase final ainda não tenham começado, o governo colombiano anunciou, em março, que também começou negociações formais com o Exército de Libertação Nacional (ELN), outro grupo guerrilheiro que atua no país.

A cerimônia de assinatura do cessar-fogo com as Farc foi realizada ontem em Havana, local das conversações. Além de representantes da guerrilha e do presidente Santos, participaram do evento o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, e os presidentes do Chile, Michelle Bachelet, e da Venezuela, Nicolás Maduro, entre outras autoridades. Santos afirmou que o fim do conflito permitirá ao governo deslocar mais recursos para Saúde e Educação. Já o ministro de Finanças da Colômbia, Mauricio Cardenas, disse que o pacto permitirá somar um ponto percentual ao PIB do país.

O acerto é complexo e está longe de ser unanimidade no país. Há críticos que consideram as penas de prisão domiciliar e serviços comunitários brandas demais para crimes graves praticados pelos guerrilheiros, como terrorismo contra alvos civis, sequestros de pessoas inocentes e tráfico de drogas. Também faz parte do pacto não extraditar para os EUA presos acusados de atuar com carteis de drogas. Mas a maioria concorda que encerrar uma guerra que já dura meio século trará benefícios para o país como um todo.

Paz na colômbia sinaliza nova era no continente (26/08/2016)

Num acordo que vem sendo costurado há quatro anos, mediante complexas negociações e em meio a avanços e retrocessos, o governo da Colômbia e o maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), anunciaram na quarta-feira que um entendimento definitivo foi alcançado, colocando um ponto final em meio século de conflito. O conflito envolvendo maior grupo guerrilheiro da América Latina durou 52 anos, custou cerca de 220 mil vidas e forçou o deslocamento de mais cinco milhões de pessoas.

Os arquitetos do acordo trataram não apenas do fim das hostilidades militares, mas sobretudo desenharam um mapa para a reintegração de ex-guerrilheiros das Farc e grupos paramilitares à vida civil, o que exigiu o acerto de detalhes jurídicos minuciosos. O pacto terá ainda que ser referendado pela população colombiana por meio de plebiscito, a ser realizado em 2 de outubro.

O presidente Juan Manuel Santos apostou seu futuro político ao atuar como negociador e avalista do acordo. Ele enfrenta internamente a oposição do ex-presidente Álvaro Uribe, em cujo mandato, encerrado em 2010, o governo da Colômbia obteve importantes vitórias militares contra a guerrilha, empurrando as Farc para a negociação. Uribe, ecoando parte da população, afirma que o tratado é injusto ao anistiar os rebeldes de crimes e excessos. Os EUA, por sua vez, apoiam a iniciativa, afirmando em nota que ela representa “uma transformação notável”, levando o país para um futuro de otimismo e esperança, após várias gerações de colombianos submetidas ao conflito.

“Hoje começa o fim do sofrimento, da dor e da tragédia da guerra”, celebrou o presidente Santos, numa transmissão em cadeia nacional de TV. “Vamos abrir a porta para um novo estágio em nossa História”.

De fato, o tratado de paz na Colômbia marca uma virada histórica não só para a Colômbia, mas igualmente para todo o continente americano, ajudando a soterrar uma mentalidade nacional-populista cujas raízes foram fortalecidas na Guerra Fria. Não à toa, as conversações foram realizadas em Havana, cujo governo também dá passos históricos rumo a uma reaproximação com os EUA, trocando o fim do embargo econômico por uma abertura política. A ver.

O pacto com as Farc sinaliza, portanto, o esgotamento de um ciclo histórico, em que grupos de extrema-esquerda, disseminaram uma retórica “anti-imperialista” e a defesa de uma fantasiosa noção de soberania. As Farc encontraram eco em projetos políticos de poder, como o bolivarismo, e tiveram apoio do ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez e seu colega equatoriano, Rafael Correa. Até mesmo o lulopetismo, por meio do Foro de São Paulo, uma

espécie de confederação de grupos de esquerda, acolheu representantes da guerrilha colombiana.

Paz na Colômbia reforça democracia representativa (28/09/2016)

Após mais de meio século de guerra, representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o presidente Juan Manuel Santos, enfim, assinaram o tratado de paz que põe fim ao mais longo conflito bélico no continente. A cerimônia ocorreu na cidade colombiana de Cartagena e, além de Santos, contou com a presença do líder máximo das Farc, Rodrigo Lodoño, o comandante Timochenko; o presidente de Cuba, Raúl Castro, mediador das conversações de paz; o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; 15 chefes de Estado, convidados e 400 vítimas da guerra.

A emoção tomou conta do evento logo no início, quando Santos abriu a cerimônia afirmando: “Chega de guerra”, no que foi respondido pela plateia de cerca de 2.500 pessoas vestidas de branco: “Chega de guerra!”. Estava resumido na frase o desabafo propiciado pela bem-sucedida conclusão de quatro anos de complexas negociações, cujo fecho definitivo ainda depende de um plebiscito a ser realizado no próximo domingo. Outro ponto alto da cerimônia foi o pedido de perdão de Timochenko.

Em 52 anos de luta entre a guerrilha marxista e os sucessivos governos colombianos, mais de 260 mil pessoas perderam a vida, e cerca de cinco milhões de colombianos foram forçados a um êxodo interno. Mais do que isso: o embate político por via das armas favoreceu o surgimento de grupos paramilitares, dos carteis de drogas e levou até mesmo a guerrilha ao tráfico internacional para financiar a luta.

Com o acordo — um documento de 297 páginas assinado com uma caneta feita de cartucho —, as Farc vão se transformar em partido político, os ex-guerrilheiros poderão se reintegrar à vida civil e serão julgados por uma corte especial de Justiça, com penas mais brandas, à exceção daqueles condenados por crimes de guerra. A guerrilha entregará as armas a representantes da ONU, e estas serão destruídas.

A anistia é, aliás, um ponto controverso e que suscitou a oposição de setores da sociedade colombiana, que consideram as penas contra os guerrilheiros leves demais. O ex-presidente Álvaro Uribe lidera, no plebiscito, o movimento contra o tratado de paz. Ele

argumenta que o governo colombiano deve continuar pressionando as Farc e forçar sua rendição incondicional. Mas, de acordo com pesquisas de opinião realizadas recentemente, a maioria da população apoia o fim das hostilidades.

A resposta de Santos a Uribe foi na direção correta: “Prefiro um acordo imperfeito que salve vidas a uma guerra perfeita que continue semeando morte e dor em nosso país.” Faz sentido, sobretudo num momento em que se vê em todo o continente a queda ou o enfraquecimento irreversível de regimes nacionalistas de inclinação populista, à medida que, na proporção inversa, a democracia representativa se consolida como regime preferido.

Colômbia tem nova chance de pacificação (18/11/2016)

O governo do presidente Juan Manuel Santos e representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o maior grupo guerrilheiro do país, repactuaram um novo acordo de paz, após a primeira tentativa de conciliação ter sido rejeitada no apertado plebiscito de 2 de outubro. O anúncio reacendeu as esperanças de que o conflito, que já dura 52 anos possa chegar ao fim de uma vez por todas. Neste mais de meio século de combates mais de 230 mil pessoas perderam a vida e milhões se viram obrigadas a deixar suas moradias para escapar à violência.

A votação do primeiro plebiscito foi apertada, com 50,2% contra o tratado de paz e 49,8% a favor. A rejeição deixou as Farc num limbo, sem poder iniciar o processo de desmobilização e deposição de armas à ONU. Houve pânico, diante dos temores de uma volta à guerra. Mas as conversações de paz, que começaram em 2012 em Cuba, entre representantes do governo Santos e líderes das Farc, foram retomadas imediatamente, sinalizando a intenção de se chegar a um acordo.

As Farc e o governo voltaram a discutir pontos que haviam sido questionados por segmentos do movimento pelo “Não”, tais como penas para crimes considerados graves, indenização de vítimas, participação política, entre outros. Representantes do campo do “Não”, liderados pelos ex-presidentes Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, mantiveram a cautela diante do anúncio feito em Havana no último sábado pelos negociadores. Segundo Uribe, é preciso que os demais grupos que compõem o bloco do “Não” examinem o novo acordo. Mas, legalmente, o presidente colombiano não precisa convocar um segundo plebiscito para implementar o pacto, bastando apresentá-lo ao Legislativo. Santos não esclareceu se haverá novo plebiscito.

As Farc aceitaram rever quase todos os pontos considerados pelos opositores do pacto como excessivamente indulgentes aos guerrilheiros. Mas rejeitaram o item que impedia a

participação política de ex-guerrilheiros e a transformação das Farc num partido político convencional, sob o argumento de que a deposição de armas só faz sentido se o grupo puder continuar sua atuação política na legalidade, inclusive disputando eleições gerais para o Executivo e o Legislativo.

Ao anunciar o acordo em cadeia nacional de TV no sábado passado, Santos disse que, pelo novo tratado de paz, as Farc vão indenizar as vítimas do conflito por meio de seus próprios recursos e não poderão assumir os assentos transitórios do Congresso enquanto o acordo estiver sendo implementado. “Esperamos que este esforço satisfaça aqueles da campanha do “Não” e a nação”, afirmou o presidente, adotando um tom conciliador com os variados atores políticos. Santos está certo. Afinal, o acordo de paz é um passo importante para superar o trauma da guerra, unificar o país e multiplicar seu potencial de crescimento.

Oportunidade única para o Brasil e a Colômbia (22/12/2016)

O aceno de solidariedade do povo colombiano às famílias das 71 vítimas do desastre aéreo no voo da LaMia, que transportava a delegação da Chapecoense, foi um inesperado ponto de luz em meio à tragédia. Tratou-se de um gesto de carinho que extrapolou a cidade de Chapecó e emocionou todo o Brasil. Desde o zeloso socorro aos sobreviventes pelas autoridades locais às homenagens dos jogadores do rival Atlético Nacional e sua torcida no estádio onde ocorreria a decisão é possível ver exemplos de solidariedade espontânea que certamente calarão fundo na alma de brasileiros e colombianos. Dificilmente um acordo diplomático teria um tal poder de unir dois países vizinhos.

Num momento em que o continente enfrenta turbulências variadas, da Argentina à Venezuela, passando pelo Brasil, a Colômbia emerge como uma lembrança de que há caminhos possíveis para uma verdadeira integração continental, baseada na solidariedade e em relacionamentos vantajosos para todos os lados. Uma disposição de diálogo capaz de costurar pactos possíveis, apesar das diferenças, inclusive internamente nos países. A busca do presidente colombiano, Juan Manuel Santos, por um acordo de paz com a guerrilha é exemplar desse processo.

No início do mês, por oito votos a um, a Corte Constitucional da Colômbia deu aval a Santos para agilizar a aprovação no Congresso das mudanças necessárias da legislação e da Constituição para a implementação do tratado de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Além dos efeitos práticos do chamado “fast-track”, a compreensão dos juízes do significado do pacto, ecoando a ONU e o Papa Francisco, que mediaram as

negociações, marcou um conspícuo contraste em relação à resiliente oposição do ex-presidente Álvaro Uribe.

O acordo de paz põe fim a mais de meio século de guerra, o mais longo conflito bélico na América Latina, que custou mais 200 mil vidas e forçou o deslocamento de milhões de colombianos de suas casas. Num ano interminável, pela sucessão de turbulências, aconteceu algo sem paralelo nas relações externas. Fatos extraordinários, um acordo de paz e uma tragédia, aproximaram governos e populações do Brasil e da Colômbia de uma forma sem precedentes. A paz negociada com resiliência pelo governo Santos abriu um caminho propício à segurança nas relações institucionais, o que favorece o ambiente de negócios entre os dois países.

A solidariedade nas tragédias fez duas sociedades, até então equidistantes, se aproximarem de uma forma muito significativa.